



## Temas em destaque

Em 2024, os parlamentares trouxeram para o Poder Legislativo a discussão de temas e de projetos de lei que surgiram de demandas e anseios do poder público e da população, com foco na melhoria da vida de mineiras e mineiros do Estado.

Este capítulo tem como objetivo destacar os principais resultados das discussões protagonizadas pelas comissões permanentes e extraordinárias na Assembleia Legislativa de Minas ao longo de 2024. A atuação parlamentar, por meio das atividades no Plenário e nas comissões, abordou uma série de questões de interesse do Estado e de sua população, como a criação do Estatuto da Igualdade Racial de Minas Gerais, a coleta de propostas da população para a elaboração do Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, a defesa dos direitos das mulheres, entre muitos outros assuntos.

Além disso, o presente capítulo ainda traz os destaques do Assembleia Fiscaliza, que ganhou novo formato e agora reúne também as atividades rotineiras de fiscalização desenvolvidas pelas comissões temáticas do Legislativo. O Assembleia Fiscaliza é composto de três estratégias: Prestação de Contas do Governo; Tema em Foco; Audiências e Visitas de Fiscalização.

## Eventos institucionais em 2024

### Seminário legislativo Estatuto da Igualdade Racial: um marco histórico para Minas

Durante o ano, entre os meses de maio e agosto, uma intensa mobilização ocorreu na ALMG com a realização do seminário legislativo Estatuto da Igualdade Racial. Como resultado do trabalho, que incluiu sete encontros – seis no interior e um na Capital –, foi aprovado em dois turnos o PL 817/23, que cria o Estatuto da Igualdade Racial em Minas Gerais. O projeto originou a Lei 25.150/2025, que vai transformar a realidade de pretas e pretos no nosso estado. Esse trabalho, organizado por quatro mulheres pretas comprometidas com a luta, foi construído por muitas mãos e teve a importante contribuição do movimento negro e da população mineira.



Plenária da etapa final do seminário legislativo Estatuto da Igualdade Racial, em Belo Horizonte.

O Estatuto da Igualdade Racial de Minas Gerais é um marco de reparação histórica e uma referência para os outros estados. O documento contempla os seguintes avanços: ampliação do conceito e distinção das modalidades de racismo; garantia de assistência religiosa, inclusive em hospitais, instituições coletivas e estabelecimentos prisionais; salvaguarda de terreiros e locais públicos para celebrações e rituais; olhar inclusivo para comunidades itinerantes, como as de ciganos; preservação de espaços naturais sagrados e valorização dos mestres de saberes tradicionais; incentivo à divulgação de dados sobre violência contra populações negras e comunidades tradicionais, incluindo violência sexual e de gênero; adoção de protocolos unificados para abordagens policiais; priorização de alimentos da agricultura dos territórios tradicionais nos programas institucionais; proteção dos territórios contra invasões e despejos, além de promoção da regularização fundiária e do tombamento de terreiros.

Em suma, o Estatuto da Igualdade Racial é um marco histórico! Pela primeira vez, Minas Gerais tem uma política pública que combate as desigualdades raciais de forma estruturada. Isso representa um ato de reparação, justiça e resistência.



Comissão de Direitos Humanos apresentou relatório do seminário legislativo Estatuto da Igualdade Racial.

### **Construção coletiva**

Com uma ampla mobilização de vários setores da sociedade, o estatuto foi construído de forma coletiva e participativa. Em todos os encontros preparatórios, foram debatidas ideias e apresentadas sugestões ao documento. Tais propostas se somaram às de uma consulta pública realizada no Portal da Assembleia, totalizando 145 propostas distribuídas em 120 páginas, que foram incorporadas ao projeto.

Os encontros regionais aconteceram em Araçuaí (Vale do Jequitinhonha), Coronel Fabriciano (Vale do Aço), Montes Claros (Norte), Pouso Alegre (Sul), Juiz de Fora (Mata), Uberlândia (Triângulo) e Belo Horizonte. O projeto de lei é de autoria coletiva das deputadas negras da Assembleia Ana Paula Siqueira (Rede), Andréia de Jesus (PT), Leninha (PT) e Macaé Evaristo (PT), essa última licenciada desde que assumiu o cargo de ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania em setembro de 2024.

O Estatuto da Igualdade Racial no Estado é um instrumento criado para orientar políticas públicas que garantam à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa de direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

O texto estabelece regras de promoção da igualdade racial e políticas afirmativas, a exemplo da instituição do Sistema Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Sisepir), como forma de gestão intersetorial e participativa e de coordenação entre o Estado, os municípios e a sociedade civil para organização e

articulação de programas, ações, serviços e iniciativas de promoção da igualdade racial e de enfrentamento do racismo em todas as suas configurações.

Entre os temas abordados no estatuto, estão: combate ao racismo; garantia de ações afirmativas; diversidade religiosa; acesso à saúde; financiamento de políticas públicas; valorização dos saberes de povos tradicionais; titulação de territórios; representatividade e participação social; direito à vida digna, ao meio ambiente saudável, ao trabalho, à justiça e à segurança.



Encontro regional do seminário legislativo Estatuto da Igualdade Racial, em Coronel Fabriciano.

## Fórum técnico Minas Gerais pela Ciência – Por Um Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável

Organizado em parceria com quase 50 instituições e entidades, entre as quais 10 universidades, o fórum técnico “Minas Gerais pela Ciência – Por Um Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável” mostrou a importância dada pela ALMG ao protagonismo social na formulação de políticas.

Iniciado em 2019 e interrompido no ano seguinte por causa da pandemia de covid-19, o evento reuniu 114 propostas, que foram entregues simbolicamente ao presidente Tadeu Leite, em novembro, na etapa final do fórum.

As propostas servirão de base para a elaboração do Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Para que o plano refletisse as diversidades e assimetrias do Estado e as peculiaridades de cada região, foram realizados sete encontros regionais, entre agosto e outubro.



Etapa final do fórum técnico Minas Gerais pela Ciência – Por Um Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável, em Belo Horizonte.

Os debates se pautaram em quatro eixos: estrutura da política de ciência, tecnologia e inovação no Estado; desenvolvimento social e qualidade de vida; natureza e sociedade; cidades inteligentes, sustentáveis e criativas.

O evento percorreu os municípios de Diamantina (Vale do Jequitinhonha), Montes Claros (Norte), Viçosa (Mata), Lavras (Sul), Ipatinga (Vale do Aço), Uberlândia (Triângulo) e Belo Horizonte.



Encontro das Regiões Metropolitana de Belo Horizonte, Central e Centro-Oeste do fórum técnico Minas Gerais pela Ciência, em Belo Horizonte.

Na etapa final do fórum, uma das conclusões foi a de que investimentos em ciência, tecnologia e inovação são pilares fundamentais para a retomada do crescimento no Brasil. Wadson Ribeiro, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), representando Luciana Santos, ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, defendeu que todo o sistema nacional voltado para o setor tenha orçamento permanente e compatível com a demanda do País. Segundo ele, o Brasil conviveu com falta de investimento na área e contestação da ciência nos últimos seis anos.



Etapa final do fórum técnico Minas Gerais pela Ciência – Por Um Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável, em Belo Horizonte.

Também nesse encontro, os debates foram permeados por indicações de oportunidades trazidas pela inovação tecnológica em Minas e advertências para que isso não intensifique a desigualdade social. O coordenador de Serviços do Ministério da Saúde, Rodrigo Leite, apontou o Sistema Único de Saúde (SUS) e a inovação do complexo econômico industrial do setor como exemplos de grandes oportunidades para o desenvolvimento em Minas e no Brasil.

“Maior sistema de saúde do mundo, o SUS representa 10% do PIB brasileiro, 10% dos empregos e 30% da pesquisa”, pontuou. Leite salientou que o governo federal definiu investimentos prioritários nessa área. “Temos a meta de aumentar de 42% para 70% a participação da produção brasileira na demanda de medicamentos e equipamentos”, disse.

Na última etapa regional, realizada na UFMG, em Belo Horizonte, foi frisado que Minas Gerais tem mais de 400 instituições com trabalhos voltados para ciência e tecnologia, segundo a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (Sede).

Formam esse ecossistema: 202 institutos de pesquisa, desenvolvimento e inovação; 58 institutos de ciência e tecnologia; 86 institutos nacionais de ciência e tecnologia; 37 núcleos de inovação tecnológica; 8 parques tecnológicos; 13 laboratórios, centros de pesquisa ou instituições de ensino que se associam à Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).

“Temos um ambiente produtor de conhecimento e mão de obra muito rico, mas precisamos de política pública permanente”, observou o presidente da Rede Mineira de Inovação, Marco Aurélio Crocco.

Foi eleito, na etapa final do fórum, um comitê composto de representantes da sociedade civil para acompanhar a execução do Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.

## Atuação político-parlamentar por temas

### Administração Pública

Projetos de lei (PLs) que afetam diretamente a vida dos servidores públicos, a estrutura e o funcionamento dos três Poderes e os serviços ofertados à população tramitaram na Comissão de Administração Pública em 2024.

O PL 2.238/24, por exemplo, de autoria do governador, foi amplamente discutido em audiência pública e reuniões para avaliação dos pareceres dos deputados designados relatores. Aprovada em definitivo no Plenário em dezembro, a proposta altera os valores de contribuição para o Instituto dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg).



O debate público “Repercussões do Projeto de Lei nº 2.238, de 2024, para o Ipsemg, Seus Beneficiários e os Serviços Públicos” tratou dos impactos dessa proposição, de autoria do governador do Estado.

Em audiência promovida pela comissão em abril, sindicalistas que representam diversas categorias de servidores estaduais criticaram a modificação das alíquotas de contribuição. Além de sinalizarem que o funcionalismo já é muito penalizado por descontos remuneratórios elevados, eles sustentaram que o aumento da alíquota não necessariamente levará a melhorias na prestação de serviços pelo Ipsemg, tendo em vista problemas na gestão da autarquia.

A proposição foi aprovada em definitivo no Plenário com alterações promovidas pelos parlamentares para reduzir os impactos sobre os contracheques dos servidores, como condições especiais para os quase 163 mil titulares com renda inferior a dois salários mínimos.

Outra emenda dos deputados assegura aos servidores contratados que se aposentarem e seus dependentes o direito de continuarem como segurados do Ipsemg Saúde. Mais uma das mudanças promovidas foi a não autorização para venda de imóveis do instituto.

Ainda sobre o Ipsemg, em março foi debatida a assinatura de um contrato emergencial com o Hospital Santa Marta, em Uberlândia (Triângulo Mineiro), de modo a manter o atendimento aos cerca de 50 mil servidores estaduais e seus dependentes na região. O hospital teve seu credenciamento cancelado por não contar com a documentação previdenciária exigida.

Em duas visitas técnicas, a comissão verificou as condições de funcionamento do Centro Odontológico e do Centro de Especialidades Médicas do Ipsemg. Carência de médicos e de dentistas, falta de insumos, consultórios ociosos e pacientes à espera de vaga para consulta foram alguns dos problemas constatados.



Comissão de Administração Pública debateu sobre os impactos do encerramento do atendimento aos beneficiários do Ipsemg pelo Hospital Santa Marta, em Uberlândia.

Os servidores do instituto solicitaram, de forma geral, novos concursos, nomeação dos aprovados em certame recente e reajustes salariais.

Também na área da saúde, recebeu especial atenção da comissão o PL 2.127/24, do governador, o qual cria o Serviço Social Autônomo de Gestão Hospitalar (SSA-Gehosp) e está pronto para votação em 1º turno.

A proposição institui um novo modelo de gestão para as unidades da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig). O SSA-Gehosp, entidade de direito privado sem fins econômicos, de interesse coletivo e de utilidade pública, poderá atuar na prestação de serviços públicos de saúde com o objetivo de promover ações complementares às políticas públicas.

Deputados contrários à proposta e representantes de conselhos de saúde e de sindicatos alegaram, em audiência pública sobre o projeto, que ele apontaria para a privatização do sistema de saúde. Por outro lado, para o secretário de Estado de Saúde, a iniciativa supriria a deficiência atual da Fhemig em atender sobretudo a chamada demanda de alta complexidade, como as necessidades dos pacientes com câncer.

### **Vistorias veiculares**

Outras importantes audiências públicas trataram, durante o ano, de denúncias sobre tratamento diferenciado a parlamentares por parte do Poder Executivo – em especial no âmbito da Secretaria de Educação –, de problemas na gestão da estrutura física da Cidade Administrativa por parte da Secretaria de Planejamento e Gestão e da nova dinâmica de distribuição de vistorias veiculares no Estado.

Essa última mobilizou os deputados da comissão em dois encontros. Em fevereiro, a distribuição desigual, a demora na transferência integral desse serviço do Estado para as empresas credenciadas, os problemas no agendamento pela internet e a falta de previsão para a liberação das vistorias móveis foram os principais problemas apontados pelas empresas credenciadas de vistoria (ECVs) após o início da transição para o novo serviço.



Balanço do primeiro ano do projeto de terceirização das vistorias veiculares pela Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito (CET-MG) é feito pela Comissão de Administração Pública.

A Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito (CET-MG), vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), assumiu as funções do antigo Detran, entre as quais a responsabilidade de credenciamento para a prestação do serviço de vistoria de identificação veicular.

Em junho, já com o serviço em outro estágio de implementação, representantes das empresas reclamaram do atraso na liberação das vistorias móveis para os estabelecimentos e da redução do valor pago pela vistoria. A CET, por sua vez, argumentou que problemas são comuns na implementação de qualquer sistema de dados e que os compromissos firmados com os empresários do setor estavam sendo cumpridos.

### **Remuneração e licença-maternidade**

A recomposição salarial de 4,62% para os servidores do Poder Executivo tramitou na forma do PL 2.309/24, avaliado em maio pela comissão. O índice previsto no projeto do governador era de 3,62%. Após mais de um mês de discussões e negociações, o Plenário aprovou em 2º turno o novo percentual de reajuste, incorporado por meio de emenda assinada por todos os parlamentares, equivalente à inflação no período.

A revisão alcançou o subsídio e o vencimento básico dos servidores civis e militares, sendo estendida aos inativos e aos pensionistas com direito à paridade, aos detentores de função pública e aos convocados para a função de magistério.

O PL 2.112/24 e o Projeto de Lei Complementar (PLC) 42/24, que tratam da extensão da licença-maternidade para servidoras estaduais adotantes, tiveram o seu rol de beneficiários ampliado no parecer aprovado na Comissão de Administração Pública.

Passaram a ter direito ao mesmo prazo da licença-maternidade da servidora gestante, ou seja, 120 dias prorrogáveis por mais 60 dias, as adotantes e também aquelas que tiverem um bebê natimorto, as servidoras militares e os servidores que são genitores monoparentais, ou seja, um pai ou uma mãe que vive sem cônjuge, mas tem filhos dependentes, sejam naturais ou adotados.

As duas proposições resultaram na Lei 24.838/2024 e na Lei Complementar 176/2024, respectivamente.

### **Professores**

A análise da Comissão de Administração Pública também foi fundamental para o aprimoramento do PL 875/23, que trouxe normas para contratações temporárias na educação, para a função de magistério, transformado na Lei 24.805/2024. O texto proposto pelo relator e endossado no Plenário sugere novos critérios, como prazos para concursos após contratações por tempo determinado, regras para prorrogações e recontrações, assim como remuneração dos servidores temporários.

A versão ratificada pelos deputados estabelece ainda que docentes da carreira de educação superior com jornada de 20 horas semanais e títulos de especialista, mestre e doutor podem requerer ampliação de jornada para 40 horas. Além disso, entre outras inovações, estipula que contratações temporárias são restritas ao período de um ano civil, na educação básica, e a um ano letivo, na educação superior.

O servidor licenciado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) poderá optar pela manutenção do acesso à assistência do Ipsemg, durante a vigência do contrato.

### **Assédio moral**

O crivo da comissão permitiu o avanço de matérias relevantes, como a prevenção e a punição do assédio moral na administração pública, abordadas nos PLCs 25/23 e 26/23. O primeiro, que já pode ser votado em 2º turno, cria um canal interno exclusivo para recebimento de denúncias dos servidores, garantido o anonimato do denunciante e a pronta apuração das delações.

O segundo, por sua vez, foi aprovado de forma definitiva e, após sancionado, deu origem à chamada Lei Rafaela Drumond, em homenagem à policial civil que cometeu suicídio depois de sofrer assédio moral.

A proposição deixa claro que configura assédio moral a conduta repetitiva do agente público que tenha por objetivo atingir a autoestima ou a estabilidade emocional de servidores e empregados públicos.

A organização e a gestão de pessoal de órgãos independentes do Estado foi tema de projetos do Tribunal de Justiça e do procurador-geral de Justiça, os quais foram ratificados pela comissão e transformados em normas jurídicas.

A Lei Complementar 174/2024, entre outras alterações, criou cargos de juiz de direito auxiliar de segundo grau e circunscrições judiciárias por grupos de comarcas. A Lei Complementar 177/2024 instituiu o Programa de Residência Jurídica nos órgãos auxiliares da Justiça.



Lei Rafaela Drumond: PLC 26/23 aprovado foi assim denominado para homenagear a policial civil que cometeu suicídio depois de sofrer assédio moral.

A Lei 24.896/2024 criou 17 cargos na estrutura da Justiça Militar. Já a Lei 24.794/2024 extinguiu e transformou quadros de provimento em comissão do Tribunal de Justiça. Por fim, a Lei 24.795/2024 alterou o quadro de pessoal dos serviços auxiliares do Ministério Público.

Também merece menção o PL 1.782/23, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização de produtos de origem vegetal no Estado e aguarda votação de 1º turno em Plenário. O intuito é coibir o processamento clandestino, fiscalizando a armazenagem e o transporte de produtos como cereais, frutas, grãos, hortaliças e bebidas.

## Agropecuária e Agroindústria

Em 2024, a Comissão de Agropecuária e Agroindústria deu continuidade ao seu trabalho voltado para o incentivo da produção agrícola, o desenvolvimento rural e o bem-estar social no campo. Foram realizadas audiências públicas e analisados projetos importantes para fortalecer a cadeia produtiva do agronegócio mineiro.

Patrimônio cultural imaterial da humanidade, o queijo minas artesanal recebeu atenção especial da comissão. Os deputados deram aval ao Projeto de Lei (PL) 1.801/23, do deputado Raul Belém (Cidadania), que trata da Política Estadual Queijo Minas Legal. O instrumento de fomento à produção desse bem cultural imaterial foi consolidado na Lei 24.993/2024.

Essa política pública lista 12 objetivos da política voltados ao desenvolvimento da cadeia produtiva do queijo minas artesanal. Um dos pontos mais importantes é o incentivo à regularização sanitária das queijarias. Os estabelecimentos que obtiverem o selo Queijo Artesanal e o selo Arte poderão conquistar novos mercados consumidores para seus produtos.

Após a aprovação da lei, a comissão foi a São Roque de Minas (região Centro-Oeste) para debater os desafios enfrentados pelos produtores de queijo minas artesanal da Serra da Canastra. O rigor da fiscalização sanitária, a informalidade do setor e a burocracia para o registro das queijarias foram apontados como gargalos desse setor produtivo.



Aconteceu, em São Roque de Minas, debate realizado pela Comissão de Agropecuária e Agroindústria sobre o desenvolvimento da cadeia produtiva dos queijos artesanais e a Política Estadual Queijo Minas Legal.

Os deputados da Comissão de Agropecuária também se mobilizaram em defesa dos produtores de leite. Em março, eles participaram do evento Minas Grita pelo Leite, que reuniu mais de 7 mil produtores rurais no Expominas, em Belo Horizonte. Eles reivindicaram a suspensão das importações subsidiadas de leite em pó da Argentina e do Uruguai, que prejudicam a produção nacional.



Comissão de Agropecuária e Agroindústria debateu sobre a importância da cana-de-açúcar para o Estado de Minas Gerais.

Já a cana-de-açúcar, um dos pilares econômicos do Triângulo Mineiro, impulsiona o desenvolvimento de Minas Gerais, que está entre os maiores produtores do Brasil. O setor emprega milhares de pessoas, tanto no campo quanto nas usinas e destilarias de etanol e açúcar, que se concentram na região. O setor sucroenergético é um dos maiores empregadores do Estado, gerando milhares de empregos diretos e indiretos em diversas etapas da produção, desde o plantio e a colheita até a industrialização e a distribuição dos produtos. A onda de incêndios florestais durante o período de estiagem também pautou a comissão. Em uma audiência com produtores rurais, os parlamentares reforçaram que o setor produtivo não tem culpa das queimadas e é mais uma vítima do fogo. Os prejuízos para o agronegócio mineiro foram estimados em R\$ 180 milhões.



Primeira edição do Mundial do Queijo do Brasil em Araxá, evento considerado fundamental para a divulgação do queijo artesanal de Minas Gerais, teve participação de parlamentares da Comissão de Agropecuária e Agroindústria.

Também foram realizadas audiências públicas para debater a importância da fruticultura na Zona da Mata, os desafios para o crescimento do setor sucroenergético e a importância do cooperativismo para a agricultura familiar.

### **Agricultura irrigada**

A criação de uma política de agricultura irrigada sustentável foi outra matéria importante analisada pela Comissão de Agropecuária em 2024. Os PLs 754/15 e 1.782/23 foram aprovados em dois turnos no Plenário e deram origem à Lei 24.931/2024.

A nova política pública prevê a possibilidade de declaração de projetos de irrigação como de utilidade pública, a criação de reservatórios para perenização de rios e a redução de burocracias para pequenos produtores implementarem sistemas de irrigação, além de promover o uso racional da água, conciliando necessidades produtivas, ambientais e sociais.

A lei é vista como um marco para o desenvolvimento sustentável da agropecuária em Minas Gerais, com potencial para aumentar a produtividade agrícola e fortalecer a segurança hídrica e alimentar em regiões mais vulneráveis.



Lavoura de feijão no município de Cristiano Ottoni.

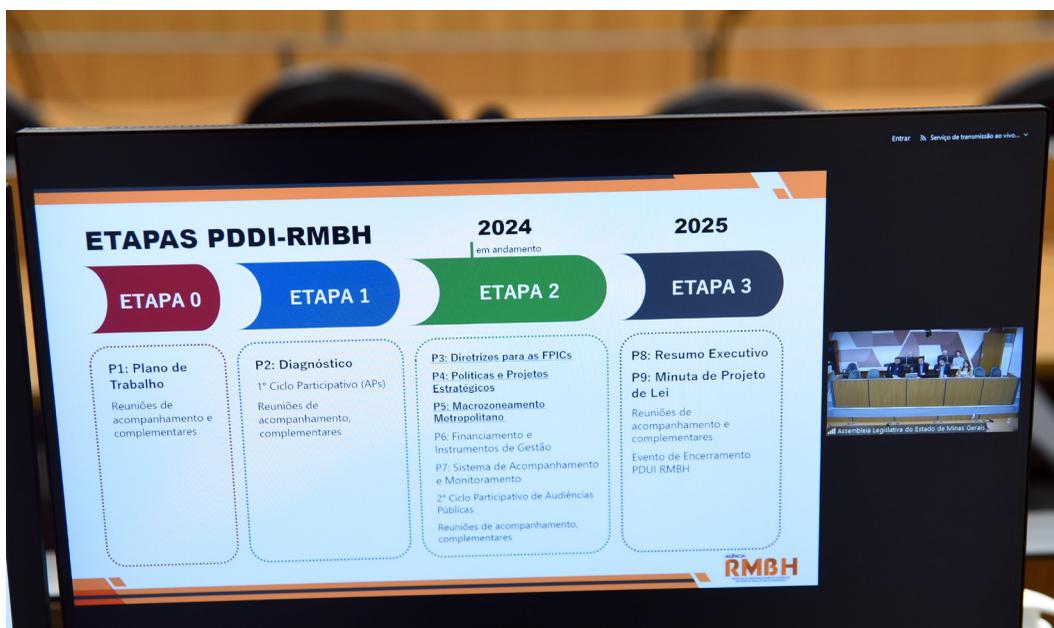
## Assuntos Municipais e Regionalização

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização teve um ano de intenso trabalho em 2024, dedicando-se a temas essenciais para a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável dos municípios. O colegiado aprovou 101 requerimentos de fiscalização, solicitando providências e informações a autoridades responsáveis, além de realizar debates sobre questões estruturantes para as cidades e regiões metropolitanas de Minas Gerais.

Um dos temas de maior destaque foi o acompanhamento do processo de elaboração dos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado (PDDI) para a Região Metropolitana de Belo Horizonte e a Região Metropolitana do Vale do Aço. Esses planos são vitais para o ordenamento territorial e a integração das políticas públicas nas regiões metropolitanas, promovendo um desenvolvimento equilibrado e sustentável nessas áreas conturbadas.

Em julho, a comissão realizou uma audiência pública para discutir a gestão da Região Metropolitana de Belo Horizonte e o andamento do PDDI, enfatizando a importância de uma gestão integrada que atenda às particularidades de cada município e assegure a participação popular no planejamento.

O PDDI da Região Metropolitana do Vale do Aço, mais adiantado, foi concluído pelo governo e tramitou na comissão como Projeto de Lei Complementar 50/20, recebendo pareceres favoráveis em ambos os turnos nesse colegiado. Esse projeto foi aprovado pela ALMG e convertido na Lei Complementar 178/2024. Assim, o Vale do Aço passa a ser a terceira região metropolitana no País a possuir um plano diretor transformado em lei. A escassez de planos metropolitanos efetivamente convertidos em lei no Brasil evidencia os desafios institucionais e políticos que permeiam esse processo.



A gestão da Região Metropolitana de Belo Horizonte e o andamento da elaboração do seu Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) foi tema de debate na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

### Habitação de interesse social

A comissão emitiu pareceres sobre importantes projetos de lei, com destaque para propostas relacionadas à habitação de interesse social. O colegiado foi favorável à Lei 24.790, de 6 de junho de 2024, que altera a Política Estadual Habitacional de Interesse Social (Pehis).



Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização debateu sobre a Política Estadual Habitacional de Interesse Social (Pehis).

A norma inclui como diretriz da política priorizar a construção ou reconstrução de moradia de pessoas que perderem a casa devido a enchentes, alagamentos, transbordamentos ou outros eventos naturais, bem como em razão de despejos promovidos pelo Estado ou por empreendimentos por ele autorizados.

Ainda no contexto da política estadual de habitação de interesse social, a comissão debateu, em 8 de julho de 2024, a modalidade de produção social de moradia pelo sistema de autogestão. A autogestão é uma alternativa interessante para atender a populações em situação de vulnerabilidade social, tendo sido discutida como um modelo que fomenta a participação cidadã, a construção de moradias adequadas e a redução dos custos de produção habitacional. A reunião aconteceu no contexto de discussão do projeto que deu origem à Lei 25.046/2024, cujo objetivo é instituir uma política estadual de produção social de moradia por autogestão. A norma apresenta um marco regulatório para fomentar o associativismo e o cooperativismo, em processo solidário de construção, assegurando o protagonismo da população na solução dos seus problemas habitacionais.

Outro evento importante aconteceu no dia 29 de novembro de 2024, o qual contou com a presença de centenas de participantes. Nessa audiência pública, foi debatida proposta do governo estadual que objetiva a criação de um fundo privado com direitos creditórios da Companhia de Habitação de Minas Gerais (Cohab). Deputados e movimentos sociais criticaram a medida, vista como prejudicial à política habitacional do Estado.

### **Metrô de Belo Horizonte**

A concessão e a expansão do sistema de transporte sobre trilhos na Região Metropolitana de Belo Horizonte também foram amplamente discutidas. A comissão realizou uma visita técnica e promoveu uma audiência pública, abordando questões como a piora dos serviços devido ao corte de pessoal no trem metropolitano, as remoções de moradores para a construção da linha 2 da ferrovia e os impactos sobre o desenvolvimento urbano na região.

Na visita técnica, em abril, usuários apontaram piora no serviço após a privatização do metrô da capital mineira. Vagões lotados, descumprimento de horários e falta de segurança foram alguns pontos levantados pela comissão em visita a estações e ao pátio de manutenção da empresa Metrô BH, onde representantes da concessionária apresentaram as obras em andamento.

Já a audiência pública, realizada em julho, recebeu representantes da Defensoria Pública de Minas Gerais, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e das 300 famílias em risco de serem removidas para a expansão da malha metroviária. Durante a reunião, os participantes reivindicaram transparência e diálogo no processo, o que resultou em uma série de requerimentos de pedidos de informações para apresentação de estudos e previsões referentes à obra.

### **Impactos da mineração nas cidades**

Houve ainda uma série de discussões sobre a mineração e o seu papel no desenvolvimento urbano dos municípios. Foram abordadas preocupações quanto aos impactos urbanísticos, aos deslocamentos involuntários e à segurança dos moradores próximos às áreas de mineração, refletindo o compromisso da comissão com o desenvolvimento sustentável e seguro dos municípios mineiros.

No mês de outubro, uma audiência pública realizada pelo colegiado na comunidade de Santa Quitéria, em Congonhas (Região Central), ouviu moradores a respeito dos efeitos do Decreto com Numeração Especial (DNE) 496, assinado pelo governador Romeu Zema em julho de 2024. A norma prevê a desapropriação de mais de 260 hectares no distrito para a expansão das atividades da mineradora CSN.



Decorrentes da expansão da atividade minerária no Complexo Casa de Pedra, danos da mineração em Congonhas e região foram tema de debate na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

## Cidades inteligentes

Por fim, a comissão participou ativamente do processo de elaboração e aprimoramento da Lei 24.839, de 27 de junho de 2024, que cria um marco legal para o desenvolvimento de cidades inteligentes. A política Minas Inteligente tem por finalidade estimular a criação e o desenvolvimento, pelos municípios, do sistema regulatório e da infraestrutura administrativa, de pessoal e de serviços necessários à implementação de cidades inteligentes, prevendo uma série de instrumentos para isso.

As cidades inteligentes, como bem define a própria política construída na ALMG, são “espaços urbanos e rurais caracterizados por uma inteligência coletiva e direcionados para o investimento em capital humano e social, o desenvolvimento econômico sustentável e o uso de tecnologias para aprimorar e interconectar os serviços e a infraestrutura das cidades, de modo inclusivo, participativo, transparente, seguro e inovador, com foco na responsabilidade ambiental e na elevação da qualidade de vida e do bem-estar dos cidadãos”.

## Cultura

No trabalho voltado para a preservação e a valorização do patrimônio cultural mineiro, a Comissão de Cultura declarou como de relevante interesse cultural santuários católicos, rituais indígenas, festas, comunidades vazanteiras e de pescadores artesanais, movimento skatista, encontros de blocos carnavalescos, expressões musicais, projetos arquitetônicos e práticas gastronômicas.

O colegiado também promoveu audiência para debater a preservação artística nas cidades históricas mineiras. Foi defendido maior incentivo aos profissionais que trabalham na restauração de peças barrocas e na criação de arte sacra.

Inclusive, diversos artistas sugeriram a realização de uma bienal de arte sacra em São João del-Rei (Campo das Vertentes). A programação contaria com oficinas de arte, música e tapetes de procissão, passeios guiados nas igrejas, apresentação de trabalhos de restauro, palestras, conferências e *shows*. Com isso, convidados nacionais e internacionais destacariam ainda mais a relevância dessa cidade. A proposta recebeu apoio de representantes do Executivo e dos institutos responsáveis pela preservação patrimonial.

A importância do tombamento de patrimônios naturais do Estado, como forma de protegê-los de atividades como a mineração, foi tema de debate. Foram abordados, com o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha), os casos da Pedra Grande, entre Itatiaiuçu, Igarapé e Mateus Leme, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH); da Serra dos Pires, em Congonhas, na Região Central; da Serra de São José, em Tiradentes, também na Região Central; e do conjunto de serras de Piumhi, no Centro-Oeste de Minas.



Igreja de São João Batista, no município de Barão de Cocais.

Participantes da audiência apresentaram alternativas para a preservação das riquezas naturais e culturais a fim de manter o equilíbrio ecológico e resguardar o direito de paisagem, cavidades, sítios arqueológicos e modos de vida tradicionais. Eles reconheceram a necessidade urgente de redução das consequências desastrosas do aquecimento global e da crise climática.

Além dessa razão, foi ressaltada a importância de proteção das comunidades locais com seus modos de vida próprios, as quais desenvolvem atividades econômicas, culturais e sociais que giram em torno das riquezas naturais de seus territórios. Ambientalistas buscaram o apoio do Legislativo para somar esforços e buscar alternativas para essa luta.

## Lei Paulo Gustavo, Política Aldir Blanc e Conselho Estadual de Política Cultural

A implementação da Lei Complementar Federal 195/2022, também conhecida como Lei Paulo Gustavo, foi tema de reuniões realizadas durante o ano. Produtores e artistas cobraram o cumprimento do cronograma de execução previsto, a liberação dos recursos e os procedimentos adotados para o sorteio de projetos classificados em suplência.

Outro debate abrangeu a execução da Lei Federal 14.399/2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (Pnab). Essa norma estabelece que a União deverá repassar aos demais entes federados, anualmente, R\$ 3 bilhões pelo período de quatro anos para financiamento de projetos culturais.

Integrantes do setor cultural exigiram mais diálogo, agilidade e transparência nos processos de distribuição dos recursos. Com o apoio dos parlamentares, tentaram evitar a perda dos recursos federais destinados ao Estado. Representantes da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult) ouviram as demandas e admitiram a existência de problemas, como a falta de servidores na pasta.



Santa Luzia recebe Comissão de Cultura para debater implementação das Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc.

A Comissão da Cultura promoveu audiência pública para debater as possíveis irregularidades ocorridas durante o processo de votação dos novos membros do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais (Consec). Foi discutida a denúncia da utilização de CPFs irregulares em mais de 900 votos durante eleição de representantes para composição do conselho.

Em busca de investigação e solução célere para o caso, parlamentares pressionaram equipes da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult), da Advocacia-Geral do Estado (AGE) e da Controladoria-Geral do Estado (CGE). Embora tenham considerado desnecessário anular as eleições, deputados cobraram providências do Ministério Público.

## Equipamentos, eventos e patrimônio

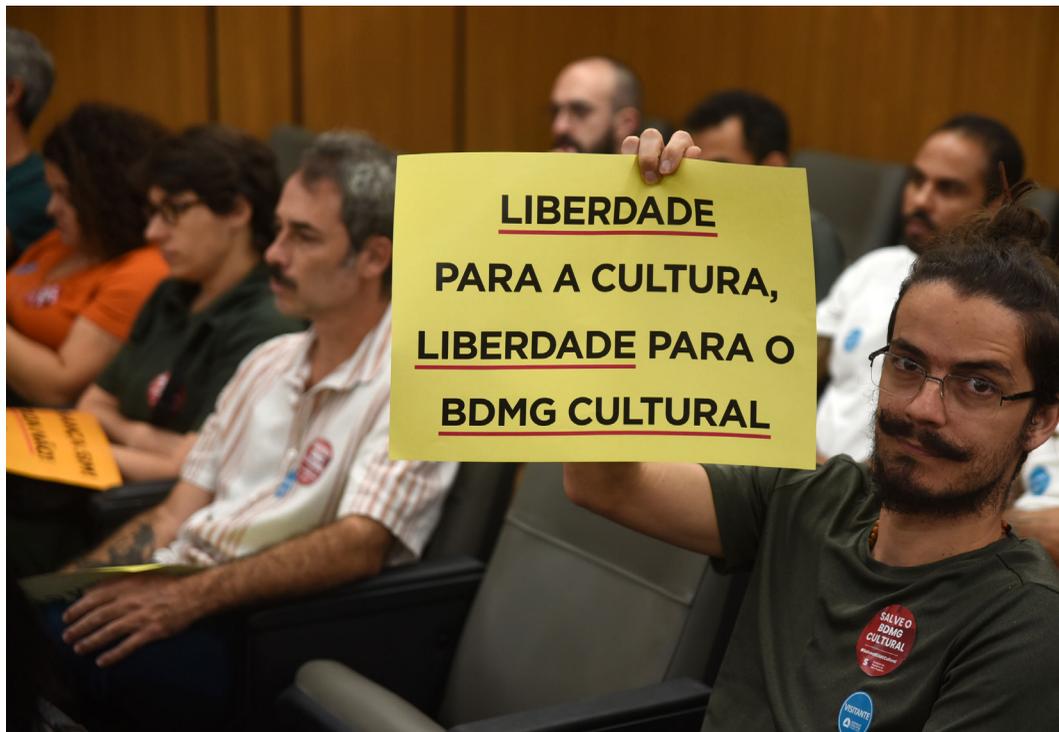
Já no início do ano, agentes, comerciantes e foliões participaram de reunião para avaliar a realização do Carnaval em Belo Horizonte, que, em 2024, reuniu mais de 500 blocos de rua. Durante o debate, eles frisaram o quanto a festa contribui para a promoção da cultura e a economia.

Em balanço sobre o evento, políticas de fomento e estruturação da cadeia produtiva carnavalesca foram apontadas como necessárias. O grupo também sugeriu melhorias no cadastramento de vendedores ambulantes e no planejamento do manejo de resíduos recicláveis, entre outras.

Uma visita técnica foi realizada para averiguar os impactos do acordo firmado entre o governo do Estado e o Serviço Social da Indústria (Sesi Minas) para gerir o Centro Cultural Itamar Franco. O local é sede de ensaios, apresentações e outros projetos desenvolvidos pela Orquestra Filarmônica de Minas Gerais.

Caso o contrato permanecesse vigente, o espaço, considerado patrimônio mineiro, poderia ser utilizado para fins privados e comerciais. Por isso, a orquestra seria obrigada a desocupar a sala, planejada e construída especificamente para sediar os trabalhos orquestrais. Diante da pressão parlamentar, o acordo foi desfeito.

O fechamento iminente do Instituto Cultural Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG Cultural) também mobilizou os membros da comissão. Integrantes do governo foram questionados por deputados, servidores e artistas durante audiência pública, mas não deram explicações nem detalhes de como seria executado o processo de extinção do instituto.



O processo de extinção do BDMG Cultural e as condições e perspectivas da transferência de suas atribuições, tais como a de fomento à Fundação de Arte de Ouro Preto (Faop), foram temas debatidos pela Comissão de Cultura.

## Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Em 2024, a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte deu continuidade ao seu trabalho focado nas relações de consumo, na repressão ao abuso do poder econômico, nas relações entre os contribuintes mineiros e o Estado e na fiscalização das normas que asseguram os direitos de consumidores e contribuintes.

Entre as proposições de destaque analisadas pela comissão, está o Projeto de Lei (PL) 588/23, do deputado Eduardo Azevedo (PL), que dispõe sobre a limitação do poder de tributar do Estado. O objetivo é proteger o contribuinte da prática de confisco na cobrança de impostos e multas.



Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte debateu sobre a qualidade dos serviços prestados pelas operadoras de telefonia móvel no Estado.

Em sua análise de 1º turno, a Comissão de Defesa do Consumidor apresentou o substitutivo nº 2 à proposição. Esse novo texto altera a redação original do projeto, que sugere vedar sete práticas de oeração pela administração pública.

O substitutivo nº 2 acrescenta às vedações já previstas no Código de Defesa do Contribuinte do Estado (Lei 13.515/2000) a proibição da cobrança de multa de revalidação em montante superior a 100% do tributo devido e de multa moratória em montante superior a 20% do imposto devido.

Além disso, essa nova redação assegura o princípio da vedação de confisco na cobrança de multas tributárias e impostos estaduais. Essa alteração já havia sido sugerida pelo substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. O PL 588/23 aguarda parecer de 1º turno da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Entre as audiências realizadas pela Comissão de Defesa do Consumidor em 2024, destaca-se a que debateu a necessidade de melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas operadoras de telefonia celular. O requerimento para a realização da reunião foi assinado pela deputada Maria Clara Marra (PSDB) e pelos deputados Eduardo Azevedo (PL), Doorgal Andrada (PRD), Elismar Prado (PSD), Adriano Alvarenga (PP) e Douglas Melo (PSD).

As principais queixas apresentadas aos representantes das empresas foram a má qualidade do sinal, as interrupções na prestação do serviço e a grande quantidade de fios e cabos soltos nas ruas das cidades. Os vereadores de vários municípios do interior do Estado também cobraram mais investimentos na ampliação da cobertura de celular.

Os representantes das operadoras de telefonia rebateram as críticas apresentadas na reunião e argumentaram que investem na melhoria da qualidade do serviço. A falta de concorrência, especialmente em pequenas localidades atendidas por uma única empresa, foi apontada pelo Procon Assembleia como uma das causas da má qualidade dos serviços prestados.

## Defesa dos Direitos da Mulher

Uma das primeiras ações do ano foi debater a relevância do Coletivo de Mulheres da ALMG, que surgiu de forma orgânica e espontânea em 2017, durante comemoração do Dia Internacional da Mulher. Um dos feitos do grupo foi a cobrança de regulamentação da lei que trata do assédio no âmbito do Parlamento Mineiro.

Em perspectiva interseccional, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher não se restringiu a debater temas voltados à condição feminina como se essa fosse uma experiência universal. Exemplo dessa atenção a situações específicas foi a reunião sobre o Julho das Pretas. O objetivo foi dar visibilidade à luta das mulheres negras contra a opressão de gênero, a exploração, o racismo e o descaso em relação ao diagnóstico de doença falciforme – enfermidade que costuma vitimar pessoas pretas e pardas.



Visita técnica da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Centro Estadual de Apoio às Vítimas – Casa Lilian, em Belo Horizonte, para conhecer o trabalho do Ministério Público de Minas Gerais em relação ao atendimento a vítimas de crimes contra a vida, atos de violência sexual e crimes de ódio e racismo.

Políticas de saúde pública também foram abordadas em outros momentos. Em audiência sobre saúde bucal para as mulheres, especialmente para gestantes, crianças e adolescentes, a comissão constatou o descumprimento de várias leis estaduais. A baixa cobertura na atenção odontológica prejudica ainda mais as pessoas carentes.

Em outra reunião, o público discutiu o PL 3.795/22, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, que institui o Dia Estadual de Conscientização sobre o Climatério e a Menopausa. A fase de transição fisiológica entre os períodos reprodutivo e não reprodutivo provoca alterações hormonais que podem comprometer a qualidade de vida. Por isso, são necessárias políticas públicas para garantir o devido atendimento de saúde a essas mulheres.



Projeto de Lei 3.795/22 institui o Dia Estadual de Conscientização sobre o Climatério e a Menopausa.

Outro projeto de destaque avaliado pela comissão foi o PL 818/23, de autoria da 1ª-vice-presidenta da ALMG, deputada Leninha (PT). Ele altera a Lei 23.904/2021, a qual dispõe sobre a garantia de acesso das mulheres em situação de vulnerabilidade social a absorventes higiênicos.

Modificando a ementa e o art. 1º, a proposição nomeia o conjunto de medidas previstas como Política de Dignidade e Saúde Menstrual. A lei já prevê que os absorventes serão distribuídos de forma prioritária em escolas públicas, unidades básicas de saúde, centros de acolhimento e estabelecimentos prisionais.

Também estabelece outras ações de cuidado e atenção relativas ao ciclo menstrual. Entre os objetivos já descritos, estão a prevenção de doenças e a redução da evasão escolar. Ao identificar essas ações como política pública, o PL representa um avanço na redução da pobreza menstrual. Aprovado em Plenário, ele foi encaminhado como Proposição de Lei 26.057/2024 para sanção.

A implementação da Lei Federal 13.239/2015, que torna obrigatória a realização de cirurgias reparadoras de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), foi tema de audiência pública. O encontro integrou a campanha Agosto Lilás, mês de conscientização e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.



Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher debateu sobre o resgate da autoestima da mulher em situação de violência doméstica por meio de procedimentos estéticos e cirurgias plásticas.

Durante a programação que marcou o Outubro Rosa, a comissão reuniu profissionais para discutir sobre câncer de mama, infarto, lipedema e outras doenças. Eles concluíram que a saúde da mulher requer políticas de gênero, raça e faixa etária a fim de abranger de forma ampla as necessidades femininas. Fibromialgia foi outro tema abordado em audiência.

Integrantes do colegiado também debateram a violência obstétrica e o parto humanizado, assim como a importância da assistência das doulas para a promoção de saúde e bem-estar da mulher no Sistema Único de Saúde (SUS). Na reunião, representante do governo federal anunciou o lançamento da nova versão do projeto Rede Cegonha. A iniciativa visa ampliar o atendimento a mulheres gestantes, bebês, puérperas e crianças de até 2 anos, desde o pré-natal.

### **Enfrentamento da violência em suas diferentes formas**

Os 18 anos de vigência da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, motivaram audiência pública. Além da falta de conscientização sobre a violência contra a mulher, outro desafio é a escassez de recursos públicos para garantir a efetiva proteção de vítimas ameaçadas de morte. Participantes do encontro mencionaram ainda que é necessário avançar na educação dos homens.

A comissão ofereceu oportunidade para acolher, debater e encaminhar denúncias de assédio sexual e outras violências praticadas contra mulheres no Estado, tais como: crimes sexuais cometidos contra mais de 60 mulheres, durante a infância e a adolescência, por um único padre; assédio no ambiente de trabalho, incluindo denúncia de assédio sexual e moral contra servidora da carreira de policial penal; assédio moral contra as mulheres no âmbito da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG); assédio e abuso contra mulheres atletas no ambiente esportivo e assédios sofridos por atleta da modalidade natação, no Minas Tênis Clube.



Evento “Agosto Lilás – Quebre o Ciclo de Violência contra a Mulher”, no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte.

O colegiado tratou de estratégias para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado, por ocasião do dia 18 de maio, que marcou o 24º ano de mobilização pelo Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A comissão abordou também políticas públicas para mães de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

Outro tema discutido foi o enfrentamento da violência financeira e a experiência do Projeto de Extensão El(z)as, formado por estudantes, que propõe discussões e intervenções sociais para o enfrentamento da violência de gênero. Deputadas cobraram ainda aperfeiçoamento no programa estadual que promove banco de empregos para mulheres.

Com base na Lei 24.466/2023, a violência política de gênero também motivou audiência. Parlamentares demonstraram preocupação com a exclusão política das mulheres mineiras na região Sul do Estado e buscaram compreender os fatores que contribuem para essa situação. Dados apresentados evidenciaram a sub-representação feminina nos Poderes Legislativo e Executivo em todo o País. Embora mulheres formem a maioria do eleitorado e estejam concorrendo mais, ainda têm poucas chances de serem eleitas e ficam excluídas dos espaços decisórios.

A comissão ainda dedicou espaço para debater o planejamento do Carnaval de 2025 em Belo Horizonte, bem como para tratar das ações de enfrentamento da violência, do assédio e da importunação sexual contra as mulheres durante esse período. Blocos carnavalescos cobraram mais segurança, pois campanhas são consideradas insuficientes.

Entre 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, e 10 de dezembro, diferentes instituições e grupos da sociedade civil realizaram a campanha 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. A comissão apresentou um balanço de suas ações, destacando a reativação do conselho

estadual e a interiorização do evento Sempre Vivas. A parceria com entidades e órgãos públicos que lidam com a temática possibilitou o trabalho em rede, capaz de obter resultados mais eficazes.

Além das audiências públicas, o colegiado realizou duas visitas técnicas. Uma foi à PCMG, para conhecer as ações voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher no Estado, bem como identificar possíveis demandas para composição do plano de avanço do enfrentamento da violência contra a mulher. Outra foi ao Centro Estadual de Apoio às Vítimas – Casa Lillian, para conhecer o trabalho desenvolvido pelo Ministério Público de Minas Gerais, no local, de atendimento a vítimas diretas e indiretas de crimes dolosos contra a vida, atos de violência sexual e crimes de ódio e racismo.



Saúde da mulher foi tema de debate da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, por ocasião da campanha Outubro Rosa em 2024.

### Sempre Vivas

Em 2024, para dar visibilidade à luta das mulheres por direitos e marcar o Dia Internacional da Mulher, pela primeira vez na história, foi realizada a interiorização do Sempre Vivas, com quatro encontros regionais em cidades no interior de Minas Gerais: Divinópolis, Poços de Caldas, Teófilo Otoni e Diamantina.

Com base no *slogan* “É tempo de reconhecer o valor das mulheres”, as discussões abordaram não só o enfrentamento das violências, mas também o cuidado, a participação política, a cultura, a economia, a habitação, o saneamento básico e outras pautas. Tudo isso com um olhar diverso e participativo.

Entre as atividades, além do ciclo de debates, foram realizadas a feira Mulheres de Minas e a campanha Assembleia Solidária para arrecadar doações de itens de higiene pessoal, em parceria com o Consórcio de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais.



Posto de arrecadação de itens de higiene do Assembleia Solidária.

## Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Em 2024, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizou uma série de audiências públicas, algumas delas coincidindo com datas comemorativas, enfocando pessoas com síndrome de Down, transtorno do espectro autista e deficiência intelectual e múltipla. Outro tema recorrente foi a situação das Apaes, entidades que prestam atendimento a pessoas com deficiência, no Estado.



Na Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência debateu sobre o tema.

## Importância da família

A família foi o foco de duas reuniões feitas em razão da comemoração de datas. Na primeira, o tema foi “A família como pilar importante do desenvolvimento das pessoas com síndrome de Down”, por ocasião do Dia Internacional da Síndrome de Down, comemorado em 21 de março. Ficou explicitado que, com o avanço da expectativa de vida das pessoas com essa síndrome, a maior preocupação dos familiares é assegurar a continuidade de cuidados após a morte dos pais.

De acordo com o presidente do Instituto Mano Down, Leonardo Gomes, em 1990, quando seu irmão Eduardo (que o motivou a criar a organização) nasceu, a expectativa de vida das pessoas com a síndrome era de menos de 25 anos. Atualmente, foi ampliada para 60 anos. “A maior dor da humanidade é a perda de um filho. No caso dos pais das pessoas com Down, todos torcem para sentir essa dor, porque não sabem com quem elas vão ficar”, lamentou. A sugestão apresentada por Leonardo e por outros participantes da audiência é que o poder público passe a colaborar com a família, oferecendo instrumentos de acolhimento dessas pessoas na velhice.

Outra audiência foi realizada em comemoração da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, sob o tema “Família e pessoa com deficiência, protagonistas na implementação das políticas públicas e garantia dos direitos”. Foram entregues votos de congratulações à Associação Brasileira de Pacientes de Neuromielite Óptica e Doenças do Seu Espectro pelos 10 anos de sua fundação.

Na reunião, foram apresentados dois exemplos de atuação que evidenciaram a importância do apoio a famílias de pessoas com deficiência ou com doenças raras e da luta pela implantação de políticas públicas que as favoreçam.

Foram abordados os desafios de duas mães: uma, que foi decisiva para sua filha se tornar cientista e professora universitária; e outra, que batalha pela contratação de um professor de apoio em escola estadual para seu filho autista, ainda sem sucesso. Com atrofia muscular espinhal (AME), Aline Castro é professora e cientista da UFMG. Ela afirmou que só conseguiu chegar a esse lugar graças ao apoio da família, especialmente de sua mãe. Já em fase de conclusão do doutorado, Aline é cadeirante e relatou que a mãe a ajudou em tudo: “Ela me levava e buscava na universidade e, na hora do intervalo, estava lá para me ajudar”.

A AME é uma doença rara, hereditária e degenerativa, que interfere na capacidade do corpo de produzir uma proteína dos neurônios motores, responsáveis por gestos voluntários vitais, como respirar, engolir e se mover. Aline completou que, como professora, ensina outras pessoas com deficiência a diferenciar proteção saudável (como a exercida por sua mãe) daquela capacitista, que não coloca a pessoa com deficiência como central.

Já Berenice Gomes, mãe de dois filhos com transtorno do espectro autista (TEA), luta pela contratação de um professor de apoio para acompanhar um deles na Escola Estadual Pandiá Calógeras, na capital mineira. Ela disse que apresentou toda a documentação, mas a escola negou o serviço, afirmando que a superintendência de ensino responsável alegou que a criança sabia ler e escrever e, portanto, não precisaria de apoio. “Isso só mostra a negligência e o desconhecimento dessas pessoas sobre o autismo”, lamentou, afirmando que o filho tem necessidades especiais.

## Apaes

Foram realizadas duas audiências públicas para debater o papel e a importância das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) de Minas Gerais na atenção às pessoas com deficiência. Na reunião que enfocou o trabalho desenvolvido pelos voluntários dessas entidades, concluiu-se que, apesar de contar com mais de 20 milhões de pessoas e quase 500 anos de atuação, o voluntariado no Brasil não conseguiu ainda sua sustentabilidade. Isso se deve principalmente ao fato de que essa atividade não adotou amplamente os princípios de governança.

A constatação é de Rodrigo Starling, presidente do Centro Mineiro de Voluntariado Transformador (Minas Voluntários). Ele acrescentou ser necessário melhorar a gestão do voluntariado no Brasil, eminentemente assistencialista. Em seu relato, destacou que o voluntariado chegou ao País em 1543, com a inauguração da Santa Casa de Misericórdia em Santos (SP).

Segundo o gestor, pesquisa recente revelou que 57 milhões de brasileiros se declaram voluntários, mas apenas 20 milhões afirmam praticar o voluntariado com regularidade. Apesar disso, em 20 anos, houve um aumento de 50% no número desses voluntários ativos, bem distribuídos nas regiões brasileiras. Starling concluiu dizendo que não basta legislação para o voluntariado: “É preciso uma expressão menor do individualismo em prol de visão e ação mais coletivas”. Maria Feldner, presidente da Apae de Belo Horizonte, afirmou que as associações chegam a muitos espaços onde o poder público não chega. Com 432 unidades no Estado, as Apaes oferecem assistência filantrópica nas áreas de educação, cultura e saúde.

Na outra reunião, destinada a discutir a importância das Apaes para a inclusão social e a empregabilidade das pessoas com deficiência, foram dados testemunhos favoráveis a essas entidades. Alisson Silva Pinto, até os 10 anos de idade, não pronunciava uma palavra sequer. Com deficiência múltipla resultante de uma paralisia cerebral parcial, ele foi encaminhado para a unidade da Apae de Florestal (Região Metropolitana de Belo Horizonte). A partir daí, sua vida começou a mudar. “Com o trabalho da Apae, eu aprendi até a falar”, contou Alisson, que hoje preside a instituição em Florestal. Ele ainda cuida da mãe, de 81 anos, e da esposa, que também tem deficiência. Já realizou o sonho de tirar sua carteira de motorista e continua sonhando: aos 47 anos, planeja ter filhos e se aposentar, depois de trabalhar 30 anos com carteira assinada. Alisson é a primeira pessoa com deficiência a presidir uma Apae em todo o Brasil.



Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência debateu, em Ouro Fino, a importância do fortalecimento das Apaes de Minas Gerais e o seu papel na garantia de direitos, na inclusão e na empregabilidade das pessoas com deficiência.

Outro exemplo de autonomia vem do garçom Rodrigo Barbosa, que tem síndrome de Down. “Com meu salário, faço compras, viajo e vivo com independência. Podemos trabalhar e realizar nossos sonhos”, contou. Entre os sonhos que pretende realizar, estão o de fazer uma viagem à Espanha e o de se tornar o primeiro modelo com síndrome de Down do Brasil.

Esses sonhos só foram possíveis graças ao trabalho das Apaes, que oferecem educação especial e atendimento especializado para a habilitação de pessoas com todos os tipos de deficiência: auditiva, visual, intelectual e física. Essas entidades recebem auxílio governamental, mas sobrevivem graças a doações voluntárias que financiam os seus serviços.

Segundo a presidente da Federação das Apaes de Minas Gerais, Gláucia Barreto, as 432 unidades do Estado atendem 90 mil pessoas por mês. As escolas mantidas pelas Apaes somam 9.601 matrículas. O serviço de reabilitação de deficiências intelectuais, presente em 137 unidades, realiza 25 mil atendimentos por mês. Para a inserção no mercado de trabalho, as Apaes têm convênios com 424 empresas, o que garantiu emprego formal para 275 pessoas com deficiência em 2023.

### Autismo

Em outra reunião, o tema foram as pessoas com (TEA), por ocasião da celebração do Dia Mundial de Conscientização do Autismo. O consenso ao final foi o de que, embora tenha avançado na conquista e na consolidação de direitos, esse público ainda enfrenta dificuldades de acesso às políticas públicas para garantir o cumprimento deles.



Por ocasião da celebração do Dia Mundial de Conscientização do Autismo, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência debateu pautas relacionadas aos direitos da população com transtorno do espectro autista (TEA) e outros transtornos do neurodesenvolvimento.

A advogada Daniele Avelar, especializada em Direito das Pessoas com Deficiência, priorizou duas demandas. Autista e mãe de autista, ela fez um apelo ao governador Romeu Zema (Novo) para que solucione o problema da falta de professores de apoio, o que mantém diversos alunos autistas fora da escola em Minas Gerais.

Já para o governo Lula, a advogada fez um apelo mais amplo: a homologação, pelo Ministério da Educação, do Parecer 50, do Conselho Nacional da Educação. De forma geral, o parecer determina a matrícula sem discriminação por deficiência e a inclusão plena dos estudantes com TEA em todas as atividades escolares, com as adaptações necessárias.

### **Cancelamento de planos de saúde**

Em audiência para debater denúncias de cancelamento unilateral dos planos de saúde das pessoas com TEA e propor medidas para garantir os seus direitos, a opinião de consenso foi a de que os contratos desses planos não podem ser rescindidos unilateralmente pelas operadoras.

Segundo o coordenador do Procon Assembleia, Marcelo Barbosa, a Constituição Federal e o Código de Defesa do Consumidor garantem os direitos dos usuários dos planos de saúde. O cancelamento unilateral dos planos pelas operadoras, permitido para os contratos coletivos, constitui uma prática abusiva contra os consumidores, na opinião dele. Essa regra prejudica especialmente idosos e pessoas com deficiência, que são considerados altamente vulneráveis.

As restrições impostas ao atendimento pelas operadoras causam prejuízos às pessoas com TEA. O presidente da Associação dos Amigos do Autista, William Boteri, cujo filho de 17 anos tem autismo nível 3 (o mais grave), contou que desistiu de ter plano de saúde por causa da burocracia imposta pelas operadoras. Seu filho precisa de tratamento com terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, psicólogo e psiquiatra, com custos que giram entre R\$ 5 mil e R\$ 6 mil por mês.



Cancelamento unilateral dos planos de saúde das pessoas com autismo, doenças raras e paralisia cerebral foi tema de debate na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

### **Leis aprovadas**

Seguem alguns projetos que tramitaram na comissão e foram transformados em leis, no ano de 2024:

- PL 1.239/23 (Lei 25.038), que institui a Política Estadual de Trabalho com Apoio para Pessoas com Deficiência;

- PL 747/23 (Lei 25.045), que cria o Dia do Voluntário da Apae;
- PL 2.218/20 (Lei 24.786), que institui o Sistema Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com TEA no âmbito do Estado;
- PL 631/23 (Lei 24.934), que institui a Política Estadual de Orientação sobre a Síndrome de Down;
- PL 3.099/21 (Lei 24.971), que dispõe sobre a inclusão, na carteira de identidade ou em outro documento de identificação pessoal, de informações sobre deficiência, doença grave ou outra condição incapacitante ou limitante de caráter permanente.

## Desenvolvimento Econômico

Em seu papel de analisar projetos e debater assuntos relacionados à economia, inovação e tecnologia para o progresso de Minas Gerais, a Comissão de Desenvolvimento Econômico realizou diversas audiências públicas no ano de 2024, entre as quais destacamos duas de grande importância, ambas ocorridas no mês de junho.

A alta carga tributária brasileira e seu impacto no desenvolvimento econômico de Minas Gerais e do País foi o tema do primeiro debate, com a participação de representantes das principais entidades empresariais de Belo Horizonte e do Estado, como a Federação de Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio-MG), a Federação das Associações Comerciais de Minas Gerais (Federaminas), a Associação Mineira de Supermercados (Amis), a Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), entre outras.

A discussão apontou que a complexidade excessiva do sistema tributário desestimula o empreendedorismo no Brasil, além de fazer com que os mais pobres paguem mais tributos que os ricos. Por outro lado, a regulamentação da reforma tributária, aprovada em 2023, gera desconfianças de que a cobrança de impostos aumente ainda mais.



Comissão de Desenvolvimento Econômico debateu a carga tributária e seu impacto no desenvolvimento econômico do Estado e do Brasil.

Como reivindicações, o setor defendeu redução da carga tributária estadual e nacional, ampliação de incentivos fiscais, medidas de fomento à competitividade das empresas e adoção de políticas para facilitar a geração de negócios.

A exploração de lítio no Vale do Jequitinhonha motivou outra relevante audiência da comissão. Polo de extração do metal, com a maior mina do Brasil (na cidade de Araçuaí), a região demanda investimentos para que possa participar de toda a cadeia produtiva, contribuindo para o desenvolvimento de alguns dos municípios mais vulneráveis do Estado.

Lideranças políticas da cidade de Divisa Alegre, que abriga há mais de três décadas a Companhia Brasileira de Lítio (CBL), compareceram em peso à reunião. Eles destacaram a importância do projeto de criação de um distrito industrial para atrair e receber novos investimentos.

O desenvolvimento regional, em especial da região Norte do Estado, também foi discutido diversas vezes pela comissão, ainda que não tenha sido objeto de evento específico.



Exploração de lítio no Vale do Jequitinhonha e outros incentivos para o desenvolvimento econômico e social da região foram discutidos na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

### **Proteção à mulher em eventos do Estado**

A proteção às mulheres também foi assunto debatido pelo colegiado, durante a tramitação do PL 1.246/19, que visa instituir uma campanha permanente de combate ao assédio e à violência contra esse público nos eventos culturais e esportivos realizados no Estado.

Para isso, a proposta acrescenta um inciso à política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado, instituída pela Lei 22.256/2016.

O projeto define objetivos e ações da campanha, trata da disponibilização de imagens de câmeras de videomonitoramento de segurança a autoridades competentes e dispõe sobre multa em caso de descumprimento das medidas, cabendo ao órgão executivo responsável a regulamentação da lei e as ações de fiscalização.



Combate ao assédio e à violência contra mulheres em eventos culturais, esportivos e de lazer foi tema de debate na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

### **Cinema para pessoas com transtorno do espectro autista (TEA)**

Outro projeto que pautou os trabalhos da comissão em 2024 foi a discussão e votação do PL 1.383/23, que tem por objetivo promover sessões de cinema adaptadas para pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) no Estado.

O projeto altera a Lei 13.799/2000, a qual dispõe sobre a política estadual dos direitos da pessoa com deficiência. O objetivo é passar a prever a adoção de medidas para promover o acesso igualitário das pessoas com deficiência em eventos culturais, exposições, sessões de cinema e teatro e espetáculos musicais.



Comissão de Desenvolvimento Econômico analisou proposição que trata da promoção de sessões de cinema para pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) no Estado de Minas Gerais.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico emitiu parecer favorável ao projeto, considerando os impactos éticos e positivos da inclusão de pessoas com TEA nas atividades econômicas, sejam como produtores, sejam como consumidores.

### **Segurança em agências bancárias**

A segurança dos clientes de agências bancárias também motivou discussões na comissão com a tramitação do PL 434/23. A proposição altera a Lei 12.971/1998, para desobrigar a instalação de porta eletrônica de segurança giratória e individualizada em estabelecimentos bancários e financeiros nos quais não haja guarda de valores ou movimentação de dinheiro.

Na sua passagem pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, o PL foi aprimorado com conceitos adotados pelo Conselho Monetário Nacional e a hipótese de o Estado ceder espaços físicos em imóveis de sua propriedade para implantação de postos de atendimento bancário e financeiro. O intuito é expandir a rede de atendimento.

O projeto também trata, entre outros temas, da instalação de sinalização tátil para acessibilidade de usuários. Vigilância ostensiva no período de atendimento e dispositivos de segurança, como alarme sonoro e sensor de movimento, seguem obrigatórios na proposta. Por outro lado, há a previsão de flexibilização do tipo de colete balístico a ser utilizado pelo profissional incumbido da segurança.

### **Direitos Humanos**

Em 2024, a Comissão de Direitos Humanos, além da defesa dos direitos individuais e coletivos, da promoção da igualdade e da fiscalização da proteção dos direitos humanos, trabalhou em prol do fortalecimento do regime democrático.

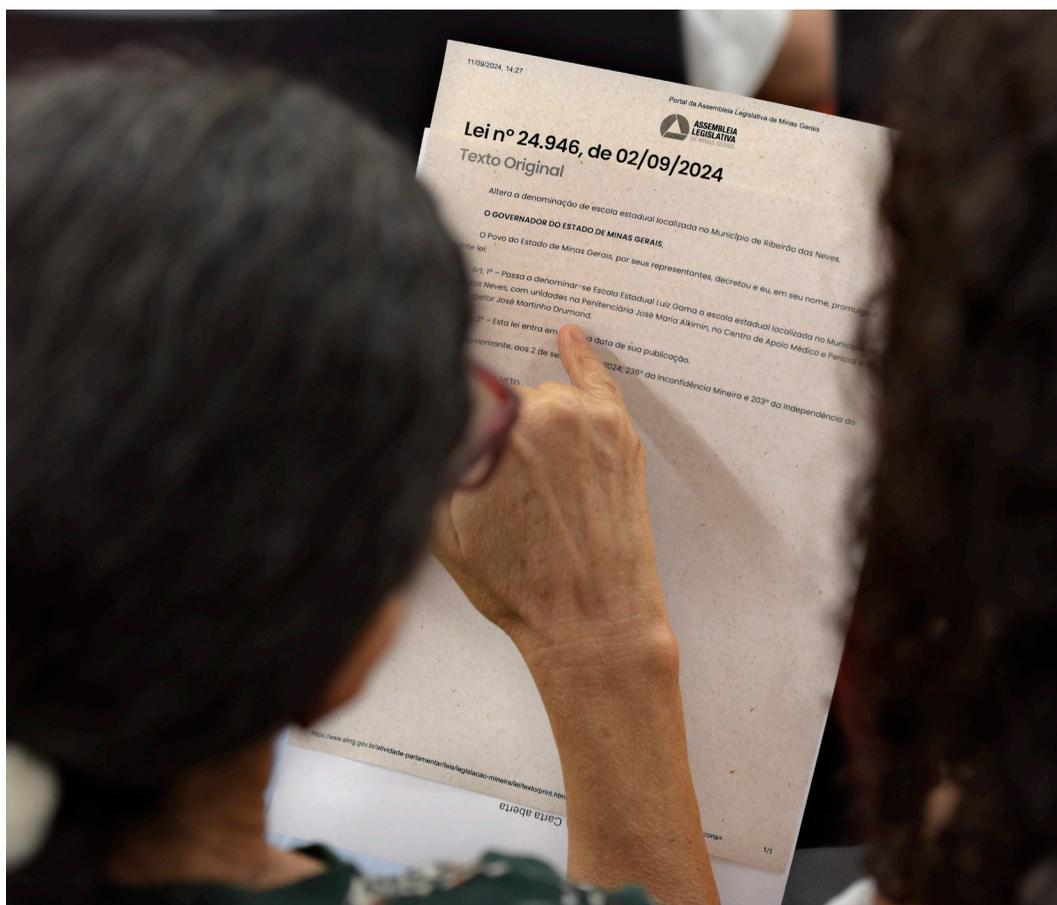
Um exemplo significativo foi o lançamento do Observatório Justiça e Democracia no Estado, um espaço dedicado ao monitoramento e à promoção da justiça e que busca avaliar e fortalecer a relação entre a sociedade e o Poder Judiciário. Criada pela Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), a iniciativa tem a função de acompanhar o comportamento do Sistema de Justiça e de seus agentes para conscientizar a sociedade sobre a importância dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito e propor alternativas para democratizar o Judiciário, além de denunciar casos de violação de direitos.

Em audiência, advogados criminalistas defenderam a instalação de delegacia para tratar da violência contra a classe. A comissão procurou ouvir as demandas e buscar alternativas para, no âmbito da administração pública, garantir a segurança e o livre exercício da atividade, considerando os inúmeros crimes cometidos contra advogados no exercício de suas funções.

Além disso, o colegiado recebeu uma missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) para discutir e analisar temas relacionados à defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos. O CNDH, instituído pela Lei 4.319/1963, tem um papel importante na proteção dos direitos humanos em nível nacional, monitorando a situação dos direitos no Brasil e buscando soluções para casos de violação. A ação reforçou o compromisso da Assembleia com a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária, trazendo à tona debates sobre o avanço e a consolidação dos direitos humanos no Estado.

Outro importante momento de reflexão ocorreu quando a Comissão de Direitos Humanos se reuniu com o Conselho Nacional de Direitos Humanos para debater questões urgentes sobre violência de gênero. O encontro focou a necessidade de ações mais efetivas para combater a violência contra as mulheres, especialmente em um contexto de crescente vulnerabilidade. As discussões abordaram desde a criação de políticas públicas até a implementação de medidas de proteção mais eficientes, reforçando a responsabilidade das instituições na promoção de um ambiente seguro e igualitário para todas as pessoas.

A defesa dos indivíduos privados de liberdade (IPLs) foi também objeto de trabalho da comissão. Os direitos das pessoas custodiadas no Sistema Penitenciário do Estado de Minas Gerais motivaram a audiência. Durante o encontro, familiares e representantes da comitiva em missão do CNDH debateram violações denunciadas. Situações degradantes foram constatadas nos presídios estaduais. Ausência de atendimento à saúde e oferta de alimentação inadequada provocaram as denúncias mais contundentes. Por seu impacto na saúde mental dos detentos, a proibição do uso de cigarro nas unidades foi equiparada à tortura.



Comissão de Direitos Humanos debateu os direitos das pessoas custodiadas no Sistema Penitenciário do Estado de Minas Gerais e as denúncias de violações de direitos humanos em audiência pública com missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

### Juventude, negros e quilombolas

Sob a palavra de ordem da “decolonização”, termo que traduz o esforço para diminuir e até reverter os efeitos históricos da colonização em sociedades como a brasileira, assolada pela desigualdade e pelo racismo, o combate à discriminação racial foi tema central da Comissão de Direitos

Humanos, que, ao longo do ano, debateu a necessidade de se incluir, de fato, jovens, negros e quilombolas nas políticas públicas.

A escassez de políticas que atendam à diversidade de jovens em Minas também foi tema de audiência pública, na qual representantes da juventude mineira reivindicaram ações específicas e participação política, com estruturação de conselhos municipais e orçamento próprio. Os dados apresentados evidenciaram que a vulnerabilidade de jovens negros e pobres é ainda maior. Por isso, os participantes do encontro observaram a necessidade de diminuição das desigualdades, indo além da ideia genérica de juventude.

Igualmente em perspectiva interseccional, o colegiado debateu sobre a atuação das mulheres negras na defesa e na promoção dos direitos humanos. Foram homenageadas ativistas que se destacaram nas lutas em diversos campos: sindicatos; meio cultural; política; população quilombola; comunidade LGBTQIA+; religião; educação. A ampliação da presença negra na sociedade foi destacada.



Realização da 1ª Parada Negra LGBT+, com o tema “Do erê ao ancestral: pela vida das juventudes negras”, promovida pela Rede Afro LGBT, foi tema de debate na Comissão de Direitos Humanos.

A atuação da Escola de Samba Unidos dos Guarany's na promoção dos direitos das etnias e dos grupos sociais minoritários também ficou em evidência. Ao completar 60 anos, a escola da favela Pedreira Prado Lopes recebeu homenagem da Assembleia por sua atuação como celeiro de cultura e tradição, espaço de alegria e resistência.

Outro destaque foi o debate que a comissão promoveu acerca do reconhecimento do Congado e da Festa do Rosário como patrimônios culturais imateriais e sobre o direito à memória e à preservação da cultura afro-brasileira. Além de relatarem as dificuldades para se lidar com o preconceito e a falta de recursos, capitães e rainhas receberam orientações relativas aos procedimentos para ajudar na proteção patrimonial.

As estratégias e diretrizes de salvaguarda também foram abordadas em audiência sobre questões territoriais e acesso a direitos e garantias, com foco no Quilombo Família Sanhudo, localizado na comunidade de Tejuco, em Brumadinho. Problemas no abastecimento de água foram agravados devido ao avanço da mineração. A situação foi considerada desoladora.



Comissão de Direitos Humanos debate sobre atuação da Escola de Samba Unidos dos Guarany's na promoção dos direitos das etnias e dos grupos sociais minoritários.

Entre os projetos que tramitaram na comissão, cabe destacar o PL 817/23, que institui o Estatuto da Igualdade Racial. A iniciativa é resultado de amplo diálogo com movimentos sociais e tem como objetivo principal promover a inclusão social das pessoas negras.

### **Comunidade LGBTQIA+, mulheres e imigrantes**

A Comissão de Direitos Humanos atuou de forma destacada na defesa dos direitos da população LGBTQIA+ ao longo de 2024. Com debates sobre cidadania e direitos humanos, promoveu diversas iniciativas para garantir a igualdade e a dignidade dessa comunidade. Entre as ações, a comissão apoiou eventos importantes, como a 1ª Parada Negra LGBTQ+, além de trabalhar em temas como a visibilidade das identidades LGBT, o combate à violência homofóbica e lesbofóbica, e o enfrentamento da violência política.

Em audiência com o tema “Do erê ao ancestral: pela vida das juventudes negras”, lideranças anunciaram que buscam visibilidade para sua luta e demarcação de sua identidade, sem abandonar causas mais amplas nem provocar divisões.

Debater os direitos e a cidadania LGBTQIA+, bem como o financiamento da Parada do Orgulho LGBTQ+ em Belo Horizonte e nos demais municípios do Estado, também foi objetivo da reunião. Casos de lesbofobia e lesbocídio no Estado motivaram outra discussão e a reivindicação de que tais práticas sejam tipificadas como crimes.

Ao acolher o relato dos ataques homofóbicos sofridos pelo prefeito de Alpinópolis, a comissão prestou solidariedade a todas as vítimas desse tipo de agressão, também considerada violência política. Devido às graves ameaças que sofreu, o titular do Executivo dessa cidade cogitou desistir do pleito eleitoral de 2024.

Em conjunto, as comissões de Defesa da Mulher e de Direitos Humanos promoveram um debate sobre os avanços e os desafios no enfrentamento da violência política de gênero. Também discutiram formas de se combater a violência moral e sexual no serviço público. Na mesma ocasião, receberam a comitiva da missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Outra audiência teve como mote debater a recepção feita pelo Estado à imigração estrangeira, em especial aos refugiados de guerra. Na mesma oportunidade, o colegiado homenageou o trabalho desenvolvido pelo Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz), que completou 20 anos em 2024.



Lançamento do Observatório Justiça e Democracia, criado pela Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), foi celebrado em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos.

### **Moradia e proteção dos defensores de direitos humanos**

Outra importante frente de atuação da Comissão de Direitos Humanos foi a defesa da moradia digna e a proteção dos defensores de direitos humanos. O trabalho do colegiado abordou questões fundamentais para a garantia de direitos essenciais e incluiu debates sobre as violações sofridas por trabalhadores rurais e movimentos sociais, com ênfase no fortalecimento do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos no Estado.

Além disso, a comissão se dedicou à análise de políticas públicas que envolvem a consulta e o licenciamento ambiental, com foco na proteção de comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais. O enfrentamento da violência no campo, as agressões a líderes e defensores dessas populações, e as dificuldades enfrentadas por moradores em busca de moradia digna também marcaram a agenda do colegiado, que se empenhou em promover a justiça e a segurança para todas as comunidades, sem deixar de lado a análise de questões urbanas e de infraestrutura, como os riscos no transporte público.

Ao abordar a política pública de proteção de direitos humanos no Estado, a comissão recebeu proposições para o Plano Nacional de Proteção às Pessoas Defensoras de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas. Em outra audiência, o colegiado debateu possíveis violações de direitos humanos após a publicação do Decreto 48.893/2024, que dispõe sobre a obrigatoriedade de consulta livre, prévia e informada como requisito para a concessão de licenciamento ambiental estadual que afete povos indígenas, comunidades quilombolas ou povos e comunidades tradicionais. Também discutiu políticas públicas para os povos e comunidades tradicionais e os 10 anos da aprovação da Lei 21.147/2014, que institui a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais.

A violência no campo foi tema de reunião, tendo em vista o aumento dos conflitos territoriais e a perseguição a lideranças e defensores de direitos humanos. Foi discutido especialmente o assassinato brutal do líder camponês e defensor de direitos humanos José Silva do Nascimento, conhecido como Zé dos Peixes, executado em sua residência, no Assentamento Oziel Alves Pereira, em Governador Valadares.

A comissão também tratou das violações sofridas pelos moradores da Ocupação Construindo Sonhos, localizada no Bairro Ribeiro de Abreu, em Belo Horizonte, em sua luta por direito à moradia digna. Outra audiência teve como tema os ataques a direitos individuais e coletivos da população atendida pela União Auxiliadora dos Cegos de Minas Gerais, diante da ameaça de desocupação compulsória do imóvel de propriedade da entidade.



Comissão de Direitos Humanos debateu as violações de direitos humanos ocorridas na Ocupação Construindo Sonhos (Bairro Ribeiro de Abreu).

Outra atividade desenvolvida pelo colegiado foi a visita técnica à Estação de Metrô São Gabriel para averiguar as condições de violação da dignidade e de riscos à vida e à integridade física dos passageiros. Membros da comissão avaliaram em especial a Linha 815, que se envolveu em três acidentes com vítimas em curto período de tempo.

### **Saúde e votos de congratulações**

A necessidade de universalizar o acesso a remédios feitos à base de *Cannabis*, bem como de enfrentar processos de criminalização da planta, foram alguns dos temas discutidos na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em audiência pública. Durante o debate sobre a descriminalização, foi realizada homenagem às associações de usuários da planta para fins medicinais Ama-me e Angatu.

Parlamentares e especialistas também debateram o papel da psicologia na sociedade mineira e suas relações com a democracia e os direitos humanos. O encontro celebrou os 50 anos do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. Durante a reunião, foram entregues diplomas referentes aos votos de congratulações para as representantes da entidade.

A comissão discutiu, sob a perspectiva dos direitos humanos, os impactos do PL 294/15, que determina a comunicação, por parte de hospitais, clínicas e postos de saúde, das ocorrências de embriaguez ou indícios de uso de drogas em criança ou adolescente. O objetivo foi avaliar as possíveis violações dos direitos humanos fundamentais desse segmento da sociedade.

Dois grupos receberam voto de congratulações por se engajarem na luta em prol do direito humano à saúde. Representantes do Movimento de Conscientização Família UAI-MG e do Movimento em Defesa dos Direitos da Pessoa com Esclerose Lateral Amiotrófica (Movela) debateram a situação de pacientes acometidos por doenças raras e apontaram gasto público com medicamento ineficaz.

A comissão discutiu ainda os impactos da precarização do serviço de saúde pública e as violações dos direitos básicos em Betim. Participantes denunciaram sucateamento e fechamento de unidades, falta de remédios e insumos, baixos salários, perseguição aos trabalhadores, demora, burocracia e erros nos atendimentos. A situação foi considerada caótica.

### **Educação, Ciência e Tecnologia**

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia priorizou a escuta e a participação da sociedade nos seus trabalhos, contribuindo, dessa forma, para o fortalecimento do processo de fiscalização e participação popular. Foram realizadas 55 audiências nas áreas de educação, ciência, pesquisa, tecnologia e inovação. A comissão ainda realizou 10 visitas técnicas e 2 debates públicos, um para discutir os impactos da privatização das escolas estaduais sobre a sociedade e outro para abordar o uso terapêutico da *Cannabis*. O colegiado também promoveu um fórum técnico, com sete encontros regionais, em que foi formulado o Plano Estadual de Ciência, Pesquisa, Tecnologia e Inovação.

Na parte deliberativa, foram apreciados 50 projetos de leis e feitos 604 requerimentos de pedidos de informações, providências e fiscalização.

A comissão debateu ainda a situação em que se encontram diversas comunidades escolares e os profissionais da educação, desde a educação infantil até a pós-graduação.

A saúde dos estudantes foi o foco das audiências que trataram do direito à vacina e da responsabilidade do Estado, bem como das ações de combate às arboviroses dengue, zika e chikungunya nas escolas. Parlamentares cobraram medidas para ampliação da campanha de vacinação de crianças e adolescentes nas escolas públicas e privadas do Estado, com base no Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde.

Outro tópico discutido ressaltou a importância da oferta de alimentação adequada e saudável nas redes pública e privada para a qualidade de vida dos estudantes. Ao tratar desse tema em reunião, a comissão expressou o objetivo de contribuir para o crescimento, o desenvolvimento e a melhoria do rendimento escolar dos alunos.

Em 2024, a ALMG sediou a preparação para a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Parlamentares ajudaram a articular a definição das 25 propostas a serem apresentadas no evento. Representantes estudantis, por sua vez, debateram as medidas necessárias para o financiamento público e privado, a autonomia das instituições de ensino e a popularização da ciência, entre outras questões relacionadas aos temas “Ciência no Parlamento” e “Ciência e democracia”.

Política de reajuste salarial e de valorização da carreira dos profissionais da educação, cronograma de nomeações dos candidatos aprovados em concurso, contribuição previdenciária, além de pesquisa sobre condição e formação docente, foram outros assuntos tratados pela comissão. Também foi realizado debate sobre a situação dos profissionais contratados temporariamente.

### **Atenção às demandas de grupos específicos**

Após visita técnica para averiguar as condições de matrícula e funcionamento das turmas da Escola Estadual Doutor Lucas Monteiro Machado, em Belo Horizonte, parlamentares fizeram audiência para debater o seu possível fechamento. Dinâmica semelhante ocorreu para defender a importância da oferta do ensino médio regular na Escola Estadual Tito Fulgêncio.



Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia realizou visita técnica e debate sobre as condições de matrícula e funcionamento das turmas da Escola Estadual Doutor Lucas Monteiro Machado, em Belo Horizonte.

A proposta de implantação de instituto federal de educação no Barreiro motivou reunião em abril. Durante o encontro, duas sugestões de locais foram debatidas. A região conta com 54 bairros e possui mais de 300 mil habitantes. Há uma demanda histórica por melhorias na educação. O governo federal anunciou, em março de 2024, investimentos para oito novos *campi* em Minas, incluindo um na capital.

Membros da comissão debateram as estratégias de ensino e a capacitação dos profissionais voltados para o atendimento educacional das pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) e demais transtornos do neurodesenvolvimento. Também discutiram a necessidade de garantia da assistência do professor de apoio à comunicação, linguagem e tecnologias assistivas (ACLTA) a todos os alunos com deficiência nas escolas.

Atento a essas demandas, o colegiado aprovou parecer em 2º turno do Projeto de Lei (PL) 1.235/23, transformado na Lei 24.844, de 2024. A norma dispõe sobre o Protocolo Individualizado de Avaliação (PIA) para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública estadual de ensino.

Os impasses e as perspectivas da educação escolar quilombola foram pauta de reuniões motivadas pelos resultados de mapeamento feito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A pesquisa demonstrou a falta de infraestrutura e de formação, confirmando sua situação precária e o descumprimento dos direitos das comunidades.

Duas visitas técnicas e uma audiência pública contribuíram para compreender os impactos da Resolução SEE 4.955, de 2024, na organização e no funcionamento dos Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesecs). A norma determina que, a partir do próximo ano, 80% da carga horária da educação de jovens e adultos seja por meio de educação a distância (EaD). Alunos e professores manifestaram a necessidade de continuar com o formato presencial.

### **Educação superior e pesquisa**

Foi realizada reunião com o intuito de discutir medidas efetivas e urgentes para a devida valorização e defesa da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg). Também foi feita uma visita à Seplag para apresentar a demanda de uma política de valorização dos servidores docentes e do quadro administrativo da Uemg e da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).



Professores e estudantes reivindicam investimentos para a Uemg. ALMG realizou debate para discutir medidas efetivas para a valorização e defesa da Universidade.

No início de 2024, a comissão debateu os impactos do Decreto 48.715, de 26 de outubro de 2023, que promoveu alterações no Estatuto da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), retirando autonomia da instituição. Outro tema discutido em 2024 foi a situação dos pós-graduandos no mundo da formação e do trabalho. Parlamentares reconheceram a importância de ações para o fortalecimento da comunidade acadêmica no Estado e receberam o documento resultante do Fórum das Associações de Pós-Graduandos de Minas Gerais.

Em três momentos, o colegiado efetuou visitas para averiguar os impactos do empreendimento automobilístico Stock Car nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela UFMG. A pauta também mobilizou a comunidade universitária em audiência pública. Foram denunciados prejuízos que vão da poluição sonora e do bloqueio de vias à interrupção de pesquisas científicas.



Comunidade universitária da UFMG participou de audiência pública na ALMG. Foram denunciados prejuízos que vão da poluição sonora e do bloqueio de vias à interrupção de pesquisas científicas.

Outra atividade relacionada ao campo acadêmico foram os debates sobre a importância do incentivo à pesquisa científica para o desenvolvimento do uso terapêutico e medicinal dos produtos derivados da *Cannabis* e os meios necessários para viabilizar o acesso da população a esse tratamento. A experiência de regulamentação no Uruguai foi apresentada em uma das reuniões.

## Esporte, Lazer e Juventude

Durante o ano, a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude analisou projetos e promoveu debates sobre o incentivo da prática esportiva e do lazer, a inclusão social por meio do esporte e do lazer e a participação do jovem no processo social, econômico, político e cultural do Estado.

A fim de valorizar atletas e promotores mineiros e incentivar o desporto, os parlamentares declararam diferentes ligas, clubes e associações recreativas como de utilidade pública.



Comissão de Esporte, Lazer e Juventude debate a experiência do município de Buritis na implantação de quatro escolas cívico-militares na rede municipal de educação e os impactos desse modelo educacional na juventude mineira.

Com a aprovação do Projeto de Lei 1.376/23, foi modificada a Lei 20.782/2013, incluindo, na concessão de bolsa-atleta e bolsa-técnico no âmbito do Estado, a categoria dos “surdolímpicos”.



Projeto de Lei 1.376/23 modificou a Lei 20.782/2013 para incluir, na concessão de bolsa-atleta e bolsa-técnico no âmbito do Estado, a categoria dos “surdolímpicos”.

Já o Projeto de Lei 780/19 foi aprovado e transformado na Lei 24.987/2024, alterando a Lei 20.824/2013 e aumentando o percentual de recursos concedidos por incentivo fiscal a projetos esportivos, ampliando as possibilidades de captação para esse setor.

Outros projetos também tramitaram no colegiado e viraram leis, destacando-se um que incentiva a prática de corridas de rua e outro que assegura recursos orçamentários para programas, projetos e ações desportivas profissionais ou amadores.

Além de prestar homenagens a atletas premiados no Brasil e no exterior, a comissão discutiu a implantação de uma política estadual do esporte e realizou audiência pública para debater sobre a experiência de implantação da escola cívico-militar no município de Buritis.



Gabriel Hovelacque de Faria, atleta de badminton da Confederação Brasileira de Desportos de Surdos e da Federação Mineira Desportiva dos Surdos, participa do ciclo de debates Lei de Incentivo ao Esporte, promovido pela Comissão de Esporte, Lazer e Juventude.

## Fiscalização Financeira e Orçamentária

A dívida de Minas com a União mais uma vez mobilizou os deputados da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO), em discussões acaloradas sobre as propostas do governo do Estado e as alternativas costuradas no Congresso Nacional.

Reiteradas vezes, o Poder Executivo ponderou que a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), por meio do Projeto de Lei (PL) 1.202/19, seria a opção mais razoável para dar fôlego ao caixa do Estado e não comprometer serviços essenciais com o pagamento imediato de prestações expressivas da dívida, suspensas desde 2018 por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF).

O projeto de adesão ao RRF está pronto para votação em 2º turno no Plenário, após receber parecer favorável da FFO em julho. Apesar de ter avançado na Casa, os parlamentares deixaram claro que não veem a medida como o melhor caminho para o equacionamento da dívida, estimada em cerca de R\$ 175 bilhões.



Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Administração Pública e de Constituição e Justiça debatem o Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

A estratégia de deixar a proposta em condições de ser votada em definitivo passou pela atuação de atores externos, o STF e o Congresso, para que Minas não tivesse que arcar imediatamente com uma parcela bilionária.

No Judiciário, foi pleiteado o adiamento do prazo para que o Estado voltasse a pagar as parcelas da dívida; no Senado e na Câmara dos Deputados, as atenções estavam voltadas para a tramitação do projeto que institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

Apresentado pelo presidente do Senado, após negociações com a participação direta da Assembleia, o Propag agradou tanto ao governo de Minas quanto aos deputados e às deputadas do Parlamento Mineiro, por entenderem que a proposta traz condições mais favoráveis.

No entanto, antes mesmo de o Propag ser aprovado e sancionado, o Estado, com fundamento em decisão do STF, aderiu ao RRF em agosto. A adesão estabeleceu a retomada do pagamento de parcelas da dívida a partir de outubro e o prazo de seis meses para a concretização das medidas estruturantes previstas, com um cronograma definido.

Em síntese, a adesão ao RRF prevê a vigência de até nove exercícios financeiros e a celebração de contrato para refinanciar as dívidas do Estado. Para que Minas Gerais possa usufruir desses benefícios, deve implementar algumas medidas, como a redução de pelo menos 20% dos incentivos ou benefícios fiscais concedidos e a realização de leilões de pagamento para quitar dívidas com fornecedores e prestadores de serviço.



Coletiva do presidente da ALMG, Tadeu Leite, sobre o Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

No Plano de Recuperação Fiscal (PRF) do governo, devem estar detalhadas todas as medidas emergenciais a serem implementadas, incluindo a possibilidade de privatização de empresas estatais para o abatimento da dívida com a União e a instituição de mecanismos para limitar o crescimento anual das despesas primárias do Estado, como a folha de pagamento do funcionalismo público.

Os deputados aperfeiçoaram a proposta do Poder Executivo durante a sua tramitação. O substitutivo aprovado em 2º turno na FFO condiciona, por exemplo, as alterações e as atualizações do PRF à prévia aprovação pela Comissão de Compatibilização e Acompanhamento Orçamentário, com membros dos três Poderes e de órgãos da Justiça, que poderá inclusive propor o encerramento do regime de recuperação. Essa comissão ainda poderá solicitar dados referentes ao PRF, relatórios e outras informações consideradas necessárias.

Além disso, o novo texto assegura a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos estaduais durante a vigência do RRF e vincula os recursos arrecadados com as medidas de desestatização previstas ao pagamento de contratos de dívidas do Estado.

O Propag, por sua vez, prevê, de forma geral, condições contratuais diferenciadas para o pagamento da dívida, com prazos mais longos e descontos nos juros. A proposta foi aprovada pelo Senado no dia 17 de dezembro de 2024.

O programa traz a possibilidade da transferência de ativos para a União e a reversão de parte dos juros para investimentos em educação, infraestrutura de saneamento, habitação, adaptação às mudanças climáticas, transporte e segurança pública.

Também institui fundo para a transferência de parte dos recursos que seriam pagos com os juros dos financiamentos para investimentos em todos os estados.

## Sistema orçamentário

Como de praxe, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, ampliada com membros das demais comissões permanentes, debruçou-se sobre os projetos orçamentários, encaminhados anualmente pelo governo. Por meio desse conjunto de proposições, o Poder Executivo define como pretende gastar os recursos públicos.

Em julho, foi aprovado no Plenário o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que contém as metas e as prioridades da administração pública estadual e as orientações para a elaboração do orçamento do próximo ano. A projeção foi de uma receita anual de R\$ 129,5 bilhões e uma despesa de R\$ 133,2 bilhões, o que resultaria em um déficit de R\$ 3,7 bilhões.

Em dezembro, antes do encerramento dos trabalhos legislativos, a Assembleia aprovou o projeto que contém a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2025. São estimadas receitas de R\$ 128,9 bilhões e fixadas despesas de R\$ 137,5 bilhões, com previsão de déficit fiscal de R\$ 8,6 bilhões, ou seja, superior ao previsto originalmente pela LDO.

No mesmo dia, foi aprovada a revisão para 2025 do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2024-2027. O plano detalha os gastos e os investimentos do Estado nas suas diversas áreas de atuação, em um período de quatro anos. Ele precisa ser atualizado anualmente, para ficar compatível com a LOA.

A revisão do PPAG foi submetida a um processo de discussão participativa, com encontros em diversas regiões do Estado e uma consulta pública, para que os cidadãos pudessem apresentar sugestões de aprimoramento da destinação de recursos para as políticas públicas estaduais.



Discussão Participativa do PPAG – Encontro em Belo Horizonte.

## Audiências públicas

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária também se reuniu, com a presença de público, para debater temas importantes, como as demandas dos Centros de Formação de Condutores (CFCs),

dos examinadores de prova de direção e dos gestores de empresas de desmontagem veicular, devido à transferência de serviços do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) para a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag).

Durante a audiência, em setembro, foram apresentadas queixas quanto a problemas de comunicação e de sistemas, assim como demandas pontuais de alteração de procedimentos exigidos pela Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito (vinculada à Seplag) e de permissão para que os policiais civis que exercem a função de examinadores continuem nesse serviço.

Nos meses de junho e outubro, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, foi discutido o cumprimento de metas fiscais relativas a quadrimestres do exercício financeiro. Essas reuniões também integraram as atividades de monitoramento intensivo da comissão no âmbito do Assembleia Fiscaliza.

O governo apresentou a estimativa de estabilidade entre receitas e despesas ao final do ano, mesmo diante da manutenção da delicada situação fiscal.

### Normas em vigor

Projetos de lei importantes para a atualização da legislação tributária do Estado passaram pelo crivo da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária em 2024.

Uma das normas jurídicas oriunda de proposição aprovada no Plenário foi a Lei Complementar 175/2024, que trata da utilização dos recursos destinados ao Pro-Hosp, programa instituído pela Secretaria de Estado de Saúde para melhorar a qualidade do atendimento nos hospitais.



Lei Complementar 175, que trata da utilização dos recursos destinados ao Pro-Hosp, é aprovada a fim de garantir que a execução dos recursos provenientes do pagamento da dívida do Pro-Hosp pelo Fundo Estadual de Saúde respeite a destinação definida.

O objetivo dessa lei é garantir que a execução dos recursos provenientes do pagamento da dívida do Pro-Hosp pelo Fundo Estadual de Saúde respeite a destinação definida, sendo vedada a transferência dos recursos, pelos municípios, para outra finalidade.

Já a Lei 24.987, sancionada em setembro de 2024, amplia o incentivo fiscal ao esporte no Estado. O teto de captação de recursos referentes ao ICMS destinados ao investimento na área esportiva triplicou, com o percentual de renúncia podendo variar de 0,15% a 0,3% da receita líquida anual do imposto.

A Lei 24.756, em vigor desde maio de 2024, criou a Nota Fiscal Mineira, para incentivar os consumidores a exigirem a emissão de cupom fiscal. Aqueles que aderirem a essa prática e estiverem inscritos no programa concorrem a prêmios em dinheiro.



Lei 24.756/2024, que criou a Nota Fiscal Mineira, tem por objetivo incentivar os consumidores a exigirem a emissão de cupom fiscal, por meio da realização de sorteios com prêmios em dinheiro.

Outra importante norma, a Lei 24.943, sancionada em julho de 2024, modifica regras para doações em anos eleitorais, proibindo a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior.

A cobrança do IPVA em Minas a partir do mês de fevereiro, e não mais em janeiro, está prevista na Lei 25.070, que foi sancionada em dezembro de 2024.

A Lei 25.090, também sancionada em dezembro do mesmo ano, com o objetivo de fortalecer o Colégio Tiradentes, ampliou as equipes de profissionais de educação, de modo a atender a demanda e fomentar a oferta de vagas.

O PL 2.534/24, que trata da resolução de litígios inscritos na dívida ativa do Estado, concedendo descontos em multas, juros e demais acréscimos legais, aguarda sanção do governador, assim como o PL 2.238/24, o qual propõe novas regras de contribuição dos beneficiários ao Ipsemg, com o objetivo de melhorar os serviços de saúde ofertados aos usuários da rede, e o PL 2.564/24, que institui o Fundo de Desenvolvimento do Ministério Público, o Fundo Especial de Garantia do Acesso à Justiça e o Fundo Especial da Advocacia-Geral do Estado.

## Projetos de lei

Entre os projetos ainda em tramitação na Casa e que já receberam o aval da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em 1º ou 2º turno, outros dois também dispõem sobre o IPVA.



Lei 25.070, sancionada em dezembro de 2024, determina a cobrança do IPVA em Minas a partir do mês de fevereiro, e não mais em janeiro.

O PL 299/23 busca permitir a transferência de propriedade de veículos usados, mesmo que para fora do Estado, independentemente do pagamento antecipado das parcelas do imposto. Já o PL 779/19 pretende ampliar a isenção do IPVA para veículo de pessoa com deficiência.

Por sua vez, o PL 662/23 autoriza os municípios a pagarem, com recursos próprios, despesas contempladas em convênio firmado com o Estado, quando houver atraso nos repasses. O objetivo é evitar atrasos na conclusão de obras e paralisação de serviços executados pelas prefeituras com recursos do Poder Executivo.

Outro importante projeto em tramitação, o PL 54/23 amplia o alcance do benefício fiscal para mercadorias em que haja o emprego de rejeito ou estéril de minério como insumo em sua fabricação.

## Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Incêndios florestais, eventos climáticos extremos e impactos ambientais da mineração foram alguns dos assuntos que mobilizaram os deputados da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2024. Ao longo de todo o ano, os integrantes da comissão realizaram diversas audiências públicas e visitas para tratar de problemas ambientais e seus impactos sobre a população mineira.

A situação da Lagoa de Ibirité (Região Metropolitana de Belo Horizonte) motivou a realização de visitas e audiência. Esse reservatório artificial, localizado em Ibirité, Sarzedo e Betim, foi construído em 1968 para a captação de água destinada aos processos industriais da Refinaria Gabriel Passos (Regap).

Atualmente, a lagoa encontra-se em avançado estado de degradação ambiental devido ao lançamento de esgotos sem tratamento, razão pela qual são bastante frequentes a proliferação de cianobactérias, o crescimento acelerado de aguapés e a mortandade de peixes. Além disso, devido à ocupação desordenada e aos processos erosivos ativos em sua bacia hidrográfica, a lagoa apresenta significativas taxas de assoreamento, o que reduziu muito sua capacidade de armazenamento de água.

Em busca de soluções para esses problemas, a Comissão de Meio Ambiente realizou três visitas técnicas. Em uma delas, os parlamentares foram ao vertedouro da lagoa para acompanhar as ações de limpeza do espelho d'água e de desassoreamento.

Além disso, visitaram a Regap para conhecer o processo de tratamento dos efluentes industriais que são despejados no Córrego Pintado, afluente da Lagoa de Ibirité. Também constataram o funcionamento de um sistema clandestino de bombeamento de esgoto tratado pela Copasa para a Regap. Após a realização dessas visitas, a comissão promoveu uma audiência pública para discutir o cumprimento de condicionantes, pela Petrobras, para a renovação da licença de operação da Regap.



Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável conheceu o processo realizado e as condições operacionais da estação de tratamento de esgoto da Copasa no Jardim das Rosas, em Ibirité.

Os impactos ambientais da fábrica da Coca-Cola Femsa em Itabirito (Região Central do Estado) motivaram a realização de duas visitas em 2024. Em abril, os deputados foram às comunidades de Suzana e Campinho, em Brumadinho (RMBH), para verificar os problemas no abastecimento de água decorrentes da exploração do Aquífero Cauê pela empresa.

Em novembro, os deputados visitaram o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) para averiguar as condições de acompanhamento da concessão das outorgas para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae) de Itabirito. Eles também trataram dos estudos técnicos que instruíram essas outorgas, as quais permitem à Coca-Cola Femsa a exploração das águas subterrâneas do Aquífero Cauê.

Em junho de 2015, a Coca-Cola Femsa iniciou as operações de sua fábrica em Itabirito e, cerca de dois meses depois, foi constatada a diminuição da vazão de água para atendimento das comunidades do entorno.



Em visita às comunidades de Suzano e Campinho, em Brumadinho, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável verificou as condições do abastecimento de água potável por meio de caminhão-pipa, em razão da exploração do Aquífero Cauê pela empresa Coca-Cola desde o ano de 2015.

Segundo dados fornecidos pela ONG Abrace a Serra da Moeda, o empreendimento extrai mensalmente mais de 173.000 m<sup>3</sup> de água subterrânea da Serra da Moeda. Isso levou algumas comunidades de Brumadinho, como Campinho e Suzana, a conviver com uma situação de desabastecimento e escassez hídrica que já dura quase nove anos.

A ONG também alega que a outorga para o uso de recursos hídricos foi concedida pelo Saae de Itabirito. O problema é que, por ser uma outorga coletiva, não há diferenciação qualitativa e quantitativa do uso hídrico individual de cada empreendimento do Distrito Industrial de Itabirito. Além disso, não foi feito estudo de impacto ambiental nem medição do nível do lençol freático para a instalação da fábrica da Coca-Cola Femsa.

O projeto de instalação de uma usina solar flutuante na Represa de Três Marias (Região Central do Estado) também mobilizou a Comissão de Meio Ambiente. Os deputados realizaram visita e audiência pública em Três Marias em abril. Em julho, nova audiência foi realizada na ALMG para tratar desse assunto.



Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável debateu os impactos socioambientais referentes ao processo de licenciamento do projeto Longo Prazo, que prevê a continuidade das operações da mineradora Samarco nos municípios de Mariana e Ouro Preto.

Com a justificativa de otimizar a sua produção de energia, a Cemig anunciou a instalação de uma usina fotovoltaica flutuante no espelho d'água do reservatório da Usina Hidrelétrica de Três Marias. Pelo projeto, as placas fotovoltaicas deverão ocupar uma área de 55 hectares, dos 106 mil hectares do reservatório, com geração prevista de 78 megawatts de energia.



Visita da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ao lago da Usina Hidrelétrica de Três Marias para verificar os impactos socioambientais decorrentes da implantação de uma usina fotovoltaica pela Cemig no local.

O Lago de Três Marias é o principal ponto turístico do município, além de ser muito importante para a pesca, que movimenta a economia local e é fonte de sobrevivência para cerca de 500 pescadores artesanais. As principais denúncias ouvidas pelos deputados foram a ausência de consulta à população sobre a instalação da usina e a falta de estudos sobre os impactos social, econômico e ambiental do projeto da Cemig.

## Mineração



Visita da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ao Parque Nacional da Serra do Gandarela, em Rio Acima.

O rompimento da Barragem de Fundão, da mineradora Samarco, ocorrido em 2015 em Mariana (Região Central do Estado), também mereceu a atenção da Comissão de Meio Ambiente em 2024. A repactuação do acordo firmado para reparar os danos provocados pelo colapso da estrutura da mineradora foi discutida em uma audiência pública na qual representantes dos municípios reclamaram que sua posição não teria sido considerada. Em outra audiência pública, os convidados condenaram a possibilidade de retomada das atividades da Samarco.

Os impactos ambientais da expansão da mina Casa de Pedra, da CSN Mineração, em Congonhas (Região Central do Estado), também mobilizaram os deputados da Comissão de Meio Ambiente em 2024. Em audiência pública realizada na ALMG, lideranças comunitárias e ambientalistas manifestaram temor quanto à ampliação desse empreendimento. A comissão ainda realizou visita a Congonhas, para verificar os riscos da expansão da mina Casa de Pedra.

Problemas decorrentes da mineração também pautaram outras audiências públicas e visitas realizadas em 2024. Os deputados foram às comunidades de Curtume e Samambaia, em Itatiaiuçu (RMBH), para verificar os impactos socioambientais decorrentes da atividade minerária nessas localidades.

A comissão também visitou a mina Granja Corumi, da Empabra, na Serra do Curral, em Belo Horizonte, para verificar possível extração irregular de minério, sem o correspondente licenciamento ambiental.

Em outra visita, dessa vez a Santa Bárbara (Região Central do Estado), os parlamentares ouviram reclamações de moradores sobre a segurança das operações da mineradora Anglo Gold Ashanti.

Em Igarapé (RMBH), foi realizada audiência pública para debater a preservação da Pedra Grande, considerada essencial para o equilíbrio ecológico da Serra Azul. O debate também abordou os riscos de insegurança hídrica para a população, caso haja instalação de atividade minerária nas proximidades dessa área.

A necessidade de preservação do Parque Nacional da Serra do Gandarela, ameaçado pela expansão da mineração no seu entorno, pautou audiência pública e visita da Comissão de Meio Ambiente. Já os impactos ambientais da exploração de lítio no Vale do Jequitinhonha motivaram audiência pública na qual os deputados ouviram reclamações de indígenas e quilombolas.

### **Incêndios florestais e clima extremo**

A Comissão de Meio Ambiente também tratou de outras questões relevantes para todos os mineiros ao longo de 2024. O crescimento dos incêndios florestais pautou audiência pública que discutiu a importância da Força-Tarefa Previncêndio. Os eventos climáticos extremos, que causam transtornos em diversas regiões do Estado, motivaram audiência sobre medidas de monitoramento adotadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Os deputados ainda discutiram os impactos ambientais da corrida de Stock Car em Belo Horizonte.

Um debate público reuniu autoridades e especialistas para tratar da importância da preservação do cerrado. Outros assuntos debatidos foram o licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Gamela, em Coromandel (Alto Paranaíba), o Programa de Concessão de Parques Estaduais, o licenciamento ambiental para a implantação de um parque eólico na Serra do Espinhaço e a necessidade de proteção da Cachoeira da Belinha, em Piumhi (Centro-Oeste de Minas).



Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável debateu a importância do Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, denominado Força-Tarefa Previncêndio.

## Minas e Energia

Em 2024, a Comissão de Minas e Energia teve atuação decisiva na aprovação de uma política pública importante para o desenvolvimento econômico do Estado. Trata-se do incentivo para a produção de hidrogênio de baixo carbono.



Comissão de Minas e Energia teve atuação decisiva na aprovação do incentivo à produção de hidrogênio de baixo carbono, política pública importante para o desenvolvimento econômico do Estado.

O PL 3.043/21, do deputado Gil Pereira (PSD), originalmente tratava de estímulos à produção de hidrogênio verde. Na forma como foi aprovada em Plenário, a proposição estendeu esses benefícios ao hidrogênio de baixo carbono, dando origem à Lei 24.940/2024.

O hidrogênio desponta como fonte alternativa de energia no contexto de descarbonização da sociedade e, por isso, é apontado como o combustível do futuro. Como ele não existe na natureza em seu estado puro, precisa ser produzido por meio de processos que consomem energia.

Quando a eletrólise da água para separação do oxigênio se dá com a utilização de energias renováveis, como solar, eólica ou hídrica, ele é chamado de hidrogênio verde. Já o hidrogênio de baixo carbono é produzido por meio de outros processos, como a conversão de biomassa e biocombustíveis e a pirólise do gás natural.

### **Audiências públicas**

A geração de energia solar e o atendimento da Cemig a produtores rurais foram acompanhados de perto pela Comissão de Minas e Energia em 2024. Nas audiências públicas realizadas pela comissão, parlamentares discutiram com lideranças empresariais questões fundamentais para o desenvolvimento econômico do Estado.

A pedido do deputado Gil Pereira (PSD), a comissão recebeu em maio o superintendente estadual do Banco do Nordeste, Wesley Maciel, para falar sobre projetos de financiamento de fontes renováveis de energia.

Com quase R\$ 4 bilhões investidos em geração de energia solar no Norte de Minas, o Banco do Nordeste tem promovido o desenvolvimento da infraestrutura nos municípios com menor índice de desenvolvimento humano (IDH) do Estado. Porém, os participantes da audiência apontaram como entrave para esses empreendimentos a demora da Cemig na ligação das usinas solares à rede de transmissão de energia.

Em abril, a Comissão de Minas e Energia se reuniu em Araxá (Alto Paranaíba), a pedido do deputado Bosco (Cidadania), para debater os prejuízos causados ao agronegócio pelas constantes interrupções no fornecimento de energia elétrica pela Cemig. Produtores rurais reclamaram da má qualidade do atendimento prestado pela empresa e da demora na religação da energia após chuvas na zona rural.

Como resposta às demandas e aos questionamentos apresentados na audiência, a Cemig informou a criação de canais exclusivos de atendimento a produtores rurais. Por meio do Cemig Agro, a empresa pretende aprimorar a prestação de serviços na zona rural e investir na melhoria da qualidade de suas redes de distribuição de energia.



A constante falta de energia nas cidades do Alto Paranaíba motivou realização de audiência pública em Araxá, uma vez que os produtores do agronegócio têm sofrido prejuízos incalculáveis com a perda de insumos e os danos ao maquinário decorrentes da interrupção de eletricidade.

## Participação Popular

Durante o ano de 2024, a Comissão de Participação Popular realizou mais de 20 audiências públicas, enfocando temas diversos. Entre os principais, estão: melhoria de diversas estradas, tanto federais quanto estaduais; pessoas impactadas por barragens; assuntos ligados à agricultura; terras indígenas; prevenção e tratamento de doenças.

### Estradas precárias

Foram duas reuniões tratando de más condições em estradas. Na primeira, participantes chamaram atenção para as péssimas condições da BR-367, que liga o Vale do Jequitinhonha ao Sul da Bahia. Buracos, crateras, alagamentos e falta de pavimentação danificam veículos, impedem o deslocamento de moradores, afastam investimentos, além de causarem acidentes e mortes.

O superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Antônio Santos, tentou trazer respostas às demandas de prefeitos, vereadores da região e deputados por intervenções urgentes na rodovia. Ele informou que há orçamento garantido pelo Ministério dos Transportes para melhorias em rodovias de Minas e que a BR-367 deve ser a que receberá mais recursos, proporcionalmente.



Comissão de Participação Popular debateu o andamento do projeto de pavimentação e recapeamento da BR-367, tendo em vista a precária trafegabilidade dessa rodovia.

De forma geral, os prefeitos se queixaram da falta de atenção de diversos governos do Estado e do País com o Vale do Jequitinhonha, que apresenta os piores indicadores de desenvolvimento de Minas. Outras reclamações foram relativas aos entraves impostos pela BR-367 para o transporte de estudantes e pacientes em tratamento de saúde e às dificuldades logísticas enfrentadas pelos empreendedores locais.

Em outra reunião, autoridades e lideranças de Campina Verde e São Francisco de Sales, no Triângulo, reivindicaram a estadualização da estrada que liga os dois municípios, prevista no PL 2.573/24. Só com a aprovação da proposta, o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) poderia assumir a administração dessa via municipal de 54 km, hoje totalmente de terra, e providenciar o asfaltamento. No entanto, o representante do DER não deu esperanças de que isso aconteça, pois o governo não estaria investindo na implantação de novos pavimentos devido a dificuldades econômicas.

Foi apresentado vídeo do movimento O Povo Pede Asfalto de São Francisco de Sales a Campina Verde, mostrando a situação precária da via. Nas chuvas, há muito barro, o que faz os veículos atolarem, e, na seca, o solo arenoso e a poeira dificultam a visibilidade e o tráfego. A precariedade da estrada prejudica a mobilidade de pessoas que se deslocam em busca de serviços de saúde e educação, entre outros. O asfaltamento melhoraria as condições de deslocamento de pessoas e de produtos na região, reduzindo o risco de acidentes e promovendo o desenvolvimento das cidades.



A estadualização e o asfaltamento da Estrada Municipal 070, que liga os municípios de Campina Verde e São Francisco de Sales, no Triângulo Mineiro, foram tema de debate na Comissão de Participação Popular.

## **Agricultura**

Com a temática da agricultura e assuntos afins, foram realizadas seis reuniões. Numa delas, foi criticada a falta de apoio do governo do Estado ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, atitude que seria comprovada pela inexistência de uma unidade técnica estadual (UTE) em Minas. Outro problema seria a ausência de comprometimento dos cartórios com o programa, demonstrada pela cobrança das taxas de registro aos assentados, em desobediência a leis aprovadas na ALMG.

Também foi condenada a ausência, na reunião, do superintendente do Banco do Brasil, instituição oficial de fomento à política de crédito rural. Wilson da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas, defendeu a implantação no Estado de uma UTE, órgão que apoiaria as políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

O deputado federal Padre João (PT-MG) sugeriu a diferenciação do teto do crédito fundiário conforme a região do Estado. Ele condenou a atuação de muitos cartórios do Estado que cobram dos pequenos agricultores taxas de registro, entre outras, em desacordo com a legislação.

### Crédito rural

Em outra reunião, foi focado o Plano Safra voltado para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) 2023/2024. No encontro, foi informado que o volume de recursos destinados e o número de contratos se ampliou em 24% e 27%, respectivamente, na Região Sudeste. Na outra ponta, deputados e representantes de entidades do campo questionaram o governo federal quanto à baixa adesão de mulheres e jovens ao programa, além de criticarem a postura do Banco do Brasil (BB), que, repetidamente, tem faltado às audiências na ALMG.

José Henrique Silva, secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, detalhou que, em Minas, foram aplicados R\$ 4,8 bilhões no plano, com 143 mil contratos (40% superior aos 115 mil do plano anterior). No Brasil, também houve aumento de mais de 20% no número de contratos, que passaram de 1,1 milhão para 1,4 milhão.

Em relação à postura do BB, o secretário disse que o governo se esforça pelo alinhamento dos agentes financeiros que atuam no segmento. Ele sugeriu a marcação de reunião em Brasília, com as diretorias nacional e estadual do BB, para apurar todas as arestas.

### Luz para Todos

Em outra reunião, sobre o relançamento do Luz para Todos, representantes dos governos federal e estadual informaram que comunidades quilombolas, ribeirinhas e outras que vivem em áreas isoladas de Minas poderão receber novas ligações de energia elétrica no âmbito do programa.



Comissão de Participação Popular debate o relançamento do programa Luz para Todos no Estado.

Parlamentares e representantes dessas comunidades denunciaram o descaso da Cemig com novos pedidos de ligação de energia, sob o argumento de que já teria sido atingida a meta de universalização. Segundo os participantes, esses números não foram atingidos. Em alguns locais, a energia até chega, mas de forma precária, e não é suficiente para atender a demanda de serviços e equipamentos.

A solução para o atendimento das comunidades, segundo o governo federal e a Cemig, são as metas excepcionais, que permitem novas ligações mesmo em regiões contempladas anteriormente. Nessa nova fase, o Luz para Todos contempla áreas remotas da Amazônia, mas prevê a possibilidade de ligações adicionais de energia em outras regiões.

### **Agricultura irrigada**

Outra audiência tratou do PL 754/15, que originalmente regulamenta a outorga coletiva do direito de uso da água, o qual tem gerado controvérsia entre deputados, produtores rurais e ambientalistas. A outorga coletiva é uma alternativa para a resolução de conflitos no acesso à água, por meio da gestão participativa dos usuários de um sistema hídrico.

Durante sua tramitação, o projeto passou a instituir a Política Estadual de Agricultura Irrigada Sustentável, foco da maior parte das discussões. Os defensores da proposta destacaram os benefícios do fomento à irrigação, principalmente para os pequenos produtores, com o uso da tecnologia para o aumento da produtividade. Já os críticos temem os impactos ambientais dessa política, que traria mais benefício para grandes empreendimentos do agronegócio.

A professora Irene Cardoso, da Associação Brasileira de Agroecologia, salientou que o projeto deve ser melhorado, considerando as mudanças climáticas já sentidas na tragédia no Rio Grande do Sul. Na sua opinião, as questões centrais da proposta são econômicas, não ambientais. Ela ponderou que a água para irrigação vem de poços artesianos e rios, sugados sem propostas de revitalização.

O deputado federal Diego Andrade (PSD-MG) afirmou que estruturas de contenção de água, como barraginhas e barramentos, amenizaram o estrago no Sul. Disse ainda que o projeto de lei viabiliza o aumento da área produtiva sem desmatamento, em prol especialmente dos produtores menores. O PL foi transformado na Lei 24.931/2024, que institui a política estadual de agricultura irrigada sustentável e dispõe sobre a outorga coletiva do direito de uso de recursos hídricos.

### **Extensão rural**

Extensionistas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-MG) reivindicam o reconhecimento como engenheiros para receberem o piso salarial da categoria. A questão já tem decisões favoráveis, mas a empresa tem se recusado a negociar com os profissionais e a cumprir as decisões judiciais. Na audiência, representantes da Emater destacaram melhorias nas condições de trabalho dos funcionários e disseram que as decisões judiciais serão cumpridas.

A demanda por reconhecimento dos cargos de extensionistas como privativos de engenheiros já teve vitórias na Justiça, como explicou Lorena Oliveira, advogada do Sindicato dos Engenheiros (Senge). Ela destacou que os concursos para esses cargos exigem a graduação em engenharia e a inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea). Afirmou ainda que algumas atividades, como a produção de termos técnicos, exigem conhecimentos de engenharia. E todos esses pontos foram reconhecidos judicialmente, segundo a advogada.



Condições de trabalho dos engenheiros da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) foram tema de debate na Comissão de Participação Popular.

Por fim, foi promovida audiência pública com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, que anunciou linhas de crédito de R\$ 7,2 bilhões para a agricultura familiar mineira no Plano Safra 2024-2025. Segundo ele, o objetivo do Plano Safra é aumentar a produção de alimentos no mercado interno, para garantir comida de qualidade aos brasileiros e reduzir o preço dos produtos.



Plano Safra 2024-2025 é debatido na Comissão de Participação Popular, sob a perspectiva do fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento agrário.

O ministro concluiu dizendo que, quando Lula assumiu o governo, encontrou 33 milhões de brasileiros no Mapa da Fome, e que esse número já foi reduzido para 9 milhões. O compromisso do governo federal é tirar o País do Mapa da Fome até 2026, salientou. Para isso, o agricultor familiar terá estímulos, como juros mais baixos e acesso a fundos de aval para viabilizar a tomada de recursos. No Plano Safra, os juros vão até 6%, contra 10,25% da Taxa Selic. Para a produção de alimentos, a taxa é menor ainda, de 3%, chegando a 2% para aqueles agroecológicos.

### **Impactos de barragens**

Tratando dessa temática, foram realizadas pela comissão uma audiência e uma visita. Na reunião, o descaso com a saúde da população atingida e o convívio diário com ameaças e agressões foram denunciados por moradores afetados pela atividade minerária em municípios da Região Central, bem como por integrantes de comunidades do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas. São Joaquim de Bicas, Brumadinho, Ouro Preto, Mariana e Conceição do Mato Dentro são os municípios mais impactados.

Uma “arquitetura de impunidade criada em torno do setor minerário” foi o termo usado por frei Rodrigo Péret, membro da Rede Igrejas e Mineração, para definir a situação. Ele questionou os acordos de reparação em razão dos rompimentos das barragens em Brumadinho e Mariana: “Eles revitimizam o atingido ao fazê-lo negociar com a mineradora e aceitar os parâmetros impostos por ela; e colocam a empresa dentro do território, controlando a cena do crime”.

O relato de Simone da Silva, da comunidade quilombola de Gesteira, em Barra Longa (Zona da Mata), sobre doenças cutâneas e respiratórias mostra que esses problemas aumentaram após a entrada das mineradoras nos territórios impactados. Atingidos de comunidades de outros municípios acrescentaram que “a Vale, quando não te compra, te persegue”.

### **Terras indígenas**

Já na visita feita a Itueta (Vale do Rio Doce), indígenas da etnia Puri reafirmaram a decisão de permanecer na área ocupada da Usina Hidrelétrica de Aimorés. Há dois meses, mais de 50 famílias tentavam a retomada de terras, antes ocupadas por seus ancestrais.

Liminar obtida pela Aliança Geração de Energia, administradora da usina, estipulou um prazo de 15 dias para a desocupação dos indígenas, período que se extinguiria em 16 de novembro. Rubens de Souza, analista da empresa, afirmou que os 200 m<sup>2</sup> ocupados estão numa área de proteção ambiental (APA) que sofre constantes alagamentos, colocando em risco os próprios indígenas.

Conforme o cacique Washington Hoffmann, as terras da hidrelétrica sempre pertenceram a povos indígenas, inclusive de outras etnias, dispersados ao longo dos anos. Ednea Amon, líder do grupo, explicou que, há três anos, os Puri vêm tentando reconquistar seus territórios. Ela procurou órgãos federais, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), mas não obteve retorno.

Ednea listou problemas enfrentados pelas famílias, como existência de pessoas doentes ou com deficiência, dificuldade de acesso à água potável, escassez de alimentos e nenhuma disponibilidade de serviços de saúde ou educação. Diante da precariedade observada, a comissão se comprometeu a articular com órgãos públicos municipais e federais o atendimento aos indígenas.



Comissão de Participação Popular visita comunidade da etnia Puri, em Itueta (Vale do Rio Doce), para conhecer as condições em que vivem as mais de 50 famílias indígenas nas proximidades da Usina Hidrelétrica de Aimorés.

### Cartórios

Em audiência para discutir mudanças nas comarcas do Norte de Minas, pretendidas pelo Projeto de Lei Complementar (PLC) 40/23, parlamentares reivindicaram a inclusão de critérios sociais para o planejamento da organização judiciária do Estado.

A principal preocupação dos parlamentares foi com a possibilidade de extinção de uma das duas unidades da comarca de Manga, prevista na proposta. Eles lembraram que a região de Manga, a mais de 700 km da capital, engloba um enorme território indígena e várias comunidades quilombolas, as quais serão as mais afetadas pelo fechamento da unidade.

O assessor especial da Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Renato Soares, falou dos critérios técnicos para as decisões. Ele ressaltou que 2023 terminou com mais de 5 milhões de processos ativos no Estado, para apenas 933 juízes em atividade. Também destacou que foram utilizados subsídios técnicos, especialmente estatísticos e geográficos, antes de se decidir pelo fechamento da unidade de Manga e pela abertura de unidade em Jaíba.

Em outra reunião, representantes dos oficiais de registro civil de Minas defenderam aumento da contribuição de todos os tipos de cartórios para ajudar a ressarcir o gasto dos cartórios de registro civil, obrigados por lei a realizar diversos atos gratuitos. Também propuseram a adoção de medidas para blindar a Câmara de Compensação da Gratuidade (Recompe-MG), mantendo a transparência da gestão. Isso impediria que novas leis desvirtuem o uso do recurso, originalmente destinado a compensar os cartórios civis pela emissão gratuita e universal de registros de nascimento e óbito, entre outros.

O presidente da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen), Gustavo Fis-carelli, detalhou a situação insustentável de muitos cartórios de registro civil. “Minas tem a maior quantidade de serventias civis entre os estados – quase 20% delas; e a maioria dos atos realizados é gratuita”, disse.

De acordo com Juliana de Souza, coordenadora das câmaras de fiscalização do Recome-MG, esse fundo só consegue ressarcir 42,15% das despesas dos registros civis com a gratuidade. Por isso, ela defendeu o aumento do percentual de 5,66% cobrados dos cartórios para ampliar a arrecadação e conseguir remunerar adequadamente os registradores.

### Prevenção e tratamento de doenças

Políticas de prevenção e de melhoria do diagnóstico de doenças também foram objeto da comissão. Numa reunião, tratou-se da necessidade de melhorar o diagnóstico e o tratamento da osteoporose, em especial no SUS, de conscientizar a população, de capacitar os profissionais de saúde e de adquirir equipamentos.

O encontro marcou o Dia Mundial e Nacional da Osteoporose, no qual a população teve acesso a exames gratuitos para a doença no OsteoTruck, uma *van* equipada para a realização de diagnósticos rápidos e mantida pela Associação Atópicos, montado na ALMG.



Comissão de Participação Popular debate a relevância e a necessidade de políticas públicas voltadas para o diagnóstico precoce e o tratamento adequado de osteopenia e osteoporose, em face de demanda apresentada pela Associação Brasileira de Pacientes Atópicos, Oncológicos e de Doenças Raras (Atópicos Brasil).

O envelhecimento da população é um dos fatores que aumenta a incidência da doença, a qual provoca perda progressiva de massa óssea, tornando os ossos frágeis e propensos a fraturas. A osteoporose atinge especialmente mulheres acima de 50 anos. Para diagnosticá-la precocemente, é necessária a densitometria óssea, exame feito por um equipamento escasso no SUS.

Outra audiência enfocou o Parkinson e as estratégias para superar a subnotificação dos casos e o estigma de que a doença seria exclusiva da terceira idade. Janette Franco, presidente da Associação de Parkinsonianos de Minas Gerais (Aspamig), defendeu a disponibilização de números para que sejam obtidos dados corretos sobre a doença.

O neurocirurgião Erich Fonoff, pesquisador da Universidade de São Paulo, avaliou que somente com esses dados as políticas de saúde poderão avançar. Ele chamou a atenção para o diagnóstico precoce e a universalização de programas de tratamento, garantindo o medicamento com desconto na farmácia popular a todas as pessoas com esse diagnóstico, independentemente da idade. Hoje, o benefício é dado apenas para pacientes acima de 45 anos.

### **Temas diversos**

Outras audiências da comissão enfocaram temas diversos, entre os quais:

- a Campanha da Fraternidade 2024, com o tema “Fraternidade e amizade social” e o lema “Vós sois todos irmãos e irmãs” (Mateus, 23:8);
- as possibilidades de participação popular na federalização da Cemig, da Copasa e da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig);
- a situação das bandas musicais de Minas Gerais.

### **PPAG**

Em outubro, a Assembleia de Minas deu início ao processo de discussão participativa da Revisão 2025 do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2024-2027. Em audiência conjunta das comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, representantes do governo apresentaram o planejamento para o próximo ano. Os parlamentares presentes reforçaram a importância do diálogo com a sociedade na definição de prioridades.

Para 2025, foram previstos 176 programas e 988 ações do PPAG, com o valor programado de R\$ 142,9 bilhões, cerca de R\$ 12 bilhões a mais do que no ano passado. De acordo com o superintendente Central de Planejamento e Orçamento, Túlio Gonzaga, as áreas de educação, com R\$ 20,1 bilhões, de saúde, com R\$ 14,7 bilhões, e de segurança, com R\$ 8,2 bilhões, são as que mais receberão recursos. A região de Belo Horizonte concentrará a maior parte dos investimentos (R\$ 38,8 bilhões), 27% do total.

O PPAG traz o planejamento da atuação do Estado para um período de quatro anos e é revisto anualmente para adequação ao orçamento do ano seguinte. As sugestões populares são analisadas pela equipe técnica da ALMG e podem se converter em emendas tanto ao projeto do PPAG quanto ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Foi destacado que 94% das emendas aprovadas em 2023 foram executadas. Em 2024, até outubro, mais de 57% do crédito autorizado de R\$ 25 milhões já havia sido empenhado, e a expectativa era chegar ao final do exercício com o mesmo patamar de execução do último período.

Ainda em 2024, quase metade do orçamento (R\$ 12,7 milhões) para as emendas ao PPAG foi destinada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa). Essas emendas representaram 40% do orçamento discricionário, o conjunto de despesas não obrigatórias, da pasta.

A mecanização do campo, com a distribuição de tratores e equipamentos ao custo de R\$ 9 milhões, e o apoio e o fomento a projetos de segurança alimentar e nutricional, com R\$ 2,2 milhões destinados à compra de *vans* e furgões para aquisição de alimentos, foram ações ressaltadas.

### Discussão participativa

Após o processo de discussão participativa da revisão do PPAG, foi realizada audiência com 21 relatores das 950 sugestões coletadas nos 6 encontros presenciais e numa consulta pública *on-line*. As reuniões, que contaram com mais de 750 participantes, aconteceram em Caratinga (Vale do Rio Doce), Itaobim (Vale do Jequitinhonha), Itamarandiba (Alto Jequitinhonha/Mucuri), Montes Claros (Norte), Varginha (Sul) e na capital.



Discussão Participativa do PPAG realiza encontro regional em Itamarandiba.

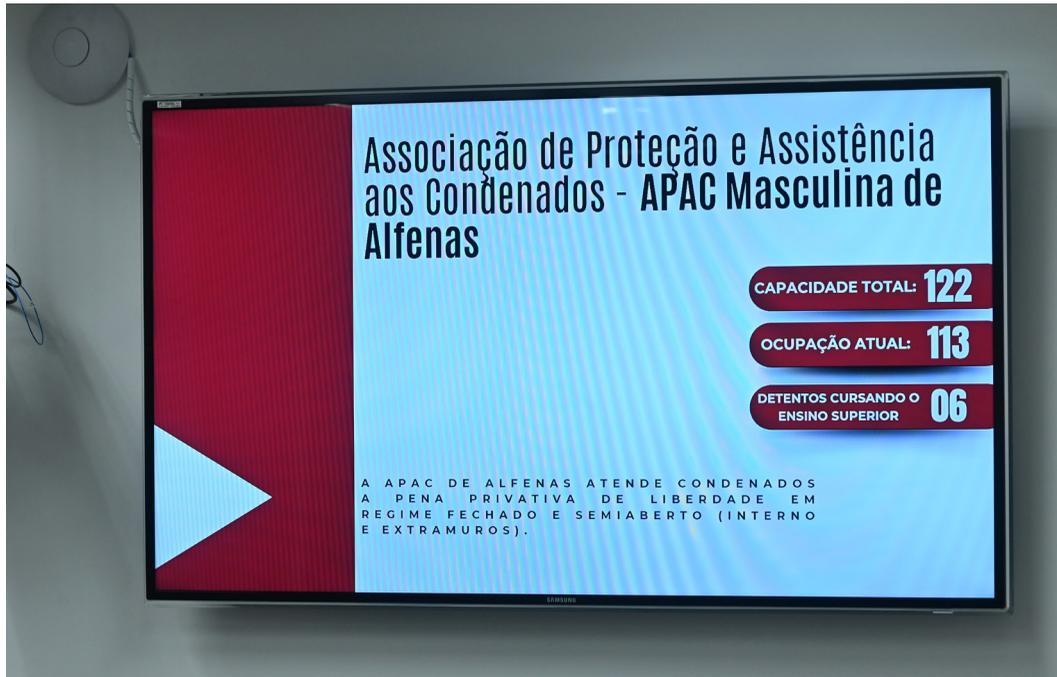
Durante a audiência pública conjunta de encerramento, as Comissões de Participação Popular (CPP) e de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO) receberam os relatórios das propostas de revisão do PPAG 2024-2027.

Na audiência pública, os relatores participaram de forma presencial e remota. Conselheiros, líderes comunitários e representantes do terceiro setor apresentaram sugestões para a aplicação de recursos na área cultural, esportiva, ambiental, entre outras.

Vários parlamentares que participaram da reunião ressaltaram o expressivo número de participantes bem como de propostas, o que sinaliza a credibilidade do processo.

## Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas

Em 2024, a Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas realizou apenas uma audiência pública. A reunião teve como objetivo debater dois temas: um novo método de educação e reinserção social nos presídios, destinado especialmente aos condenados por uso e tráfico de drogas; e a transformação de um centro socioeducativo recém-construído na cidade de Alfenas (Sul) em unidade prisional feminina.



Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas debateu novo método de educação e reinserção social nos presídios, em especial para aqueles condenados por uso e tráfico de drogas, e a transformação de um centro socioeducativo recém-construído em Alfenas em unidade prisional feminina.

A proposta para o centro socioeducativo, segundo parlamentares, resolveria o problema das mulheres atualmente presas em presídio masculino na cidade, mas foi recebida com restrições pelo governo estadual. A subsecretária de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), Cláudia Leite, afirmou que não se pode resolver o problema das mulheres piorando a situação dos adolescentes em internação no centro socioeducativo.

Na reunião, foi informado que 126 mulheres, distribuídas em 3 celas, cumprem pena no presídio masculino. Em uma delas, 65 dividem o espaço, que tem apenas um banheiro. Elas precisam fazer um revezamento a cada quatro horas para todas dormirem. O presídio abriga 511 pessoas, entre homens e mulheres, em local projetado para oferecer 194 vagas. A saída das mulheres também melhoraria a situação dos homens presos no local.

Por outro lado, o centro socioeducativo estaria com uma ociosidade de 40%, com tendência de redução da demanda, já que o Judiciário tem priorizado outras sanções aos adolescentes e evitado a internação. Diante do cenário, a conversão do centro socioeducativo em uma unidade prisional feminina foi bem acolhida por alguns dos presentes.

## Transporte, Comunicação e Obras Públicas

As melhorias e as boas práticas nos sistemas de transporte rodoviário e ferroviário do Estado pautaram as principais ações da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas da ALMG no ano de 2024. Esse trabalho se refletiu na realização de audiências públicas, debates sobre projetos de lei, requerimentos e pedidos de providências.

Entre 38 proposições que receberam o aval da comissão, destacam-se três que se tornaram importantes legislações para Minas Gerais. A primeira delas é a Lei 24.936/2024, que institui a Política de Conscientização para o Trânsito e Convivência Harmônica entre Veículos Automotores e Ferrovias no Estado e dá outras providências. A matéria tramitou na Assembleia Legislativa na forma do PL 1.293/23. A norma busca garantir maior segurança nos cruzamentos ferroviários e reduzir os acidentes envolvendo carros e trens. Entre as diretrizes estabelecidas, estão a realização de campanhas educativas, a sinalização adequada das passagens em nível, a intensificação da fiscalização dos cruzamentos mais críticos e a capacitação de motoristas profissionais sobre a segurança nas ferrovias.



Passagem de nível em Cristiano Ottoni.

Outra conquista que envolveu o trabalho da comissão foi a criação do Selo Amigo do Motorista, instituído pela Lei 24.980/2024 e originado do PL 1.387/23. O selo é concedido às empresas localizadas às margens das estradas do Estado que ofereçam pontos de apoio adequados aos caminhoneiros, em conformidade com a legislação trabalhista.

De acordo com a legislação já em vigor, caberá à empresa interessada em obter o selo disponibilizar áreas de descanso com infraestrutura adequada, incluindo banheiros, chuveiros e espaços para alimentação; estacionamento seguro e acessível para caminhões, respeitando as regulamentações de trânsito; área de manutenção básica para veículos, incluindo troca de óleo e calibração de pneus; informações sobre serviços de assistência médica, mecânica e de segurança nas proximidades; e sinalização adequada para orientar os caminhoneiros.

Acidentes envolvendo animais soltos nas vias públicas estaduais também motivaram uma nova legislação, aperfeiçoada com os trabalhos da comissão. A Lei 24.984/2024 dispõe sobre a prevenção, a fiscalização e a conscientização da população acerca desses acidentes. A norma, originada do PL 1.717/23, obriga as concessionárias de rodovias a realizarem campanhas educativas sobre os riscos de acidentes em razão de animais soltos nas vias. A nova regra se aplica a futuros contratos de concessão de estradas.



Criação do Selo Amigo do Motorista é objetivo da Lei 24.980, de 2024.

### **Infraestrutura rodoviária**

Várias ações da comissão refletiram a necessidade de reparos e pavimentação das rodovias mineiras, resultando na aprovação de projetos de desafetação e doação de trechos sob jurisdição do Estado. Além disso, duas audiências públicas reuniram autoridades e cidadãos para reivindicar o asfaltamento de estradas do interior que cumprem relevante função no escoamento de produções agrícolas e no desenvolvimento regional.

Em abril, parlamentares e lideranças do Vale do Jequitinhonha cobraram urgência no asfaltamento da estrada que liga os municípios de Almenara e Pedra Azul. A pavimentação do trecho de 89 km entre as duas cidades é uma antiga reivindicação de moradores da região. Na ocasião, o diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado (DER-MG), Rodrigo Tavares, admitiu as más condições do trecho e afirmou que o projeto de pavimentação já existe e deverá ser atualizado para que, caso haja oportunidade orçamentária, as obras saiam do papel rapidamente.

A estadualização e o consequente asfaltamento da estrada que liga os municípios de Campina Verde e São Francisco de Sales, na região do Triângulo Mineiro, foi o tema de outra audiência pública, realizada no mês de outubro. A ação está prevista no PL 2.573/24, cuja aprovação permitiria ao DER-MG assumir a administração dessa via municipal de 54 km, hoje totalmente de terra, e providenciar o asfaltamento. Na audiência, moradores e autoridades defenderam a aprovação do projeto, e o representante do DER colocou o órgão à disposição das prefeituras para apoio ao desenvolvimento de estudos técnicos com o objetivo de asfaltamento da rodovia.

## Ferrovias

No mês de junho, a busca por maiores investimentos na malha ferroviária mineira ganhou destaque nos trabalhos da ALMG. O debate público Trens de Minas cobrou a repactuação das renovações antecipadas de concessões ferroviárias pertencentes à Estrada de Ferro Vitória a Minas, da Vale, e às ferrovias da MRS Logística. O evento reuniu deputados estaduais e federais, bem como representantes do governo do Estado, do governo federal, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), da Confederação Nacional do Transporte (CNT) e de empresas do setor.

Os participantes reivindicaram a alocação, assegurada por lei, de recursos proporcionais à extensão da malha ferroviária do Estado. Demandaram ainda que as contrapartidas sejam destinadas a uma conta específica de Minas para essa finalidade, e não ao caixa único do Tesouro Federal, como ocorre hoje.

Já em setembro, o transporte ferroviário urbano pautou as discussões da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. Uma audiência pública debateu os impactos do projeto de expansão do metrô de Belo Horizonte, que contempla a ampliação da única linha já existente e a construção da linha 2, com cerca de 10 km de extensão e sete novas estações.



Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas discute, no debate público Trens de Minas, a repactuação dos investimentos no Estado decorrentes das renovações antecipadas das concessões ferroviárias.

A reunião contou com a representação da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias e da empresa Metrô BH, concessionária responsável pela operação do sistema metroviário da capital. Na ocasião, representantes da Defensoria Pública do Estado e moradores que precisarão ser removidos de suas casas exigiram transparência e garantia de reassentamento digno.

## Transporte de passageiros

A criação de medidas de proteção e segurança para passageiros e motoristas de aplicativo de transporte individual foi uma importante conquista trazida pela Lei 25.003, publicada em outubro de 2024.

A legislação teve origem no PL 1.173/23, debatido pela Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e aprovado pelo Plenário da ALMG.

A norma estabelece que as empresas de aplicativo devem capacitar e orientar o motorista para que ele saiba identificar alguma situação adversa pela qual o passageiro esteja passando. Segundo prevê a proposição, caso o motorista se depare com situação de emergência envolvendo o passageiro, deverá acionar o Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu), acionar a autoridade policial local e prestar assistência, quando for possível fazê-lo sem risco pessoal.

Se um usuário estiver embriagado ou, ainda que por causa transitória, incapaz de exprimir sua vontade de solicitar o transporte, o motorista poderá recusar a viagem. Ainda conforme a nova legislação, o motorista de aplicativo deverá instalar, com recursos próprios, dispositivo de segurança no veículo para fazer conexão com uma central a ser mantida pela empresa.

### **Agência reguladora**

A criação da Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais (Artemig) e do Sistema de Infraestrutura de Transportes do Estado de Minas Gerais (SIT-MG), previstas no PL 2.967/24, foi um importante destaque nos debates da comissão. De acordo com o projeto, a Artemig, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra), terá como objetivo regular e fiscalizar os contratos de infraestrutura rodoviária, aeroportuária, hidroviária e ferroviária de competência do Estado, que sejam prestados pela iniciativa privada.

Em novembro, uma audiência pública reuniu parlamentares, representantes do governo do Estado, do DER-MG, da ANTT e do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística de Minas Gerais para debater o assunto. Nessa reunião, autonomia para fiscalizar contratos e garantia de segurança jurídica e técnica, bem como atração de investimentos, foram alguns dos pontos principais enfatizados pelas agências reguladoras de transporte como benéficos para o desenvolvimento da área. Em contraponto, as despesas decorrentes da criação da agência durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal do Estado também foram ponderadas.



Criação da Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais (Artemig) e do Sistema de Infraestrutura de Transportes do Estado (SIT-MG), por meio do PL 2.967/24, foi um importante destaque nos debates da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

## Saúde

Em 2024, a Comissão de Saúde se dedicou a assuntos diversos nas audiências públicas que realizou. Entre os temas, destacaram-se: estratégias de prevenção ao câncer, ao suicídio e a danos gerados pelas barragens; debates sobre medicamentos; assuntos voltados para especificidades municipais.

### Saúde mental



Em setembro, mês dedicado à prevenção ao suicídio, aconteceram duas audiências públicas sobre saúde mental: uma sobre a prevenção à automutilação, à depressão e ao suicídio, e outra para debater o impacto das redes sociais na saúde mental, principalmente de crianças e jovens.

Na primeira reunião, foi apresentado um dado triste sobre os suicídios no País: enquanto mundialmente as taxas caíram entre 2000 e 2020, de cerca de 1 milhão para 700 mil casos por ano, no Brasil elas aumentaram cerca de 40% no período.

Para Humberto Correa, vice-presidente da Associação Mineira de Psiquiatria, não existe uma explicação simples para esse dado, mas a principal resposta seria a falta de políticas públicas na área. Segundo ele, o tratamento rápido e efetivo de doenças mentais reduz as taxas de suicídio.

O psiquiatra aponta que o treinamento dos profissionais de saúde da atenção básica e a abordagem adequada do tema nas escolas são essenciais para mudar o atual paradigma, citando o exemplo de países da Europa que incluíram a saúde mental em seus currículos.

Ainda de acordo com ele, pessoas com idade entre 15 e 29 anos representaram 34% dos casos de suicídio no Brasil em 2021, conforme boletim epidemiológico do Ministério da Saúde.

Já na segunda audiência, foi mostrado que o uso inadequado das redes sociais aumenta a vulnerabilidade de pessoas com tendência ao suicídio. O dado foi trazido pelo grupo Depressão Tem Cura, que atua no País e possui, em Minas, 1,4 mil voluntários para assistir pessoas com depressão.

Coordenador da entidade, Daniel Neves informou que a cada 10 pessoas atendidas, nove enfrentam problemas nas redes sociais. Para explicar a situação, ele usou o exemplo da blogueira Alinne Araújo, que cometeu suicídio em 2019, aos 24 anos. Ela recebeu comentários negativos em rede social decorrentes da divulgação de seu casamento simbólico consigo mesma, depois do rompimento de um relacionamento amoroso.

## Oncologia

Duas reuniões enfocaram assuntos relacionados à oncologia. A primeira tratou da realização dos exames de mamografia no Estado e a segunda, da correção dos valores pagos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos prestadores de serviços para realizar mamografias, biópsias e cirurgias oncológicas.

Na reunião sobre mamografia, foram apontados os principais problemas relacionados à realização desse exame pelo SUS: burocracia no acesso e valores defasados no pagamento de procedimentos, insumos e profissionais, resultando em menor oferta de serviços, diagnósticos tardios, abandono do tratamento e mortes.



A Comissão de Saúde realizou uma audiência pública para tratar da realização dos exames de mamografia no Estado e outra para debater a correção dos valores pagos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos prestadores de serviços para realizar mamografias, biópsias e cirurgias oncológicas.

Foram correlacionadas a incidência e a letalidade do câncer de mama com a realização das mamografias de rastreio e de diagnóstico, revelando o abismo que condena mulheres à morte quando sua única alternativa é recorrer ao SUS. Foi reivindicada uma revisão dos valores da tabela do SUS para pagamento de procedimentos, com instituição de incentivos para realização de laudos com mais agilidade e novas medidas para garantir a mobilidade dos pacientes e a flexibilidade nos pagamentos.

O câncer é o principal problema de saúde pública no mundo e encontra-se entre as quatro principais causas de morte prematura (antes dos 70 anos de idade) na maioria dos países, segundo o Instituto Nacional do Câncer (Inca).

Na outra audiência, a pauta se voltou para a correção dos valores repassados pelo Executivo a municípios para realizar mamografias, biópsias e cirurgias oncológicas. Foi informado, na reunião, que o valor repassado por mamografia, que é de R\$ 45,00, permanece o mesmo há 20 anos. Também foi anunciada a publicação da Resolução 9.786/2024 da Secretaria de Estado de Saúde, que prevê incentivos financeiros aos municípios para o tratamento do câncer de mama.

A subsecretária de Redes de Atenção à Saúde da SES, Camila Castro, explicou que a resolução buscou abarcar toda a jornada da paciente, com incentivos para cada fase do atendimento, desde o rastreamento da doença até a cura. Outro incentivo será para contratação de profissional responsável pela busca ativa de pacientes que tiverem seus exames alterados a fim de encaminhá-las para tratamento. A resolução prevê ainda um complemento financeiro aos municípios para a realização de biópsias e cirurgias oncológicas.

### **Atingidos por barragens**

A necessidade de estruturar estratégias de prevenção e enfrentamento dos potenciais danos gerados pelas barragens, especialmente problemas de saúde, foi a pauta de outra audiência pública da comissão.

Foi registrado que, entre 2021 e 2023, a saúde mental de atingidos pelo rompimento da barragem em Brumadinho (Região Metropolitana de Belo Horizonte) se manteve em patamar acima do esperado, embora o quadro demandasse cuidados, sobretudo em casos de *stress* pós-traumático. Por outro lado, ainda persistiram, no período, danos respiratórios e elevado risco de problema cardiovascular em decorrência da tragédia, ocorrida em janeiro de 2019.



Foram realizados, pela Comissão de Saúde, debates e audiências para estruturar estratégias de prevenção e enfrentamento dos danos aos atingidos pelo rompimento de barragens.

O panorama foi apresentado pelo pesquisador em saúde da Fiocruz Sérgio Peixoto, baseado em estudo da fundação, desde 2021, sobre impactos sofridos em Brumadinho. Ele alertou que a situação envolvendo impactos do desastre precisa de acompanhamento contínuo e envolve questões dinâmicas ao longo do tempo. Sobre a contaminação por metais, relatou que, em 2021, testes laboratoriais em atingidos mostraram presença de chumbo, manganês e arsênio. Dois anos depois, os níveis continuavam altos em crianças, mas com queda no manganês e estabilidade no arsênio.

## Medicamentos

Foram realizadas duas audiências públicas sobre medicamentos. Uma delas debateu a falta de medicamentos para pacientes transplantados e a demora na análise dos processos de demanda por medicamentos pela Secretaria de Estado de Saúde. A fila de espera para ter acesso a esses fármacos é de 25 mil processos, em Minas Gerais, segundo Grazielle Silva, da SES, que alegou falta de pessoal para analisar os documentos.

Outros convidados, porém, apontaram que, há um ano, o governo estadual aumentou a burocracia para os pedidos, o que tem atrapalhado o fluxo. Os remédios para os transplantados são os imunossupressores, cujo principal objetivo é evitar a rejeição dos órgãos recebidos pelos pacientes. Esses medicamentos precisam ser tomados ao longo de toda a vida, e a interrupção do tratamento ou a redução da dosagem pode causar perda do órgão e levar a desfechos fatais.

Segundo Pedro Souza, da Santa Casa de Belo Horizonte, o acesso aos medicamentos deve ser menos burocrático. Segundo ele, há um ano, o paciente transplantado reunia os documentos, os apresentava na Farmácia de Minas e saía de lá com os remédios. Agora, aumentou-se um passo, com os documentos sendo primeiro analisados na secretaria e depois levados à Farmácia de Minas.

A outra reunião foi sobre o grupo de pesquisa The Together Trial, de Minas Gerais, ganhador do Prêmio David Sackett em 2021 e referência mundial em pesquisa de medicamentos ambulatoriais para o tratamento da covid-19.



Houve uma reunião na ALMG sobre o grupo mineiro de pesquisa The Together Trial, ganhador do Prêmio David Sackett em 2021 e referência mundial em pesquisa de medicamentos ambulatoriais para o tratamento de covid-19.

O grupo estudou 13 medicamentos, inclusive cloroquina e ivermectina. Os resultados – os primeiros ensaios clínicos sobre os medicamentos publicados no mundo – mostraram que os dois não funcionavam para a covid-19. Mas, conforme Gilmar Reis, um dos 19 pesquisadores do grupo, foi comprovada redução das internações e dos óbitos com outros medicamentos, como um antidepressivo testado.

Após a pandemia, The Together Trial se voltou para o problema da fome. O grupo observou que os estudos sobre isso tratam de melhorias nutricionais a partir de alguns alimentos. Os pesquisadores passaram a se dedicar, então, aos projetos Alimentando Sonhos, para crianças, e Viver Mais, para idosos, ambos sediados em Sete Lagoas (Região Central). Serão construídas miniusinas de beneficiamento da soja e da biomassa de banana e uma padaria para produzir alimentos com esses ingredientes.

### Práticas integrativas e complementares

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no Estado e os recursos disponibilizados aos municípios, com foco nos cuidados com a obesidade, foram tema de outra audiência. As taxas crescentes de obesidade foram apontadas como problema de saúde pública, sendo que as abordagens tradicionais têm se beneficiado de práticas integrativas complementares (PICs). Essas práticas, presentes há muito tempo em várias culturas e regiões do mundo, estão centradas no cuidado do corpo e da mente e são reconhecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como auxiliares à medicina tradicional.

Homeopatia, meditação, *reiki* e *yoga* são as PICs mais conhecidas. Segundo Andrea Lemos, da gestão da Política Nacional das Práticas Integrativas e Complementares, do Ministério da Saúde, a medicina chinesa e a fitoterapia foram as mais procuradas em 2023 no atendimento à obesidade pelo SUS em Minas. Sessões de acupuntura e auriculoterapia (acupuntura na orelha) foram as com maior número de procedimentos. O Brasil é referência na integração das PICs ao sistema de saúde.



A comissão abordou, em audiência pública, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no Estado e os recursos disponibilizados aos municípios, com foco nos cuidados com a obesidade.

Entre os benefícios desses tratamentos, Andrea citou melhoria da saúde mental, manejo da dor e combate à obesidade e às doenças cardiovasculares e metabólicas. Pesquisa Nacional de Saúde de

2020 apontou que 60% da população adulta do País (96 milhões) tinha excesso de peso, enquanto 26% (41 milhões) eram obesos. Os índices são menores entre crianças e adolescentes, embora ainda preocupantes. Transtornos mentais e doenças como diabetes e câncer estão associados à obesidade.

## AVC

Preocupada com o aumento do número de casos de acidente vascular cerebral (AVC) no País e suas consequências para a saúde pública, a comissão se reuniu para debater o assunto. Com o mote “Tempo é cérebro”, os participantes da audiência destacaram a necessidade de atendimento urgente dos pacientes vítimas de AVC para evitar mortes e sequelas.

Hábitos de vida saudáveis como forma de prevenção da doença, revisão dos valores da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) e aprovação do Projeto de Lei (PL) 179/19, que institui a Política Estadual de Apoio às Vítimas de AVC no Estado, foram outros aspectos abordados.



A Comissão de Saúde debateu medidas para prevenção e atendimento urgente de vítimas de AVC, reforçando que “Tempo é cérebro”.

O AVC ocorre por causa de um entupimento ou rompimento dos vasos sanguíneos que irrigam o cérebro. Embora possa ocorrer em qualquer idade, costuma ser mais frequente em idosos e pessoas com problemas cardiovasculares. Pode ser isquêmico, quando um coágulo bloqueia o fluxo de sangue para uma área do cérebro, ou hemorrágico, mais letal, que se dá com um sangramento dentro ou ao redor do cérebro.

## Doenças de pele

A comissão realizou também reunião para debater os desafios para os pacientes e o SUS no acompanhamento das doenças crônicas de pele. A busca por melhores condições de tratamento para as pessoas que convivem com a psoríase, a dermatite atópica, a urticária espontânea e o vitiligo, entre outras condições, foi o foco principal da audiência pública.

Na ocasião, houve o lançamento da Frente Parlamentar em Apoio às Pessoas com Doenças Crônicas de Pele, reunindo profissionais e entidades da área de dermatologia e de especialidades médicas afins. “A doença começa como uma picada de inseto que não sara, não some, depois aparece outra, outra e assim vai”, descreveu Marcelo Silva, que, há 25 anos, convive com a psoríase. Nos anos seguintes, ele também seria diagnosticado com artrite psoriásica e vitiligo.



Em audiência sobre os desafios no tratamento de doenças crônicas de pele, a Comissão de Saúde lança Frente Parlamentar em Apoio aos Pacientes.

Na opinião dele, desde então, muita coisa mudou em relação à falta de informação, graças à internet e à evolução da medicina. “Mas, em termos de política, há 25 anos é a mesma coisa, sobre a falta de medicamentos e de acesso aos tratamentos. A política não andou, não desenvolveu nesses anos”, completou.

## Vacinas

Em outra reunião, foi criticada a falta do estoque da vacina contra covid-19 em Minas e o recebimento irregular do imunizante contra a varicela (catapora). A diretora de Vigilância de Doenças Transmissíveis e Imunização da Secretaria de Estado de Saúde, Marcela Ferraz, disse que o Ministério da Saúde (MS) se comprometeu a regularizar a entrega da vacina contra covid na primeira quinzena de dezembro.

Sobre o segundo imunizante, a justificativa do governo federal é a existência de obstáculos regulatórios e de fabricação enfrentados pelos fornecedores, com previsão de regularização do estoque para o primeiro semestre de 2025. Segundo Ferraz, desde agosto de 2023, a entrega da vacina contra varicela tem sido irregular e a última remessa foi recebida em junho de 2024. Ela ressaltou que o Estado mantém um pequeno quantitativo de doses para uso em casos de surtos.

O representante da Associação Mineira de Municípios (AMM) na audiência, Thiago de Oliveira, afirmou que a entidade está cobrando do Ministério da Saúde a regularização das entregas há 90 dias. De acordo com ele, um levantamento respondido por 211 municípios apontou que a vacina contra catapora é a que mais está faltando, levando de três a quatro meses para ser repassada.

## Parceria público-privada

Cronograma, custos e projeto do novo complexo de saúde que o governo do Estado planeja construir ao lado da Fundação Ezequiel Dias e para onde deverão ser transferidos os serviços de quatro hospitais da Fundação Hospitalar de Minas Gerais (Fhemig). Esses foram os temas de audiência da comissão em que o governo informou que a obra será realizada por meio de parceria público-privada (PPP).

A PPP também ficará responsável pela gestão dos serviços não assistenciais, enquanto toda a gestão dos serviços de saúde continuará sob a responsabilidade do Estado e o atendimento permanecerá integralmente ocorrendo pelo SUS.

De acordo com a presidente da Fhemig, Renata Dias, o complexo será formado por três prédios, com 532 leitos, distribuídos em unidades especializadas em oncologia, infectologia, pediatria e maternidade/saúde da mulher. O complexo também abrigará um laboratório central, conjugado com um núcleo de ensino e pesquisa.



Renata Ferreira Leles Dias, presidente da Fhemig, e Josiane Barbosa Piedade Moura, coordenadora da Divisão de Epidemiologia e Controle de Doenças do Laboratório Central da Funed, falaram sobre o plano do novo complexo de saúde que o governo do Estado planeja construir ao lado da Fundação Ezequiel Dias.

Os quatro estabelecimentos que deverão ter suas atividades transferidas para o complexo são a Maternidade Odete Valadares, o Hospital Infantil João Paulo II e os Hospitais Eduardo de Menezes e Alberto Cavalcanti. A transferência deverá ser gradual, a partir do momento em que as novas instalações tiverem condições de receber pacientes.

## Temas locais

A comissão discutiu assuntos relacionados a municípios específicos, como na audiência sobre políticas públicas de saúde em Uberaba (Triângulo) e em outra, que tratou da destinação dos recursos que deveriam ser investidos no Hospital Regional de Juiz de Fora.

Foi ainda realizada uma reunião para debater a odontologia e seu compromisso com a saúde da população, em comemoração dos 60 anos do sistema formado pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO) e pelos conselhos regionais de odontologia (CROs).

## Leis aprovadas

Vários projetos que passaram pela Comissão de Saúde foram transformados em leis. São eles:

- Projeto de Lei Complementar (PLC) 45 (Lei Complementar 175/2024), a qual prevê que os recursos do pagamento da dívida do Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do SUS-MG (Pro-Hosp), pelo Fundo Estadual de Saúde (FES), devem ser usados segundo as resoluções originais; e veda a transposição ou transferência, pelos municípios, para outra finalidade ou beneficiário; e ainda altera o Código de Saúde do Estado para prever novos servidores como autoridades sanitárias, entre outras medidas relacionada a esse cargo;
- PL 339/23 (Lei 24.687/2024), que faz alterações na Lei 24.401, de 2014, a qual dispõe sobre a adoção de medidas de prevenção e combate às doenças associadas à exposição solar no ambiente de trabalho, de modo a ampliar o escopo da norma, para que passe a contemplar ações de conscientização na comunidade escolar;
- PL 900/23 (Lei 24.819/2024), que cria o Selo Empresa Comprometida com a Prevenção e o Enfrentamento da Obesidade;
- PL 816/23 (Lei 24.767/2024), que institui a Política Estadual de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e Outras Hemoglobinopatias;
- PL 337/23 (Lei 24.762/2024), que reconhece os portadores de lúpus eritematoso sistêmico (LES) como pessoas com deficiência;
- PL 884/23 (Lei 24.843/2024), que visa difundir informações e formas de prevenção de doenças em mulheres no Estado;
- PL 5.293/18 (Lei 24.784/2024), que institui a Política do Sorriso Saudável na Terceira Idade, destinada a pessoas idosas domiciliadas em clínicas e residências geriátricas, instituições de longa permanência, casas-lares ou similares;
- PL 5.052/18 (Lei 24.783/2024), que institui a Política de Diagnóstico e Tratamento do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH);
- PL 1.514/23 (Lei 24.820/2024), que altera o art. 1º da Lei 18.797, de 2010, que determina a utilização de seringas de agulha retrátil nos hospitais e estabelecimentos de saúde no Estado;
- PL 5.296/18 (Lei 24.969/2024), que assegura a equidade de tratamento aos usuários do SUS na rede privada complementar que integra a rede de atenção à saúde no Estado;
- PL 1.991 (Lei 24.938/2024), que trata do Programa de Prevenção e Combate à Dengue e institui o Método Wolbachia como diretriz complementar de controle biológico do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue e de outras doenças, no Estado;



Foi aprovado o PL 1.991/24 (Lei 24.938/2024), que trata do Programa de Prevenção e Combate à Dengue e institui o método Wolbachia como diretriz complementar de controle biológico do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue e de outras arboviroses.

- PL 125/23 (Lei 24.975/2024), que dispõe sobre a prestação de assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar na rede pública e privada do Estado;
- PL 1.506/23 (Lei 24.983/2024), que estabelece que o laudo médico que atesta diabetes mellitus tipo 1 tenha prazo de validade indeterminado no Estado;
- PL 735/23 (Lei 24.977/2024), que institui o Dia Estadual de Conscientização sobre as Síndromes de Ehlers-Danlos e os Transtornos do Espectro de Hipermobilidade (TEH);
- PL 1.756/20 (Lei 24.994/2024), que determina que as atividades religiosas sejam consideradas essenciais em períodos de calamidade pública no Estado de Minas Gerais;
- PL 4.264/2017 (Lei 25.058/2024), que institui a Semana Estadual de Conscientização sobre a Atrofia Muscular Espinhal (AME);
- PL 3.918/2022 (Lei 25.060/2024), que institui a política estadual de atenção à pessoa que gagueja;
- PL 5.060/2018 (Lei 25.008/2024), que altera a Lei 16.279, de 2016, que trata dos direitos dos usuários das ações e dos serviços públicos de saúde no Estado, acrescentando o direito de ter acesso, no *site* da Secretaria de Estado de Saúde (SES), a uma lista atualizada de profissionais médicos devidamente registrados como especialistas no Conselho Regional de Medicina;
- PL 4.953/18 (Lei 25.086/2024), que altera a Lei 9.546, de 1987, que trata da obrigatoriedade de realização de exames laboratoriais para o diagnóstico de Aids, doença de Chagas, sífilis e hepatite B pelos estabelecimentos hemoterápicos do Estado, para prever que estes deverão disponibilizar ao doador informações sobre condições básicas para a doação, importância de suas respostas na triagem clínica e riscos de transmissão de doenças infecciosas pela transfusão de sangue;
- PL 2.191/24 (Lei 25.155/2025), que institui o Dia Estadual do Cirurgião Oncológico.

## Segurança Pública

Além de analisar projetos durante o ano, a Comissão de Segurança Pública debateu a ocorrência registrada no Presídio Inspetor José Martinho Drumond, em Ribeirão das Neves. No local, foi constatado o recebimento de encomendas enviadas por familiares a detentos, contendo maços de cigarros de origem duvidosa. A destinação correta desse material apreendido foi cobrada na audiência.

Em outro encontro, ativistas de movimentos de defesa da infância exigiram políticas públicas para o enfrentamento dos crimes de pedofilia. A reunião foi motivada pela prisão do ex-padre Bernardino Batista dos Santos, detido em Juatuba após ser acusado por mais de 60 mulheres de ter cometido crimes sexuais entre 1999 e 2001.

A comissão também debateu a grave insuficiência de veículos e rabsões no atendimento das demandas da Polícia Civil em Belo Horizonte e em mais de 50 municípios da região metropolitana da capital. Na mesma audiência, discutiu-se sobre a falta de policiais para atuar nesses veículos e foi demandado um adicional aos profissionais por risco de contágio.



Os deputados estaduais Marquinho Lemos, Sargento Rodrigues e Dr. Jorge Ali analisam proposições para a Comissão de Segurança Pública.

Em outro momento, o colegiado avaliou os dados encaminhados pela Polícia Civil de Minas Gerais referentes aos valores retroativos ou atrasados decorrentes de promoções, progressões e adicionais de desempenho devidos aos seus servidores. Segundo planilha apresentada, o somatório dos últimos oito anos alcança R\$ 36,13 milhões, sendo R\$ 35,01 milhões na carreira policial e o restante do valor na carreira administrativa.

A comissão também debateu a rotina de sobrecarga de trabalho dos bombeiros militares lotados no Batalhão de Operações Aéreas (BOA), tendo em vista o acidente ocorrido em 11 de outubro. Nesse dia, um helicóptero do Corpo de Bombeiros caiu em Ouro Preto, causando a morte de quatro militares, um médico e um enfermeiro.

## Política remuneratória

O comandante-geral da Polícia Militar foi convocado para o debate sobre o pagamento integral das diárias devidas aos policiais militares que se deslocam de sua sede por motivo de serviço. Segundo as acusações recebidas, as diárias pagas chegavam a valores até 25% ou 50% a menos que o devido. Os servidores ainda estariam sendo hospedados em locais sem condições adequadas.



O comandante-geral da Polícia Militar, Carlos Frederico Otoni Garcia, foi convocado para o debate sobre o pagamento integral das diárias devidas aos policiais militares que se deslocam de sua sede por motivo de serviço.

A comissão também debateu as denúncias de policiais militares no âmbito do Comando de Policiamento Rodoviário do Estado de Minas Gerais, do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária, do Comando de Policiamento Especializado, do 13º Batalhão da Polícia Militar, da 6ª e da 13ª Região da Polícia Militar. Essas unidades têm editado memorandos do Programa de Incentivo à Produtividade (PIP) com o objetivo de aferir pontuação para alcançar determinadas metas e, conseqüentemente, a premiação de dispensa de serviço, notas meritórias e elogios.

Esse procedimento estaria elevando o número de multas aplicadas em desfavor do cidadão, sendo que os dados de produtividade devem ser enviados em até 24 horas ao comando por meio do celular particular do militar, o que caracteriza o enriquecimento ilícito do poder público.

O colegiado discutiu ainda o descumprimento de decisão do Tribunal de Contas do Estado. Ela determinou que o secretário-geral do Estado comprovasse a suspensão de qualquer desconto a título de contribuição previdenciária com base nas alíquotas trazidas na Lei Federal 13.954/2019, aplicando-se a Lei Estadual 10.366/1990. Também estipulou o restabelecimento do recolhimento das contribuições patronais pertinentes aos segurados do IPSM e a retomada da sistemática de destinação, contabilização e recolhimento das contribuições previdenciárias militares previstas na legislação estadual, sob pena de multa diária.

A comissão debateu com o diretor-geral do IPSM e a secretária de Estado de Planejamento e Gestão o conteúdo da nota de esclarecimento, publicada em março, relativamente ao custeio do IPSM. Na audiência, policiais e bombeiros apontaram um passivo de R\$ 7 bilhões.

O principal debate da comissão foi a respeito da política remuneratória para os servidores da segurança pública do Estado, tendo sido realizada reunião com a convocação do secretário de Estado de Fazenda, Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes. Outro tema relevante foi o déficit dos servidores e a sobrecarga de trabalho.

## Trabalho, Previdência e Assistência Social

No ano de 2024, a comissão enfocou diversos temas, com destaque para o trabalho precário – análogo à escravidão ou infantil – e os desafios enfrentados por idosos e autistas, além de questões relacionadas a categorias específicas.

### Trabalho escravo

A precarização das relações de trabalho e o trabalho análogo à escravidão foram temas de três audiências públicas. Uma delas, em Varginha (Sul), tratou do trabalho escravo no município e na região, bem como de suas implicações na economia mineira, nas políticas de defesa e proteção de direitos e na condição de vida dos trabalhadores.

Na reunião em Varginha, foi divulgado que Minas Gerais lidera a “lista suja” atual do governo federal no que se refere ao trabalho análogo à escravidão, mostrando que, de 654 empresas e pessoas físicas denunciadas, 151 estão no Estado, quase o dobro de São Paulo, que ficou em 2º lugar, com 78 registros. O Sul do Estado concentra entre 8% e 10% dos casos do País.



Em Varginha, a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social debateu o trabalho escravo no município e na região, bem como suas implicações na economia mineira, nas políticas de defesa e proteção de direitos e na condição de vida dos trabalhadores.

Varginha é um dos maiores produtores de café, lavoura que emprega boa parte da mão de obra escrava. Segundo Jorge Ferreira, da Articulação dos Empregados Rurais de Minas (Adere-MG), na colheita, 67% dos trabalhadores, a maioria mulheres, não têm carteiras assinadas e outros direitos trabalhistas respeitados. Eles também sofrem outras violações: cobrança pelos gastos com equipamentos de colheita e falta de material de proteção, alojamentos e alimentação, incluindo água potável.

Outra reunião debateu a ameaça e a perseguição a fiscais do trabalho no Sul de Minas. O Estado não tem auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) suficientes para combater o problema: são 225 servidores para 853 municípios – em média, um fiscal para cada quatro cidades. Além de poucos, fiscais no exercício da função enfrentariam ameaças de empregadores.

Por outro lado, o Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, ao Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e à Erradicação do Trabalho Escravo (Comitrate) estaria paralisado há dois anos. Além disso, na reunião, foram mencionados episódios recentes ocorridos no Sul de Minas: ameaças (gravadas em áudio) contra a fiscalização em lavouras de café; e o resgate de trabalhadores em condições análogas à escravidão em fazendas de café em Nova Resende e outras cidades da região.

O superintendente do MTE em Minas, Carlos Calazans, afirmou que as investigações sobre as ameaças estão em curso na Polícia Federal para apurar possível ação orquestrada, e não fato isolado. Disse ainda que foi retomado o concurso com previsão de 900 vagas para fiscal do trabalho no País.

A última audiência tratou da precarização do serviço doméstico e das más condições laborais de diaristas e faxineiras. Foi assunto, na reunião, a nova denominação dada a esse problema secular: “uberização” das faxinas domésticas, com terceirização de mão de obra, aumentando a precarização do trabalho, em muitos casos com condições degradantes e até análogas à escravidão.

Gestores, estudiosos e membros de movimentos sociais reivindicaram a elaboração de norma estadual semelhante à Política Nacional de Cuidados do Brasil para proteger quem cuida, no trabalho remunerado ou não. Também defenderam a luta por mais direitos, além de qualificação e conscientização das vítimas, quase sempre mulheres negras em situação de vulnerabilidade.

### **Trabalho infantil**

A comissão realizou duas audiências com a temática do trabalho infantil. A primeira mostrou que esse problema aumentou 7% no Brasil entre 2019 e 2022, conforme dados da Pnad Contínua do IBGE apresentados pelo Fórum de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente. A representante dessa instância, Elvira Cosendey, complementou que 123 mil crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos passaram a trabalhar entre 2019 e 2022.

Para enfrentar o problema, o governo de Minas orienta e capacita os gestores dos municípios e promove campanhas de conscientização sobre os malefícios do trabalho infantil. Na Secretaria de Assistência Social de Belo Horizonte, é feita busca ativa nos territórios onde ocorre trabalho infantil. Marcel Sousa, representante da pasta, lamentou a redução do orçamento federal para essa área, entre 2016 e 2022, e defendeu a colaboração intersetorial para garantir políticas para o setor.

Outra audiência discutiu estratégias de combate ao trabalho infantil, por ocasião do Dia Mundial e Nacional de Combate ao Trabalho Infantil (12 de junho). Levantamento da Superintendência do MTE aponta Minas como o 2º estado com maior número de flagrantes de trabalho infantil. Na capital, os casos aumentaram 35% – uma a cada 27 crianças e jovens entre 5 e 17 anos trabalha em condições exaustivas, insalubres e prejudiciais ao seu desenvolvimento.

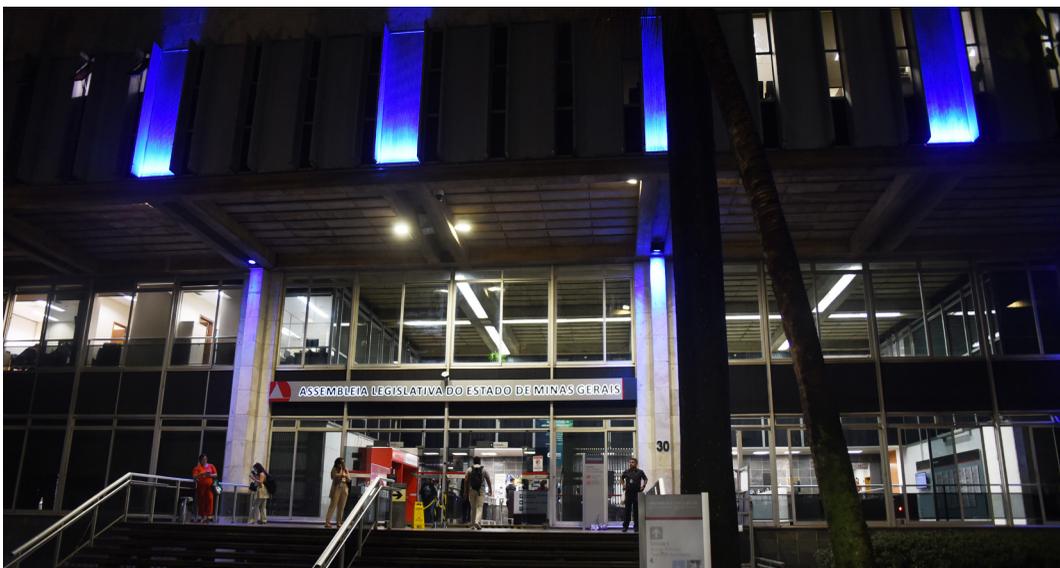
Para enfrentar tal realidade, foi elaborado o pacto pelo combate ao trabalho infantil na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em conjunto com a Superintendência do MTE e o Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Promoção da Aprendizagem. Os 34 municípios da RMBH foram convidados a aderir, e alguns prefeitos já assinaram o documento durante a reunião.



Por ocasião do Dia Mundial e Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, a comissão discutiu em audiência estratégias de combate a essa prática nociva à sociedade.

## Autismo

Entre as reuniões que a ALMG realizou em abril, mês de conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), a Comissão do Trabalho promoveu audiência sobre a inserção, no mercado de trabalho, de pessoas com autismo e outros transtornos do neurodesenvolvimento.



Foi realizada em abril, Mês de Conscientização sobre o Autismo, audiência para debater o assunto. Para lembrar esse tema, o Palácio da Inconfidência recebeu iluminação especial em azul.

A conclusão extraída do evento foi que, para ampliar a inserção desse público no mercado de trabalho, deve-se investir na capacitação de profissionais para que possam detectar os potenciais e as habilidades dessas pessoas e reter talentos nas empresas. Somam-se a isso a disposição para a inclusão e o respeito, garantindo uma atenção individualizada. Participaram da reunião representantes de entidades da indústria, do comércio, de serviços e do terceiro setor que atuam na perspectiva da inclusão da pessoa com deficiência.

A outra reunião sobre essa temática tratou dos desafios para assegurar o direito ao trabalho, às ações de assistência social e ao acolhimento a esse público. A conclusão foi de que a melhor forma de superar esses desafios é por meio da compreensão acerca das particularidades de cada indivíduo e do estímulo às habilidades pessoais de cada autista. O evento foi realizado por ocasião do Abril Azul, mês de conscientização sobre o TEA. Um dos dados de consenso entre convidados foi o de que autistas tidos como insubordinados no trabalho, na verdade não são compreendidos em suas particularidades.

Autor de livros e artigos sobre autismo, Walter Camargos Júnior, especialista em Psiquiatria da Infância e da Adolescência, alertou que o tratamento isolado, de uma única área da saúde, não é eficaz. O ideal é uma assistência global, que leve em conta diagnóstico precoce e correto, educação respeitosa e desenvolvimento de atividades laborais.

### **Pessoa idosa**

Enfocando o tema da violência contra a pessoa idosa, foram realizadas duas reuniões. Na primeira, uma das constatações foi a de que, para se prevenir a violência contra essas pessoas, deve-se combater o idadismo ou etarismo. Esses termos, que correspondem a estereótipos e discriminações direcionadas a pessoas com 60 anos ou mais, foram usados por Karla Giacomini, médica geriatra e consultora da Organização Mundial de Saúde para Cuidados de Longa Duração, Políticas Públicas e Envelhecimento.

Ela e outros convidados participaram de audiência pública que debateu políticas públicas de enfrentamento e prevenção da violência contra a pessoa idosa, evocando o 15 de junho, Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa. Minas Gerais é o 3º estado com maior número de registros (mais de 7 mil) dessa natureza.



Por ocasião do Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, que acontece em 15 de junho, a comissão realizou debate sobre as políticas públicas de enfrentamento e prevenção da violência contra a pessoa idosa no Estado.

Outra forma de combater o etarismo, trazida na audiência pela promotora de Justiça Vânia Pinto, é por meio da valorização da ancestralidade. Já Glausse Rosa, terapeuta ocupacional e ativista em envelhecimento, propôs que a pessoa idosa seja motivada a conquistar, ou reconquistar, sua autoestima.

A outra reunião, além de abordar a conscientização quanto à violência contra as pessoas idosas, fez a entrega do voto de congratulações à Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos do Brasil (Riaam-Brasil). A presidente da entidade, Maria Machado, ressaltou que o combate à violência contra esse público deve ser permanente, assim como debates de conscientização e campanhas de valorização do envelhecimento.

O presidente do Conselho Estadual do Idoso, Renato Gregório de Jesus, afirmou que a maioria dos 853 municípios mineiros não tem estrutura nem conselhos municipais para encaminhar de forma efetiva políticas públicas voltadas para a pessoa idosa. Luis Arêas Pinheiro, da Coordenadoria da Pessoa Idosa da Defensoria Pública do Estado, frisou que assegurar direitos no envelhecimento passa por uma atuação em rede, com órgãos e sociedade conversando entre si.

### **Categorias profissionais**

Com um histórico de promoção do debate sobre questões relacionadas a categorias específicas de trabalhadores, a Comissão do Trabalho realizou audiências para debater a piora nas condições de trabalho das seguintes categorias:

- fisioterapeutas em unidades de terapia intensiva, objeto do PL 2.078/24 em tramitação, que versa sobre a matéria; fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais em número insuficiente em instituições públicas e filantrópicas, especialmente em instituições de longa permanência de idosos (ILPIs);
- metroferroviários, após a privatização do metrô de Belo Horizonte;
- docentes, técnicos administrativos e analistas da Uemg, que reclamaram da defasagem dos salários e da falta de estrutura da universidade;
- trabalhadores da Minas Gerais Administração e Serviços S.A. (MGS) lotados nas escolas municipais de Belo Horizonte, e a natureza dos contratos firmados entre a Prefeitura e a empresa;
- trabalhadores da Copasa e da Copanor, diante das políticas de privatização decorrentes das parcerias público-privadas nessas estatais.

### **Outras audiências**

Temas diversos foram tratados em outras reuniões da comissão, como:

- a necessidade de garantir a destinação dos recursos do Fundo de Erradicação da Miséria (FEM) para o Fundo Estadual de Assistência Social (Feas), de modo a fortalecer a assistência social como estratégia de combate à miséria com controle social;
- a importância de assegurar as nomeações dos assistentes sociais classificados no concurso da Secretaria de Assistência Social da PBH, em observância à NOB-RH Suas, que prevê a nomeação de servidores efetivos como profissionais da assistência social;

- o anúncio do fechamento da usina da Gerdau em Barão de Cocais (Região Central) e os impactos econômicos e financeiros dessa medida na região, sobretudo o alto índice de desemprego para a população local;
- os impactos, para os servidores estaduais da saúde, da criação do Serviço Social Autônomo de Gestão Hospitalar (SSA-Gehosp), previsto no PL 2.127/24, do governador.



Comissão do Trabalho realizou audiência pública para debater a piora nas condições de trabalho de fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais em instituições de longa permanência de idosos.

### **Leis aprovadas**

Alguns projetos que tramitaram na comissão em 2024 foram transformados em leis, todas de 2024:

- PL 325/19 (Lei 24.970), que estabelece diretrizes para as ações do Estado voltadas para a promoção da saúde dos agricultores familiares;
- PL 3.512/22 (Lei 24.972), que altera a Lei 12.666, de 1997, a qual dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso, para acrescentar, entre os princípios dessa política, o incentivo a ações de apadrinhamento afetivo de pessoas idosas que residam em instituições de longa permanência;
- PL 176/23 (Lei 24.965), que obriga as instituições bancárias e financeiras a realizarem campanha permanente de conscientização e combate a golpes financeiros praticados contra pessoas idosas;
- PL 203/23 (Lei 24.976), que institui a política estadual de apoio às cozinhas solidárias;
- PL 1.634/23 (Lei 25.065), que institui a Medalha Luiz Gama, a ser concedida a pessoas físicas ou jurídicas que tenham se destacado no combate ao trabalho análogo à escravidão ou ao tráfico de pessoas no Estado;
- PL 2.577/21 (Lei 25.115), que cria a campanha Junho Violeta, em alusão ao Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa.

## Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer

Na audiência pública realizada em 2024 na cidade de Ituiutaba (Triângulo), foi debatido, entre outros temas, o cumprimento, no município e na região, das leis que asseguram a mamografia, a citopatologia e a colonoscopia a todas as mulheres a partir da puberdade. Essa legislação representa um avanço em relação à anterior, que previa esses exames somente a partir dos 40 anos ou após o início da vida sexual.

Na reunião, foi apresentado o quadro de Ituiutaba, que não conta com nenhum hospital público para diagnóstico e tratamento do câncer. Por causa disso, pacientes precisam se deslocar para outras cidades para receber atendimento e, muitas vezes, não são cumpridas as Leis dos 30 e dos 60 Dias, que preconizam prazos máximos para o diagnóstico e o início do tratamento do câncer, respectivamente.



Comissão realizou debate, em Ituiutaba, sobre as leis que asseguram a mamografia, a citopatologia e a colonoscopia a todas as mulheres a partir da puberdade, e não mais a partir dos 40 anos ou após o início da vida sexual.

A presidente da Associação Voluntária de Combate ao Câncer de Ituiutaba (AVCCI), Maria Aparecida Mian, relatou que os pacientes com câncer nessa cidade e na região enfrentam um caminho árduo para buscar diagnóstico e tratamento. Isso porque o único hospital público do município não atende oncologia e o serviço só é oferecido em um complexo particular.

De acordo com ela, os pacientes são direcionados para Uberlândia, também no Triângulo Mineiro, a 135 km de Ituiutaba, ou para Barretos (SP), a 260 km. Aproximadamente 2 mil pacientes se tratam em Barretos, para onde partem ônibus diariamente.

### Saúde do homem

A reunião também abordou a saúde do homem, com foco na realização dos exames de detecção do câncer de próstata. Também entraram no debate assuntos como a demanda de radioterapia e radiocirurgia, além do tratamento fora do município, que impõe uma jornada cansativa para o paciente.

Outras questões trazidas foram: prevenção do câncer por meio de exames diagnósticos, consultas com especialistas, tratamento cirúrgico, quimioterapia, acesso a novos medicamentos e terapias, nutrição, reabilitação e cuidados paliativos.

Na segunda reunião da comissão, foi debatido o financiamento dos serviços públicos de prevenção, diagnóstico e tratamento da doença no Estado. Foram mostrados dados que apontam a necessidade de investimento célere e contínuo no combate ao câncer, que, até 2030, deve se tornar a doença que mais causará mortes no País.

### **Financiamento das ações de enfrentamento do câncer**

O câncer já lidera a lista das doenças que mais levam as pessoas à morte em 100 municípios mineiros. Na avaliação dos participantes, o governo ainda investe muito pouco na oncologia. Dos 36 hospitais habilitados para tratamento do câncer, apenas 4 são Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon), com infraestrutura adequada para diagnóstico e tratamento de todos os tipos da doença.

Também foi apontado que a detecção precoce da doença aumenta em mais de 80% as chances de cura. Participantes cobraram a revisão da tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS), para dar maiores condições de atuação aos hospitais.

### **Relatório final**



Em 2024, a comissão realizou 22 eventos, entre reuniões internas, encontros no Assembleia Fiscaliza, visita e audiências públicas. Foram aprovados 57 requerimentos de providências ou pedidos de informações.

A Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer aprovou seu relatório final em dezembro, recomendando que Minas tenha uma política estadual para vencer gargalos que ainda dificultam o acesso de pacientes ao diagnóstico precoce e ao tratamento.

Entre os vários pontos ressaltados no documento, está a necessidade de a Secretaria de Estado de Saúde implantar um sistema que permita monitorar o cumprimento da Lei dos 30 Dias e da Lei dos 60

Dias. Normas federais, essas leis garantem, respectivamente, a realização de exames para confirmação do diagnóstico de câncer no prazo máximo de 30 dias, contados a partir do início dos sintomas no paciente, e o início do tratamento pelo SUS em até 60 dias.

Criada pela Mesa da Assembleia, em 10 de março do ano anterior, a comissão foi prorrogada até o final do atual biênio para fazer um levantamento da situação no Estado e propor medidas de enfrentamento da doença. O colegiado realizou 22 eventos – reuniões internas, encontros na Assembleia Fiscaliza, visita e audiências públicas. Foram aprovados 57 requerimentos de providências ou pedidos de informações.

O relatório final contesta a alegação do governo do Estado de que Minas não tem um sistema para registro dos primeiros atendimentos dos pacientes, o que dificulta responder se os prazos legais de 30 e 60 dias estão sendo cumpridos. Também cita que investimentos anunciados pelo Executivo em atendimento e diagnóstico não atendem toda a demanda e alerta para a urgência de fortalecer o SUS e suas diversas frentes de atuação.

Por falta de uma política eficaz, o câncer sobrecarregaria os pacientes, as suas famílias, os serviços públicos e a economia, representando um dos principais desafios de saúde pública no Brasil, aponta o relatório. Em Minas, a taxa de mortalidade pela doença vem crescendo ao longo dos anos, sendo a desigualdade no acesso ao diagnóstico e ao tratamento um dos maiores gargalos.

Outras medidas sugeridas no relatório são: expansão da infraestrutura de saúde e diagnóstico para regiões mais remotas; atuação em rede e investimento em capacitação de equipes de saúde; reforço do financiamento e do transporte sanitário eletivo para reduzir disparidades regionais; atualização da lista de medicamentos do SUS para incorporar novas tecnologias; incentivo à vacinação contra a hepatite B e o vírus HPV para prevenir casos de câncer; fortalecimento dos consórcios de saúde; criação de um fundo estadual específico para ações de enfrentamento do câncer.

## Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais



Luisa Mell (ativista), Diogo Soares de Melo Franco (subsecretário de Gestão Ambiental da Semad) e deputados participaram de uma reunião na Assembleia para falar de iniciativas voltadas ao bem-estar dos animais, reforçando sua preocupação com esse assunto.

O destaque do ano na Comissão Extraordinária de Proteção aos Animais foi a audiência pública realizada para discutir o caso do cachorro Chimbinha, que perdeu um olho e uma pata após realizar

procedimentos veterinários em um hospital de Montes Claros (Norte de Minas), o que motivou questionamentos quanto a possíveis maus-tratos a animais por erros médicos veterinários.

O presidente da comissão, deputado Noraldino Júnior (PSB), encaminhou requerimentos aos Conselhos Federal e Regional de Medicina Veterinária, à Coordenadoria Estadual de Defesa dos Animais (Ceda) do Ministério Público de Minas Gerais e à Delegacia Especializada de Crimes contra o Meio Ambiente (Dema), com pedidos de providências e informações para a investigação de casos dessa natureza. Ele reforçou que a audiência pública foi convocada para dar visibilidade a casos desse tipo.

Teve destaque também a atuação da comissão para apoiar a substituição gradual das charretes traçadas por animais em cidades históricas de Minas Gerais por veículos elétricos. O Requerimento 8.195/24, de autoria do deputado Noraldino, solicitou à Cemig providências para que a empresa apoie e participe dessa transição nas cidades de Tiradentes e Caxambu.

No dia 7 de março de 2024, a ativista Luisa Mell participou de uma reunião na Assembleia, a convite do presidente da comissão. Ela veio dar apoio às iniciativas que visam substituir gradualmente as charretes, reforçando a preocupação com o bem-estar dos animais. Os deputados presentes na reunião destacaram a importância da figura de Luisa na luta pela proteção animal no Brasil.



Luisa Mell participou de reunião na ALMG a convite do presidente da Comissão Extraordinária de Proteção aos Animais, deputado Noraldino Júnior.

O trabalho da Comissão Extraordinária de Proteção aos Animais foi marcante ao longo do ano de 2024, consolidando-se como um espaço de diálogo e reforçando o compromisso da Assembleia Legislativa com a pauta. Atuando no combate aos maus-tratos e na busca pela ampliação de políticas públicas que proporcionem segurança e dignidade aos animais, a comissão demonstrou o quanto a causa é relevante e o quanto é preciso trabalhar para garantir os avanços necessários.

## Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia

A valorização da comunidade italiana estabelecida em Minas Gerais e sua influência nas experiências gastronômicas, turísticas e econômicas do Estado foi um dos principais destaques na atuação da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia em 2024.



Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia debateu a valorização da comunidade italiana estabelecida no Estado e sua influência nas experiências gastronômicas, turísticas e econômicas.

O embaixador da Itália no Brasil, Alessandro Cortese, visitou a Assembleia de Minas e participou de uma solenidade no Salão Nobre que celebrou os 150 anos da imigração italiana no Brasil.



Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia entrega o diploma de voto de congratulação para a Frente da Gastronomia Mineira pela celebração dos seus 10 anos de fundação.

De 1874 a 1920, Minas recebeu aproximadamente 80 mil italianos. Hoje, já são mais de 2 milhões vivendo em terras mineiras. Além disso, é o Estado que mais exporta para a Itália e o segundo maior importador de produtos desse país.

Na ocasião da solenidade, também foi realizada uma audiência pública que debateu a criação da Frente Parlamentar Minas-Itália, com o objetivo de valorizar a comunidade italiana estabelecida no Estado, assim como promover o intercâmbio de experiências entre as culturas mineira e italiana.

### **Homenagem à Frente de Gastronomia Mineira**

Depois foi a vez da homenagem da comissão à Frente de Gastronomia Mineira (FGM), por ocasião dos 10 anos de sua fundação. A FGM foi criada em 2014 com o intuito de ser um fórum participativo para reunir esforços pela defesa, preservação e promoção da gastronomia do nosso estado.

Representantes da FGM, do poder público e dos setores de turismo e gastronomia mineiros participaram da solenidade, que teve por objetivo proceder à entrega de diploma com votos de congratulações ao grupo.

Durante o evento, foi destacado o papel da cadeia produtiva da cozinha mineira como parte importante da cultura e da identidade do Estado, bem como sua relevância para o crescimento do turismo em Minas.

A comissão evidenciou, na homenagem, importantes proposições criadas em diálogo com a FGM, como o PL 3.796/22, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o modo de fazer doce mineiro no tacho de cobre; a Lei 24.090/2022, que possibilita a divulgação turística e gastronômica de Minas Gerais em outros estados e países; e a Lei 24.668/2024, que instituiu a Semana da Internacionalização de Minas Gerais.

### **Gastronomia de impacto social**



A Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia e a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social debateram a gastronomia social e os seus efeitos na inclusão das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Mais que um instrumento para garantir a segurança alimentar e a sustentabilidade, a gastronomia social é uma ferramenta de transformação de pessoas, comunidades e ambientes. Experiências que comprovam essa tese foram relatadas por instituições que participaram de audiência conjunta das Comissões Extraordinária de Turismo e Gastronomia e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social da ALMG, no mês de dezembro.

Participaram do debate instituições pioneiras no assunto, como a Escola de Gastronomia Social, do Ceará, e a Gastromotiva, do Rio de Janeiro. Experiências mineiras também foram apresentadas, como o Circuito Gastronômico de Favelas, o Mercado de Origem e o Instituto ITI, além de projetos como o Sesc Mesa Brasil.

O combate ao desperdício, o cultivo de horta agroecológica e o uso das chamadas “Pancs” – plantas alimentícias não convencionais – foram algumas das diretrizes da gastronomia social apontadas na discussão. Também foram destacadas ações desenvolvidas para a capacitação de cozinheiras periféricas e produtores rurais, com impactos no volume e na qualidade da produção, na gestão de negócios e na geração de renda.

## Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Doce (Cipe)

Desde o crime das mineradoras em Fundão, em novembro de 2015, a Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Doce (Cipe Rio Doce), criada em 1999, tem se empenhado em reunir esforços políticos e técnicos, além de estudos para reparar os danos socioambientais causados pelo rompimento da Barragem de Fundão, no município de Mariana (MG). A referida comissão promoveu inúmeras reuniões, audiências e debate público com o objetivo de discutir propostas e buscar alternativas para a recuperação de toda a bacia. Em 12 de dezembro de 2023, o deputado estadual Leleco Pimentel foi eleito vice-presidente da comissão interestadual e coordenador regional representando a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.



Cipe do Rio Doce realiza debate público sobre os impactos da tragédia e a revitalização da Bacia do Rio Doce.

Em 20 de fevereiro de 2024, foi realizada a primeira reunião ordinária e, em 6 de maio do mesmo ano, aconteceu um importante debate público denominado Os Impactos e a Revitalização da Bacia do Rio Doce, no qual foram debatidos os impactos do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, sobre a Bacia do Rio Doce, propiciando o conhecimento de experiências de revitalização de áreas impactadas e a formulação de proposições concretas para as áreas atingidas. O evento contou com a presença de parlamentares de Minas Gerais e do Espírito Santo, além de deputados federais, ambientalistas, instituições de Justiça, acadêmicos e pesquisadores, autoridades federais, estaduais e municipais, líderes comunitários e os próprios atingidos pela tragédia. Durante o debate, ficou evidente a insatisfação com a morosidade dos processos de reparação e a inadequação das propostas de acordo apresentadas pelas mineradoras, sobretudo a Fundação Renova, além da constatação de que as pessoas atingidas sequer foram ouvidas no processo.

Os participantes do debate destacaram a necessidade de aumentar a participação direta das comunidades afetadas, assegurando que suas demandas sejam priorizadas no processo de repactuação. Também foi defendida a importância das assessorias técnicas independentes (ATIs), com o objetivo de garantir que as comunidades tenham acesso à participação informada e possam dialogar com todos os envolvidos na reparação. Além disso, sugeriu-se o envolvimento de universidades e centros de pesquisa na elaboração de propostas para a revitalização da Bacia do Rio Doce. A atuação da Cipe Rio Doce foi considerada fundamental no apoio ao Comitê Interfederativo (CIF), oferecendo orientação técnica e apoiando projetos voltados ao desenvolvimento sustentável da região. Outra solicitação foi a inclusão de membros da Cipe, de atingidos e das ATIs no Comitê Interfederativo, para garantir uma representação mais adequada e uma colaboração efetiva no processo de reparação e recuperação da bacia.

Em suas falas, os parlamentares ressaltaram a luta das comunidades atingidas e cobraram maior empenho do poder público no combate aos efeitos nocivos da mineração no Estado. Houve também críticas às contrapartidas da Fundação Renova, consideradas insuficientes e com fortes indícios de desvios, para compensar os danos provocados pela tragédia. No entanto, o debate também resultou em propostas para a recuperação ambiental da Bacia do Rio Doce, como renovação de pastagens, construção de barraginhas, reativação econômica e produtiva com bases agroecológicas, investimentos em saneamento básico e segurança hídrica, além de outras ações vistas como essenciais para garantir o desenvolvimento dos municípios afetados.



CIPE Rio Doce debate os impactos do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, sobre a Bacia do Rio Doce, propiciando o conhecimento de experiências de revitalização de áreas impactadas e a formulação de proposições concretas para as áreas atingidas.

Ao final do debate, foram definidos encaminhamentos importantes, incluindo o envio das notas taquigráficas da 1ª Reunião da Cipe Rio Doce a inúmeras instituições, como a Comissão Parlamentar de Fiscalização de Barragens da Câmara Federal (Cexmabru), ministérios e secretarias, instituições de Justiça e assessorias técnicas independentes, entre outras. Também foram solicitadas informações sobre a proposta de compensação das mineradoras Vale, BHP Billiton Brasil Ltda. e Samarco para o Estado de Minas Gerais e para a bacia. Outro ponto central foi a garantia de protagonismo das populações atingidas no processo de repactuação, com o direcionamento exclusivo dos recursos para as áreas afetadas. Para isso, foram planejadas reuniões com o Tribunal Regional Federal e o Conselho Nacional de Justiça para discutir a repactuação do Acordo de Mariana. Ademais, foi programado um debate com especialistas e integrantes da sociedade sobre as contaminações na Bacia do Rio Doce, bem como propostas de financiamento de cursos universitários de apoio a cooperativas de piscicultura e fruticultura, entre outras, para os atingidos. Ainda foi solicitado um diagnóstico da bacia, com o apoio de instituições voltadas à pesquisa, para a recuperação das áreas degradadas. Paralelamente, a Cipe Rio Doce se comprometeu a apoiar a construção de barraginhas e estruturas ecotécnicas de preservação hídrica. A legislação que reconhece rios, montanhas e florestas como sujeitos de direitos, bem como a luta pela indenização justa e pela recuperação das propriedades rurais afetadas, também foi enfatizada.

Em 14 de maio de 2024, a Cipe realizou mais uma reunião ordinária, que contou com a participação dos advogados Luiz Carlos Paiva e Gabriela Queiroz Barros no chamado “pinga-fogo”, em que apresentaram as demandas da região entre Governador Valadares e o Estado do Espírito Santo. Já em 22 de outubro do mesmo ano, ocorreu outra reunião ordinária, com a participação de Luis Eduardo Macedo, coordenador socioambiental da ATI Cáritas Diocesana de Itabira, também no momento do “pinga-fogo”. Durante essa reunião, foi anunciada a aprovação da proposta, durante a Plenária Sudeste da Construção do Plano Nacional de Pesca Artesanal, em outubro de 2024, de criação de uma estrutura no Ministério da Pesca e Aquicultura dedicada aos pescadores atingidos por barragens, desastres e crimes socioambientais. Também foi abordado o novo acordo de repactuação de Mariana, prevendo a destinação de R\$ 167 bilhões para indenizações e reparações, considerando R\$ 100 bilhões em novos recursos. A maior parte desse valor será destinada à reparação socioambiental, com foco no meio ambiente, no saneamento e nas rodovias, sendo R\$ 40,73 bilhões voltados diretamente aos atingidos. O deputado Leleco Pimentel detalhou os critérios de distribuição dos recursos, com destaque para os R\$ 4 bilhões reservados a pescadores e agricultores, além da destinação de R\$ 7,09 bilhões para um programa de retomada econômica, R\$ 5,12 bilhões para o Fundo Popular da Bacia do Rio Doce e R\$ 640 milhões para fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (Suas), conforme informação recebida.

O parlamentar também criticou a exclusão de deputados e representantes dos atingidos de uma agenda do governo federal, evidenciando a falta de sensibilidade e participação adequada no processo para a construção do referido acordo. Esses encaminhamentos refletem a luta pela inclusão ativa das comunidades atingidas e o compromisso com uma reparação justa e transparente.

Em 11 de novembro de 2024, a Cipe realizou uma visita técnica ao povo indígena da etnia Puri, acompanhando o processo de reintegração e exigindo o assessoramento da Funai.

Por fim, em 2 de dezembro de 2024, a plenária da Cipe Rio Doce foi realizada no Espírito Santo, continuando o acompanhamento das questões e avançando na busca por soluções para a recuperação da região.

Representantes da comissão ainda participaram de reuniões com instituições de Justiça, com atingidos e seus respectivos representantes, com lideranças e dirigentes das assessorias técnicas independen-

tes, e estiveram presentes em manifestações dos atingidos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em lembrança aos oito anos decorridos desde o desastre.

O deputado estadual Leleco Pimentel ainda teve a oportunidade de se reunir, em outubro de 2024, com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, para apresentar demandas dos atingidos. Também participou do evento de assinatura do Acordo de Mariana pelo presidente Lula e demais comprometidos em Brasília, no mesmo mês.

Por fim, a comissão solicitou e aprovou inúmeros requerimentos e pedidos de audiências públicas. Apresentou ainda, para estudos e subsídios destinados ao próprio colegiado, os Relatórios 58 e 59 produzidos pela Aecom do Brasil, empresa perita judicial do caso Samarco/Vale-BHP desde março de 2020, conforme decisão da então 12ª Vara Federal de Belo Horizonte – atual 4ª Vara – e a Nota Técnica 21/2023-DSAST/SVSA/MS, publicada no início de novembro pelo Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, vinculado à Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Destaca-se também que a Cipe subsidiou os trabalhos da Comissão Extraordinária de Acompanhamento do Acordo de Mariana.

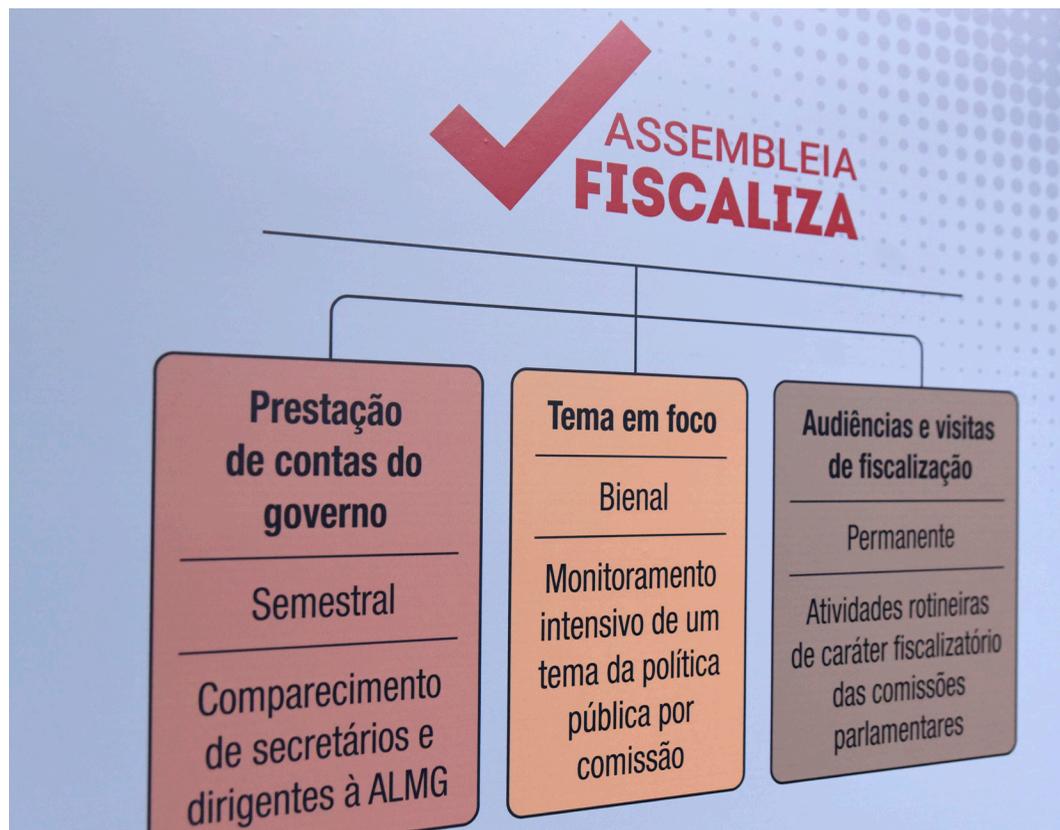


Imagens da exposição Territórios atingidos: perspectiva da realidade da Bacia do Rio Doce.

## Assembleia Fiscaliza

Fiscalizar a atuação do governo do Estado é uma das três principais funções da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Essa definição está prevista na Constituição do Estado, que atribui ao conjunto dos deputados e deputadas os papéis de elaborar leis, de representar os cidadãos mineiros e de fiscalizar o Poder Executivo, por meio do acompanhamento da execução dos programas e ações que estão previstos em seus planos.

O monitoramento da execução das políticas públicas é realizado com o auxílio de diversos instrumentos do processo legislativo. Nos últimos anos, para fortalecer sua função fiscalizadora, a ALMG sistematizou o seguinte conjunto de estratégias de fiscalização, reunidas no programa **Assembleia Fiscaliza**:



- **Prestação de Contas do Governo**: ciclos periódicos de reuniões entre as comissões temáticas da Assembleia e secretários e dirigentes de órgãos estaduais, que comparecem ao Parlamento Mineiro para prestar esclarecimentos a deputados e deputadas sobre a gestão de suas pastas e para responder a questionamentos dos parlamentares.

Essas discussões podem resultar em pedidos de providências para o cumprimento ou aperfeiçoamento de ações, ou ainda em compromissos firmados pelo Executivo a partir dos questionamentos do Legislativo.

- **Tema em Foco**: por meio dessa iniciativa, cada comissão da Assembleia define um tema específico das políticas públicas sob sua atribuição para ser acompanhado por seus integrantes pelo período de até dois anos.

Para isso, podem ser realizados estudos técnicos, pedidos de informações, audiências públicas e visitas para levantar a situação do assunto em questão. Ao final do prazo definido para o monitoramento do tema escolhido, é produzido um relatório contendo conclusões e sugestões de encaminhamentos ao Executivo.

• **Audiências e Visitas de Fiscalização:** no âmbito dessas iniciativas, estão compreendidas as atividades rotineiras de caráter fiscalizatório realizadas no âmbito das comissões, como debates públicos, audiências com convidados, audiências públicas e verificações *in loco*.

Além das estratégias desenvolvidas pelo programa Assembleia Fiscaliza, outras iniciativas de fiscalização da ALMG incluem ainda as **comissões parlamentares de inquérito (CPIs)**, que apuram e investigam fatos de relevante interesse público, e a **tomada de contas do governador**, em que a Assembleia publica parecer prévio do Tribunal de Contas e documentos referentes a todo o processo de prestação de contas do chefe do Executivo.

A seguir, detalhamos os principais assuntos trabalhados pelas comissões da ALMG no Tema em Foco no ano de 2024 e também cada uma das reuniões realizadas com os órgãos do Executivo para a prestação de contas do governo.

## Tema em Foco

### Comissão de Administração Pública

#### Tema – Gestão de recursos humanos no setor público e a realização de concursos

A comissão definiu como objetivo geral, para o biênio 2023-2024, monitorar programas, ações e proposições legislativas relacionados à gestão de recursos humanos e às questões afetas aos concursos públicos no Estado de Minas Gerais. Como objetivos específicos, foram escolhidos:

- analisar os editais e os processos relativos a concursos públicos para preenchimento de vagas nos quadros da administração pública do Estado de Minas Gerais;
- analisar as questões relativas ao pagamento de pessoal e a seus respectivos planos de carreira;
- analisar as legislações referentes aos servidores da administração pública estadual;
- acompanhar as audiências públicas e as visitas realizadas pela Comissão de Administração Pública que se relacionem aos temas da gestão de recursos humanos e da realização de concursos públicos no Estado;
- monitorar as questões afetas à previdência e à assistência dos servidores públicos, incluindo assuntos relativos à saúde do servidor;
- acompanhar o debate relativo ao Plano de Recuperação Fiscal da atual gestão no que disser respeito à carreira, à realização de concurso público e aos demais aspectos atinentes à gestão de recursos humanos.

A comissão realizou 16 audiências públicas sobre assuntos diversos, como valorização dos servidores estaduais, Regime de Recuperação Fiscal e melhoria das condições de trabalho dos profissionais que integram a rede do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado (Ipsemg).



Melhoria das condições de trabalho dos servidores do Ipsemg foi tema de audiências da Comissão de Administração Pública.

Também foram realizadas quatro visitas técnicas a estruturas pertencentes ao Ipsemg, a fim de verificar as condições de trabalho dos profissionais da rede e as condições de atendimento aos usuários.

Além disso, a comissão aprovou diversos requerimentos de providências para acompanhar contratações de agentes públicos e andamento de editais e de processos relativos a concursos públicos.

De maneira geral, com base nas informações recebidas do Poder Executivo, verificou-se que, no atual momento do Estado, não há viabilidade para o encaminhamento de propostas de reestruturação de carreiras que resultem no aumento de despesas com pessoal, tampouco para a concessão de reajustes salariais aos servidores.

## Comissão de Agropecuária e Agroindústria

### **Tema – Qualidade dos serviços de energia elétrica no campo, universalização de acesso e conexão de unidades de geração distribuída**

O objetivo geral estabelecido foi fiscalizar o serviço de fornecimento de energia elétrica no campo, buscando a melhoria de sua qualidade e a universalização do acesso a esse serviço, com foco na ampliação da conexão de unidades de geração distribuída, de forma a contribuir para o desenvolvimento do setor e o desenvolvimento sustentável e socioeconômico do Estado. Assim, ficaram definidos como objetivos específicos:

- monitorar a qualidade dos serviços de energia elétrica no campo;
- acompanhar a execução do Plano de Investimentos em Infraestrutura Elétrica da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), especialmente no que se refere a ações que buscam universalizar o acesso à energia no campo;

- apoiar a adoção de novas tecnologias na ligação dos sistemas fotovoltaicos *on-grid* à rede elétrica da Cemig;
- aperfeiçoar e agilizar o processo de ligação de novos empreendimentos rurais ao sistema de rede elétrica da Cemig;
- colaborar para a difusão de conhecimento, aos pequenos produtores rurais e agricultores familiares, sobre a produção de energia limpa;
- ser um canal de comunicação entre os produtores rurais e a Cemig.

A comissão constatou que ainda há desafios no acesso à energia elétrica no campo e que a universalização do serviço, embora próxima, ainda não é uma realidade nas áreas mais remotas. Além disso, oscilações de tensão e interrupções frequentes impactam diretamente a produtividade e a qualidade de vida da população rural.

Como parte de seu trabalho, a comissão enviou diversos requerimentos à Cemig, com pedidos de informações, e realizou uma audiência pública em Paracatu (região Noroeste), para debater as constantes interrupções de energia elétrica no município. Novas questões motivaram também requerimento com pedidos de providências à Cemig e à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa). Todos esses documentos e as informações colhidas estão no relatório final do Tema em Foco.

No documento, os parlamentares salientaram que os objetivos escolhidos pela comissão não são de resolução no curto prazo e demandam tempo, investimentos e empenho da Cemig e do governo, além da atuação da ALMG. Nesse sentido, a comissão deve manter essa demanda como um dos focos de seu trabalho.



Aspectos relevantes da energia elétrica no campo é tema escolhido pela Comissão de Agropecuária e Agroindústria para debater no Assembleia Fiscaliza.

## Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

### Tema – Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e do Vale do Aço

Foi estabelecido como objetivo geral pela comissão monitorar a elaboração e a tramitação legislativa dos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e do Vale do Aço. Os objetivos específicos foram:

- conhecer os diagnósticos e as propostas elaboradas para o desenvolvimento integrado das regiões metropolitanas e para a gestão de suas funções públicas de interesse comum;
- verificar o envolvimento e a participação dos municípios na elaboração dos planos diretores de desenvolvimento integrado;
- verificar os mecanismos e os procedimentos adotados para garantir que os planos de desenvolvimento integrado sejam (ou tenham sido) elaborados de forma participativa, com inclusão de vozes de segmentos variados;
- obter informações sobre a elaboração dos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e do Vale do Aço que possam subsidiar a ALMG na tramitação dos projetos de lei relativos a esses planos.

O relatório aponta que a comissão elaborou pareceres em ambos os turnos de tramitação do Projeto de Lei Complementar 50/20, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) da Região Metropolitana do Vale do Aço.

Em seu parecer de 1º turno, a comissão relatou que esse PDDI serve como guia estratégico para o desenvolvimento sustentável, abordando políticas urbanas, ambientais, econômicas e sociais. Estruturado em 19 artigos e 5 anexos, o plano propõe o macrozoneamento com 7 categorias de áreas de interesse metropolitano, como expansão urbana, conservação ambiental e desenvolvimento econômico. O colegiado apurou também que o plano foi elaborado de forma participativa e interfederativa, conforme exige o Estatuto da Metrôpole. O projeto foi aprovado pela ALMG e sancionado na forma da Lei Complementar 178/2024.

No que se refere ao PDDI da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização realizou, em julho, audiência pública para debater a gestão da RMBH e o andamento da elaboração do plano. Nessa audiência, pôde-se apurar que o PDDI está em processo de atualização e que a Agência de Desenvolvimento da RMBH contratou duas empresas, a Urbitec e a Invex, para a realização dos trabalhos, com um contrato no valor total de R\$ 2,78 milhões, custeado com recursos do Acordo de Reparação do Desastre de Brumadinho.

Verificou-se ainda que o plano está em discussão em audiências públicas nos municípios e que a proposta contempla um macrozoneamento metropolitano com três categorias: zonas de interesse metropolitano (ZIM), macrozonas e zonas de diretrizes especiais metropolitanas (ZDEM).

## Comissão de Cultura

### Tema – Financiamento à cultura em Minas Gerais: destinação dos recursos federais oriundos das Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc 2 e instituição do programa Descentra Cultura

A comissão teve por objetivo geral monitorar programas e ações do sistema de financiamento à cultura em Minas Gerais. O colegiado estabeleceu como objetivos específicos:



Comissão de Cultura debate a implementação das Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc, em Santa Luzia.

- acompanhar a tramitação do Projeto de Lei 2.976/21, que visa alterar o referido sistema de financiamento por meio do programa Descentra Cultura Minas Gerais, e propor possíveis aperfeiçoamentos, ouvindo a sociedade civil ligada à área;
- acompanhar a execução físico-financeira das ações previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) no que se refere ao fomento à cultura;
- avaliar a aplicação dos recursos da Lei Complementar Federal 195, de 8/7/2022, denominada Lei Paulo Gustavo;
- acompanhar a implantação da Lei 14.399, de 8/7/2022, denominada Lei Aldir Blanc 2, em Minas Gerais.

O relatório cita ao menos 12 reuniões nas quais o tema do financiamento cultural foi debatido, além de requerimentos com pedidos de informações e providências, bem como as respostas recebidas. Entre os dados, estão os valores das Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc recebidos pelo Estado e o percentual de execução desses recursos.

No caso da Lei Paulo Gustavo, a execução supera 90%. Já no caso da Lei Aldir Blanc, do total de mais de R\$ 135 milhões pagos ao Estado em dezembro de 2023, a execução, considerando os rendimentos, ficou em 0,3% até 1º/11/2024, segundo o Ministério da Cultura. O Fundo Estadual de Cultura (FEC) também teve baixa execução.

O relatório também aborda o programa Descentra Cultura, que visa estabelecer mecanismos de descentralização do financiamento das políticas culturais. “A participação do Legislativo Mineiro foi fundamental para que a tramitação da norma em questão – a Lei 24.462, de 2023 – pudesse incorporar os principais anseios dos diferentes segmentos artístico-culturais do Estado”, diz o texto.

Em síntese, a combinação das leis federais com o programa Descentra Cultura representa um avanço para a política cultural no Estado, com recursos imediatos e contínuos para o setor e maior equidade na distribuição. Contudo, foram percebidas imensas fragilidades que dificultam e até mesmo impedem a realização dos objetivos dos editais.

A sugestão final do relatório é que a execução dos recursos da Lei Aldir Blanc e do FEC continue sendo o Tema em Foco de acompanhamento sistemático da Comissão de Cultura para o próximo biênio.

## Comissão de Desenvolvimento Econômico

### Tema – Infraestrutura para o desenvolvimento econômico e para a economia verde

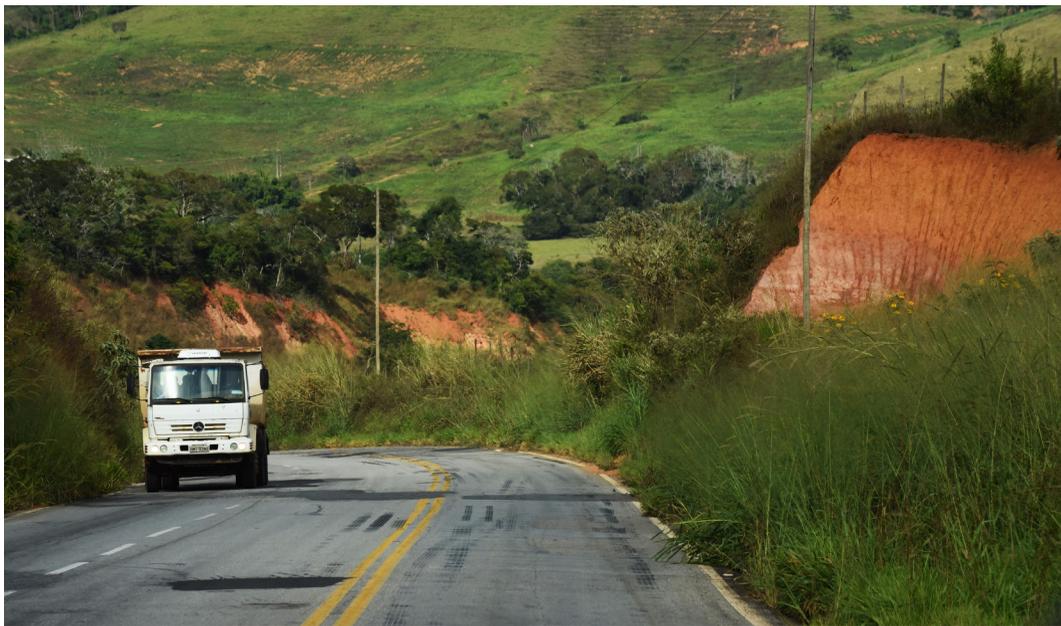
A comissão teve como objetivo geral fiscalizar, aperfeiçoar e apoiar a oferta de infraestrutura para que os empreendedores, de todos os portes, possam instalar, manter e expandir sua produção em Minas Gerais, com ganhos de produtividade e sustentabilidade social e ambiental. Para os objetivos específicos, restaram definidos:

- apoiar a redução do prazo para atendimento de ligação de novas conexões de energia elétrica à rede, bem como de aumento de carga, solicitados por empreendedores em Minas Gerais;
- apoiar a promoção de fontes renováveis de energia elétrica e a redução de seu custo para o consumidor;
- apoiar o desenvolvimento do sistema elétrico em Minas Gerais, em seus componentes de geração, transmissão e distribuição;
- apoiar a promoção da oferta de gás natural canalizado pelo Estado, com interiorização e ampliação de gasodutos, para substituir combustíveis mais poluidores e onerosos;
- apoiar a melhoria da logística do Estado para redução de custos e aumento de produtividade;
- acompanhar e aperfeiçoar o processo de instalação do rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte para aperfeiçoamento de logística e mobilidade urbana;
- incentivar a incorporação do conceito *ESG* (*Environmental, Social and Governance*) na cultura organizacional dos empreendimentos no Estado.

Segundo conclui o relatório, apurou-se que a disponibilidade de infraestrutura adequada é condição necessária para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do Estado.

Em especial, o documento ressalta que a economia de Minas Gerais demanda melhoria contínua em suas redes de energia e de transportes, em seus diferentes modais, como forma de apoiar os empreendedores que desejam se instalar no Estado, bem como aqueles que já integram a economia mineira.

Ao longo do trabalho, a comissão teve aprovados 16 requerimentos diversos para pedidos de informações a órgãos do governo, pedidos de providências e realização de visitas a instâncias como Cemig e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), além de audiência pública realizada sobre o sistema aeroportuário da Região Metropolitana de Belo Horizonte.



Relatório da Comissão de Desenvolvimento Econômico aponta que melhorias nas redes de energia e de transporte são essenciais para a economia mineira.

## Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

### **Tema – Reforma tributária e tributação do consumo: efetiva melhoria para o consumidor final**

Foi estabelecido como objetivo geral da comissão verificar se a reforma tributária que tem foco na tributação do consumo trará efetiva melhoria para o consumidor final, especialmente em termos de carga tributária e de simplificação do sistema tributário. Para tanto, foram acompanhadas as discussões, no Congresso Nacional, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/19 e de seus reflexos para o Estado e para os consumidores. Além disso, a comissão verificou também as propostas de alteração da lei mineira, em decorrência da reforma tributária.

Os objetivos específicos definidos foram:

- analisar o texto da PEC 45/19 já aprovado na Câmara dos Deputados;



Comissão de Defesa do Consumidor avaliou se reforma tributária e tributação do consumo vão gerar melhorias efetivas para o cidadão.

- acompanhar a tramitação da PEC 45/19 no Senado Federal e as demais etapas do trâmite do processo legislativo no Congresso Nacional;
- acompanhar as propostas de alteração da lei mineira, em decorrência da reforma tributária.

O relatório produzido pela comissão apontou que a Emenda Constitucional 123, de 2023, que resulta da PEC 45/19, visa simplificar o sistema tributário brasileiro, eliminando cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) e substituindo-os por dois novos: Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). É criado também o Imposto Seletivo.

Em sua conclusão, a comissão entendeu que a reforma busca acabar com a guerra fiscal entre estados, priorizando a tributação no local de consumo e promovendo maior transparência nos preços. Os consumidores deverão se beneficiar de preços mais uniformes e justos, uma vez que a nova estrutura tributária promete reduzir distorções de preços criadas por incentivos fiscais.

A criação do mecanismo de *cashback* tributário, explica o relatório, vai devolver parte dos impostos sobre produtos ou serviços essenciais a famílias de baixa renda, aliviando a carga tributária sobre elas. Foram zeradas as alíquotas referentes a produtos da cesta básica, com o mesmo objetivo.

Além disso, a reforma visa reduzir a regressividade, com alíquotas menores para setores como saúde e educação. Enquanto os estados deverão despender esforços para atrair desenvolvimento econômico, os municípios terão uma distribuição mais equitativa da receita tributária e precisarão adaptar suas políticas fiscais à nova realidade, especialmente com a transição do ISS para o IBS.

Por fim, a comissão recomenda a permanência do tema para acompanhamento no próximo ano, tendo em vista que a regulamentação da reforma tributária relativa aos tributos incidentes sobre o consumo ainda não se ultimou.

## Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

### Tema – Programa “Banco de Empregos – A Vez Delas”

O objetivo geral da comissão foi conhecer detalhadamente o programa “Banco de Empregos – A Vez Delas”. A ação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) busca incluir, no mercado de trabalho, mulheres vítimas de violência. Já como objetivos específicos, foram estabelecidos:

- ouvir a Sedese acerca de características, entraves e resultados do programa;
- conhecer as ferramentas disponíveis para o atendimento das mulheres vítimas de violência;
- conhecer um local de referência do programa “Banco de Empregos – A Vez Delas” para verificar, *in loco*, o atendimento às mulheres vítimas de violência e os métodos para sua inserção no programa;
- conhecer as estratégias do programa para o acolhimento das mulheres vítimas de violência e sua inclusão no mercado de trabalho, esclarecendo as perspectivas de ampliação e interiorização do programa;
- colher informações detalhadas sobre os resultados qualitativos e quantitativos alcançados pelo programa desde a sua implantação;
- apresentar sugestões de possíveis melhorias para ampliação e maior eficácia do programa.

No dia 2 de maio de 2024, a comissão visitou o Centro Risoleta Neves de Atendimento (Cerna), única instância, na esfera estadual, responsável pelos serviços de acolhimento e atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Ficou evidenciada sua centralidade como referência estadual no apoio aos municípios no acolhimento a essas mulheres e na implementação do “Banco de Empregos – A Vez Delas”.



Visita da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher (Cerna).

Respondendo a pedido de informações, em abril de 2024, a Sedese afirmou que a plataforma virtual somava 127 currículos cadastrados e 6 empresas (de comércio e serviços) com 12 vagas disponibilizadas. Atualmente, o programa abrange menos de 2% dos 853 municípios mineiros.

Com base nesses e em outros dados, a comissão concluiu que é necessário aprimorar a ferramenta de cadastro e investir na divulgação dessa iniciativa. Considerando que a maioria dessas mulheres tem ensino médio e superior completos, o relatório recomenda ampliar a parceria com empresas a fim de tornar mais compatível a oferta de vagas com a formação das cadastradas.

O documento recomenda ainda o fortalecimento do Cerna, com maior alocação de recursos financeiros, ampliação do número de servidores, melhoria de sua estrutura física e dotação orçamentária específica para a política de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulheres em razão de gênero.

## Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

### Tema – Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho



Debate, em Ouro Fino, sobre a importância do fortalecimento das Apaes de Minas Gerais e o seu papel na garantia de direitos, na inclusão e na empregabilidade das pessoas com deficiência.

Foi definido como objetivo geral acompanhar a situação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e as ações desenvolvidas pelo Estado para ampliar e melhorar o acesso desse público ao trabalho. Para os objetivos específicos, a comissão escolheu:

- acompanhar a situação da inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no âmbito do Estado;

- acompanhar as ações desenvolvidas pelo Estado para promover condições de acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho e de sua permanência nele, assim como os resultados dessas ações, nos eixos de geração de emprego e renda, políticas de fomento ao emprego e educação profissional;
- conhecer e debater, com gestores de diferentes níveis de governo e entidades afetas à temática, estratégias propostas e/ou desenvolvidas pelo poder público e por outras organizações para ampliação e melhoria do acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho;
- dar continuidade ao acompanhamento realizado por essa comissão no âmbito do evento Fiscaliza Mais em 2022, que tratou do tema da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Por meio de audiências e pedidos de informações, a comissão buscou conhecer melhor projetos de acesso e permanência das pessoas com deficiência nas atividades laborais.

Atualmente, Minas Gerais conta com 432 Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes). Dessas, 157 ofertam o programa de inserção no mercado de trabalho. Até meados de 2024, as Apaes já possibilitaram o emprego de 2.268 pessoas, por meio de parceria com 1.084 empresas. Em 2023, o número de trabalhadores com carteira assinada foi de 275.

O relatório menciona que a ALMG contratou cinco pessoas por meio de contrato firmado com a Apae de Belo Horizonte. Outros órgãos públicos também foram citados. A fim de reunir mais informações relativas à empregabilidade da pessoa com deficiência, a comissão defendeu a continuidade do acompanhamento desse tema.

## Comissão de Direitos Humanos

### **Tema – Balanço das políticas públicas de promoção e reparação em direitos humanos do Estado, com foco no atendimento prestado pelos equipamentos Casa de Direitos Humanos e Centros de Referência em Direitos Humanos e no funcionamento do projeto Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos (SER-DH)**

Como objetivo geral, a comissão teve por finalidade conhecer o atendimento e o trabalho realizado pelos equipamentos estaduais da política de direitos humanos: Casa de Direitos Humanos (CDH); Centros de Referência em Direitos Humanos (CDRHs); e Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos (SER-DH). Os objetivos específicos foram:

- conhecer o atendimento prestado atualmente pela CDH e colher informações sobre a equipe disponível, os serviços oferecidos e o número de atendimentos nos últimos oito anos;
- conhecer o atendimento prestado pelos CDRHs e colher informações sobre as equipes disponíveis e quantos atendimentos foram prestados em cada um dos quatro centros nos últimos oito anos;
- conhecer o funcionamento do projeto Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos (SER-DH) e colher informações sobre quais e quantos atendimentos foram prestados em cada uma das três vertentes do atendimento em direitos humanos pelo SER-DH (grupos temáticos; tipos de violência/violação; e direitos).

Por meio de pedido de informações, a comissão buscou compreender como estão funcionando esses equipamentos e quais são as equipes disponíveis, os serviços ofertados, os atendimentos prestados, os recursos destinados a esses equipamentos e os principais gargalos e problemas identificados pelas equipes.

Verifica-se que a ampliação e a melhoria dos equipamentos esbarram nas restrições orçamentárias. Embora as equipes busquem promover, proteger e defender os direitos humanos, a capacidade de atendimento ainda é insuficiente.

Nas considerações finais, o relatório afirmou a necessidade de aumentar a capilaridade dos serviços e os recursos destinados a esses equipamentos, para contratação de pessoal e aprimoramento dos sistemas de gestão de dados.



Comissão de Direitos Humanos investigou o funcionamento dos equipamentos voltados para a promoção e a reparação de direitos humanos no Estado.

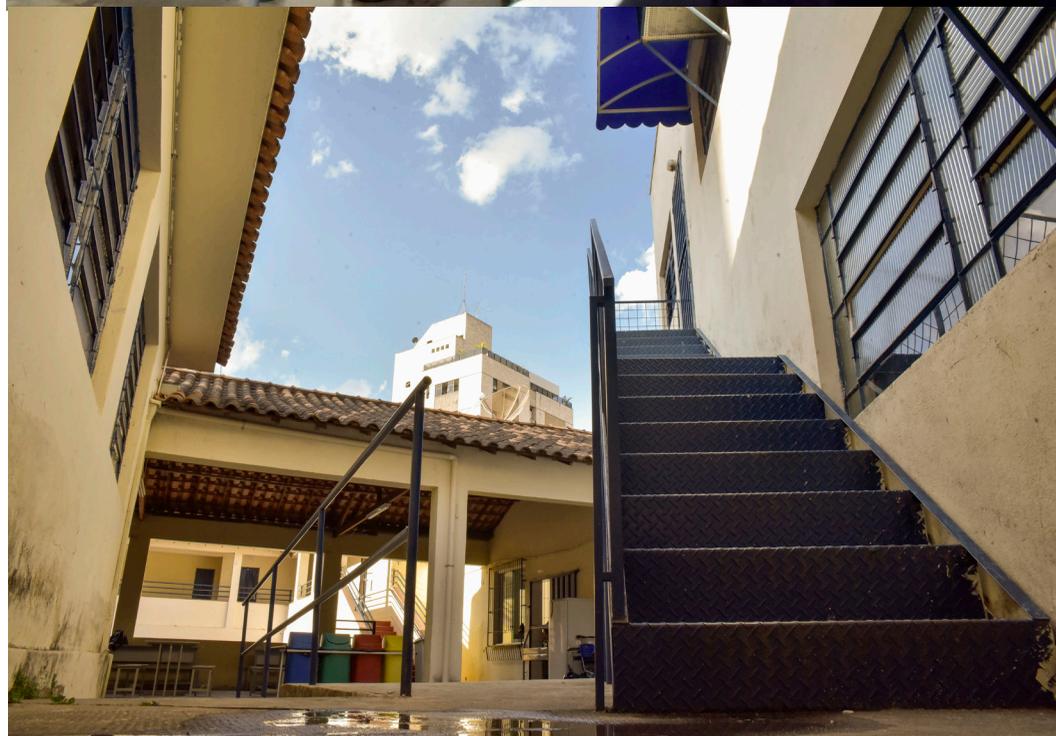
## Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

### Tema – Promoção da cultura de paz, proteção e segurança nas escolas

A comissão definiu o objetivo geral de fiscalizar o cumprimento da legislação e a implementação das políticas públicas relacionadas à prevenção dos atos de violência no ambiente escolar, com foco na execução orçamentária dos programas e ações relacionados à promoção da segurança nas escolas da rede estadual de ensino, na avaliação da infraestrutura dos prédios escolares, no acompanhamento das ações pedagógicas para promoção da cultura de paz e nas articulações interinstitucionais. Os objetivos específicos foram:

- monitorar, consolidar e sistematizar as ações realizadas pelo Poder Legislativo para fiscalização das medidas implementadas para garantia da segurança e promoção da cultura de paz nas escolas;

- identificar as ações previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) que possam ser relacionadas à garantia da segurança e à promoção da cultura de paz nas escolas, acompanhando sua execução físico-financeira;
- avaliar a aplicação da política estadual de promoção da paz nas escolas estaduais, conforme estabelecido pela Lei 23.366, de 25/7/2019;



Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia apresentou uma análise da implementação de ações destinadas à segurança escolar.

- realizar diagnóstico da situação de segurança dos prédios escolares, cotejando com as ações de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado;
- propor, em parceria com órgãos e entidades afins ao tema, critérios e ações programáticas para regulamentação e implementação da política de avaliação da infraestrutura das escolas da rede estadual de ensino instituída pela Lei 24.130, de 6/6/2022;
- avaliar o atendimento das comunidades escolares pelas equipes dos Núcleos de Acolhimento Educacional;
- avaliar a efetividade da articulação das escolas com os serviços de saúde e de assistência social para a promoção da atenção integral dos estudantes, preconizada no art. 3º da Lei 23.197, de 2018.

Em seu relatório, a comissão apresentou uma análise da implementação de ações destinadas à segurança escolar, com destaque para os pontos descritos a seguir.

Com base nas discussões ocorridas nas diversas reuniões sobre o tema, a comissão concluiu que, para o fortalecimento da cultura de paz e segurança nas escolas, é preciso uma abordagem integral para enfrentamento das questões que concorrem para os atos de violência nas escolas e contra as escolas. Algumas das medidas citadas foram: a constituição de programas de conscientização, visando ao desenvolvimento das competências necessárias para mediação e resolução de conflitos; a capacitação dos profissionais de educação para identificar sinais de violência ou comportamentos de risco entre os estudantes; a assistência psicológica e social à comunidade escolar, especialmente aos alunos em situação de vulnerabilidade; a oferta de atividades esportivas e culturais para os alunos; a melhoria da infraestrutura; o envolvimento das comunidades locais e das famílias nos assuntos de interesse da escola e nas atividades educacionais desenvolvidas.

Ao descrever as fragilidades da atuação dos Núcleos de Acolhimento Educacional (NAEs) e, consequentemente, do atendimento de psicólogos e assistentes sociais nas escolas, medida que a comissão julgou fundamental para a promoção da cultura de paz nas escolas, o relatório registra que há mais de 3.400 unidades escolares, distribuídas em 852 municípios mineiros, e que o número de cargos de psicólogos e assistentes sociais criados em lei viabiliza o atendimento desses profissionais apenas por meio dos 230 Núcleos de Acolhimento Educacional implantados nas escolas-polo.

Devido a essa limitação no número de cargos, o critério determinado em resolução da SEE de que somente os municípios que possuam no mínimo seis escolas estaduais possam abrigar um NAE acaba por restringir o atendimento a apenas 14% dos municípios mineiros. Apesar do número insuficiente, não foi apresentado pela SEE cronograma para ampliação dos núcleos além dos que já se encontram implantados.

Entre os dados analisados pela comissão, destaca-se o aumento do número de ocorrências de atos de violência registrados pelo Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos (Sima-Educação) devido à ampliação do uso dessa ferramenta. O relatório pontua o grande potencial desse sistema, não apenas para o cadastro das situações de violação de direitos humanos nas escolas estaduais, mas também para o encaminhamento e o monitoramento adequado dos casos. Contudo, as informações prestadas pela Sedese não permitem avaliar se os casos de violação registrados estão de fato sendo acompanhados e monitorados ao longo do período necessário para que se possa comprovar a efetividade do sistema.

Outro dado apresentado diz respeito ao Programa de Convivência Democrática, que não apresentou execução físico-financeira em 2023 e 2024, e que deixou de ser uma ação específica no Plano Plurianual de Ação Governamental 2024-2027, na revisão para 2025, sendo incorporado à ação Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino.

O relatório apresentou um balanço das respostas recebidas aos requerimentos de pedido de providências relacionados à melhoria de infraestrutura, ao atendimento psicossocial, à estrutura de governança e aos projetos para a promoção da segurança nas escolas. Segundo apurado, 64% das respostas recebidas indicam que as providências solicitadas foram tomadas ou estão em processamento, enquanto 18% das respostas indicam que a solicitação não foi atendida. A comissão entendeu essa medida como um indicativo da efetividade das ações de fiscalização sobre o tema em análise.

No relatório, o colegiado concluiu que as atividades realizadas atenderam à parte essencial do objetivo geral proposto no plano de trabalho e que a discussão sobre os fenômenos da violência e suas condições geradoras, bem como sobre as estratégias para compreendê-los e dirimi-los, continuarão presentes nos trabalhos da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. Ao final, propôs o encaminhamento de requerimentos de pedido de informações a órgãos do Estado responsáveis pelo desenvolvimento de políticas de educação, segurança e desenvolvimento social, com o intuito de obter esclarecimentos complementares sobre programas de governo relacionados ao tema da segurança nas escolas que foram abordados ao longo dos trabalhos da comissão.

## Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

### Tema – Educação física escolar

O objetivo geral definido pela comissão foi avaliar as condições de oferta e a qualidade da educação física escolar em Minas Gerais. Como objetivos específicos, foram determinados:

- analisar a legislação que referencia e orienta a prática esportiva no ambiente escolar;
- avaliar as condições de infraestrutura e os materiais pedagógicos disponíveis nas escolas para a prática esportiva no ambiente escolar;
- identificar as ações previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) que possam ser relacionadas à prática esportiva no ambiente escolar, acompanhando sua execução físico-financeira;
- debater com profissionais e especialistas da área o contexto e as contribuições para melhoria da prática pedagógica dos professores e de seus métodos de ensino;
- debater com gestores estaduais e municipais os principais desafios para a prática esportiva nas escolas.

O relatório final registra alguns problemas enfrentados no ambiente escolar para a atividade de educação física: carência de materiais e equipamentos necessários para as aulas, além do custo elevado desses itens; e poucas aulas semanais de educação física, o que dificulta o desenvolvimento de todo o conteúdo previsto para o ano letivo e a oferta de outras modalidades esportivas, muitas

das quais os estudantes somente experimentam nos Jogos Escolares de Minas Gerais (Jemg). Esse contexto faz com que os alunos sejam privados de diversas experiências que poderiam despertar seu interesse pelo esporte.

Entre os entraves para a oferta de educação física de qualidade nas escolas, o relatório destacou a ausência de infraestrutura adequada para a prática esportiva nas unidades de ensino, sobretudo nas macrorregiões mais pobres do Estado. No caso dos esportes aquáticos, a carência de piscinas é total em quase metade dessas regiões.

Em relação às redes públicas de ensino, os dados do relatório mostram que as macrorregiões do Jequitinhonha, do Vale do Mucuri e do Norte de Minas são as que apresentam a menor proporção de escolas com quadras poliesportivas. No Jequitinhonha, região mais prejudicada, somente 32% dos estabelecimentos públicos de ensino dispõem desse equipamento.

A título de comparação, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no Oeste de Minas e no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a porcentagem de escolas públicas com quadras é um pouco superior a 60%.

Grande parte dos estabelecimentos de ensino no Jequitinhonha, no Mucuri e no Norte têm como única estrutura para a prática esportiva e de lazer os terreirões, que são áreas sem cobertura, nem piso, nem edificações.

No caso das atividades físicas no meio aquático, a situação é ainda pior. Das 12 macrorregiões mineiras, apenas 7 contam com escolas públicas que dispõem de piscinas.



Ausência de infraestrutura foi apontada pela Comissão de Esporte, Lazer e Juventude como entrave para a oferta de práticas esportivas nas escolas, principalmente nas macrorregiões mais pobres de Minas Gerais.

## Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

### Tema – Acompanhamento da situação fiscal do Estado com foco na arrecadação

A comissão definiu como objetivo geral acompanhar a execução financeiro-orçamentária do Estado com vistas ao monitoramento do equilíbrio fiscal das contas públicas, com foco na arrecadação da receita. Para isso, foram fixados os seguintes objetivos específicos:

- acompanhar a execução financeiro-orçamentária do Estado, discriminada por grupos de despesa, categoria econômica da receita, despesa e receita por fonte de recurso, despesa por função, indicador de procedência e uso dos recursos;
- acompanhar a evolução do resultado fiscal, primário e nominal;
- acompanhar a evolução dos restos a pagar;
- acompanhar os gastos com saúde e educação para efeito do cumprimento dos mínimos constitucionais.

O relatório contextualiza o tema escolhido frisando que a economia brasileira, no ano de 2023, continuou no processo de recuperação pós-pandemia de covid-19, apresentando resultados positivos. Menciona, entre outros dados, que, em Minas Gerais, o PIB cresceu 3,1% em relação a 2022, com arrecadação 4,79% (R\$ 4,6 bilhões) maior do que o previsto na Lei Orçamentária (LOA) de 2023.

O documento detalha, em tabelas, informações referentes à situação fiscal do Estado no segundo quadrimestre de 2024, por serem os dados mais atualizadas do biênio, mostrando que a receita arrecadada de janeiro a agosto de 2024 aumentou 7,66% em relação ao mesmo período de 2023.

Os dados mostram ainda que as despesas aumentaram 5,59% em comparação com o mesmo período do ano anterior, principalmente em decorrência do aumento das despesas de pessoal em 8,21%. Cabe salientar que os gastos com a dívida reduziram 12,66%. Entretanto, esses gastos abrangem a restituição dos depósitos judiciais ao Tribunal de Justiça. Se tais gastos forem desconsiderados, verifica-se que a despesa com a dívida contratual aumentou 7,37%.

## Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

### Tema – Principais ações e projetos de apoio à universalização do saneamento, incluindo o atendimento nas áreas rurais do Estado e a destinação dos resíduos sólidos em aterros sanitários, bem como o detalhamento das principais ações e projetos financiados pelo Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais (Fhidro)

A comissão elegeu como objetivo geral acompanhar, fiscalizar e apoiar a implementação das políticas públicas relacionadas à universalização do saneamento, incluindo o atendimento por esse serviço nas áreas rurais do Estado, a correta destinação dos resíduos sólidos urbanos e o detalhamento das principais ações e projetos financiados com recursos do Fhidro. Para os objetivos específicos, a comissão definiu:

- acompanhar e avaliar a correta destinação dos resíduos sólidos e a evolução da erradicação dos lixões no Estado no biênio 2023-2024;
- debater com gestores estaduais os principais desafios para a universalização do saneamento no Estado até 2033, a regionalização dos serviços (em cumprimento ao disposto na Lei 14.026/2020, conhecida como Novo Marco Legal do Saneamento), a erradicação dos lixões e a correta destinação dos resíduos sólidos;
- debater com gestores estaduais e especialistas da área os principais desafios para o atendimento das áreas rurais do Estado com sistemas efetivos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além de novas tecnologias aplicáveis ao saneamento nessas regiões;
- monitorar e avaliar as principais ações e projetos que foram financiados com recursos do Fhidro no período de 2019 a 2024, assim como a execução financeira do fundo nesse período;
- debater com gestores estaduais os desafios para uma efetiva execução do Fhidro no Estado, em especial quanto a ações e projetos financiados por ele, execução orçamentária e possível contingenciamento de seus recursos e necessidade de revisão de seu marco legal.

Como forma de aprofundar o conhecimento da comissão sobre esses temas, foram encaminhados três pedidos de informações à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad).

Em relação às ações e aos projetos executados com recursos do Fhidro, a secretaria informou que, no período de 2019 a 2023, os recursos do fundo continuaram sofrendo restrições orçamentárias, razão pela qual foi necessária a reavaliação e a priorização dos gastos, os quais se concentraram principalmente nos projetos de apoio à gestão de recursos hídricos, à elaboração e atualização dos instrumentos de planejamento de recursos hídricos, às ações de apoio aos comitês de bacias hidrográficas e ao pagamento pelos serviços ambientais (Programa Bolsa Verde – 2010 e 2011). Diante das dificuldades de financiamento, muitas das ações do fundo não puderam ser executadas, uma vez que vários projetos demandavam investimentos expressivos.

Sobre o apoio dado a municípios para a gestão e o tratamento de resíduos, a secretaria listou diversas ações, como processamento e atualização do banco de dados de resíduos sólidos urbanos (RSU), capacitações, convênios, cooperação técnica, entre outras. Explicou ainda que a Superintendência de Resíduos Sólidos está elaborando uma estratégia estadual para encerramento dos lixões e gestão adequada de RSUs, abrangendo três eixos principais: inserção social dos catadores que atuam em lixões; fortalecimento da coleta seletiva e da reciclagem, com inclusão de catadores de materiais recicláveis; e encerramento de disposição dos RSUs em lixões.

Respondendo sobre a universalização do saneamento e a regionalização dos serviços no Estado, a Semad citou as ações e os projetos para universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário que estão sendo executados pela pasta, como o Programa Água Doce, que visa promover a universalização do acesso à água para a população do semiárido mineiro, cujo escopo é a implantação de 69 sistemas de dessalinização, e o Programa de Saneamento Universal na Bacia do Paraopeba, que prevê a execução de projetos de saneamento em 26 municípios impactados pelo rompimento de

barragem em Brumadinho. Além disso, comunicou o desarquivamento do PL 2.844/21, que institui as Unidades Regionais de Saneamento Básico.

Como conclusão, a comissão avaliou a necessidade de continuar acompanhando esses temas para o próximo biênio, em diálogo com a Semad.



Um dos objetivos da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável foi acompanhar, fiscalizar e apoiar a implementação das políticas públicas relacionadas à universalização do saneamento básico.

# Comissão de Minas e Energia

## Tema – Acompanhamento do plano de investimentos em infraestrutura elétrica pela Cemig

Foi estabelecido pela comissão, como objetivo geral, fiscalizar e aperfeiçoar o Plano de Investimentos em Infraestrutura Elétrica da Cemig, que tem o propósito de expandir a rede de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica para atender a demanda atual e futura de microgeração e minigeração de fontes renováveis de energia elétrica, para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do Estado. Os objetivos específicos foram:

- apoiar o desenvolvimento do sistema elétrico em Minas Gerais, em seus componentes de geração, transmissão e distribuição;
- apoiar a adoção de novas tecnologias na ligação dos sistemas fotovoltaicos *on-grid* à rede elétrica da Cemig;
- aperfeiçoar e agilizar o processo de ligação de novos empreendimentos ao sistema de rede elétrica da Cemig;
- acompanhar o andamento dos processos de autorização para ligação de sistemas *on-grid* na rede elétrica da Cemig, apurar as frequentes negativas para essas ligações e buscar soluções técnicas para as suas causas;
- apurar denúncias de irregularidades na constituição e na operação da Cemig SIM, empresa do Grupo Cemig, e de obstáculos à aprovação, por parte dela, de projetos de geração de energia elétrica oriunda de fontes renováveis.

Ao longo de 2023 e 2024, o colegiado acompanhou de perto o plano de investimentos em infraestrutura elétrica da Cemig. Foram realizadas audiências públicas para ouvir demandas e reclamações quanto à atuação da empresa e aprovados diversos requerimentos cobrando providências para os problemas relatados à comissão.

O relatório destaca que a Cemig mencionou diversas ações de investimentos em subestações e linhas de transmissão previstas para os próximos anos. Porém, não foram apresentadas explicações satisfatórias para as dificuldades encontradas no processo de ligação de novos empreendimentos ao sistema de energia da empresa.

Conforme o documento, também não houve avanço na discussão sobre o andamento dos processos de autorização para ligação de sistemas *on-grid* (formados por placas fotovoltaicas conectadas à rede de distribuição de energia), bem como sobre as negativas para essas ligações.

Por fim, o relatório informa que nada se esclareceu em relação às denúncias de irregularidades na operação da Cemig SIM ou de obstáculos à aprovação de projetos de geração de energia elétrica oriunda de fontes renováveis.

Considerando que as discussões apontaram para uma grande demanda por atuação da Cemig na expansão e na melhoria das linhas de transmissão de energia, a comissão entendeu que o assunto deve continuar sendo acompanhado de perto.



A Comissão de Minas e Energia acompanhou, em 2024, a implementação do plano de investimentos em infraestrutura elétrica pela Cemig, inclusive de investimentos em fontes de energia renovável, como a fotovoltaica.

## Comissão de Participação Popular

### Tema – Privatização das rodovias mineiras

O objetivo geral definido foi acompanhar o programa de concessões rodoviárias de Minas Gerais, estruturado em sete lotes: Triângulo Mineiro, Sul de Minas, Varginha-Furnas, São João del-Rei, Itaipocericca-Lagoa da Prata, Arcos-Patos de Minas e Ouro Preto. E também acompanhar as concessões das Rodovias MG-050, BR-491 e BR-265, que interligam a Região Metropolitana de Belo Horizonte à divisa com São Paulo, e das Rodovias BR-135, MG-231 e LMG-754, entre Curvelo e Montes Claros, com foco na melhoria da qualidade das estradas mineiras e da segurança viária. Como objetivos específicos, ficaram estabelecidos:

- analisar os editais e os processos licitatórios dos lotes das concessões, bem como a formalização de contrato com as empresas vencedoras;
- analisar os processos e os impactos da participação da população nas consultas públicas dos lotes a serem licitados;
- analisar os valores previstos para a cobrança de tarifas de pedágio;
- analisar o repasse de recursos públicos às empresas concessionárias;
- verificar a conclusão das metas dos serviços iniciais ao longo dos trechos rodoviários, para que somente após a conclusão se dê início à cobrança das tarifas de pedágio;

- acompanhar as obras que serão realizadas, tais como operações tapa-buracos, limpeza da vegetação, implantação de placas de sinalização de trânsito, melhorias de acesso e adequações de pontes e viadutos, ampliação das plataformas das estradas, melhorias nas pavimentações, duplicações e acostamentos.

Com foco na melhoria da qualidade das estradas mineiras e da segurança viária, a comissão realizou audiências públicas para debater o tema e encaminhou requerimentos com pedidos de informações e de providências ao governo estadual.

Na conclusão do relatório, a comissão afirmou que todas as informações solicitadas foram enviadas pelo órgão gestor do Programa de Concessão de Parcerias. Os dados demonstram que, embora a execução física e orçamentária de algumas ações do programa apresentem desempenho satisfatório, outras ainda precisam melhorar. Houve divulgação do processo de consulta à população quanto à concessão do Lote 7 – Ouro Preto por meio de jornais impressos, mídias sociais locais e *e-mails* enviados a autoridades, embora não se tenha utilizado a mídia televisiva e o rádio para ampliar o alcance.

Permanece pendente a formalização do convênio entre os governos estadual e federal para que o Estado assumira a gestão da BR-356 no trecho que liga o entroncamento que dá acesso ao município de Ouro Preto até a cidade de Mariana. Esse tema deverá ainda ser objeto de futura audiência da comissão.



Com foco na melhoria da qualidade das estradas mineiras e da segurança viária, a Comissão de Participação Popular realizou audiências públicas para debater a privatização de rodovias no Estado.

## Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas

### Tema – Regulamentação do Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes (Funpren)

A comissão estabeleceu, como objetivo geral, acompanhar o processo de regulamentação do Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes (Funpren), tendo como objetivos específicos:



Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas aprecia o relatório final do Tema em Foco, no âmbito do Assembleia Fiscaliza.

- identificar a fase em que se encontra o processo de regulamentação do Funpren;
- identificar os possíveis desafios para a regulamentação do Funpren;
- conhecer o Fundo Nacional Antidrogas (Funad), a origem dos seus recursos e a aplicação e distribuição deles para os estados e o Distrito Federal;
- solicitar que o governo do Estado regule o Funpren;
- acompanhar a regulamentação do Funpren e propor alterações, se necessário.

A intenção dos deputados era identificar os possíveis desafios para essa regulamentação. De acordo com a Lei 12.462, de 1997, são beneficiários do fundo entidades que atuam em prevenção, fiscalização e repressão do uso de entorpecentes. No entanto, para que a Secretaria de Estado de Segurança Pública possa financiar ações da política sobre drogas com recursos do Funpren, é necessário que o Poder Executivo o regule, o que ainda não ocorreu.

A comissão aprovou pedido de informações à Secretaria de Estado de Segurança Pública sobre o andamento da regulamentação do Funpren. Em resposta, a pasta informou que foi elaborada uma minuta de projeto de lei para a substituição da Lei 12.462, que está desatualizada em relação à política sobre drogas e à Lei Complementar 91, de 2006, que dispõe sobre a gestão de fundos estaduais.

O relatório constatou que o Poder Executivo está empenhado em atualizar a legislação e sugeriu aguardar o envio da minuta do projeto de lei à ALMG para, então, analisar o seu teor.

## Comissão de Saúde

### **Tema – Otimização dos recursos, flexibilização do teto de pagamento dos procedimentos de média e alta complexidade e valorização dos profissionais de saúde, a fim de reduzir os vazios assistenciais na área da saúde e aumentar a eficiência dos serviços prestados**

Ficou estabelecido, como objetivo geral, debater e acompanhar a aplicação dos recursos em saúde como forma de aumentar a eficiência dos serviços prestados e reduzir os vazios assistenciais na área da saúde. Os objetivos específicos elencados pela comissão foram:

- coletar informações sobre a viabilidade de flexibilização do teto de pagamento dos procedimentos de média e alta complexidade, a fim de reduzir os vazios assistenciais na área da saúde;
- conhecer os principais desafios enfrentados pelos profissionais de saúde no SUS e identificar possíveis ações para melhorar as condições de trabalho desses profissionais;
- debater o subfinanciamento da saúde e identificar alternativas que podem otimizar a aplicação dos recursos e aumentar a eficiência dos serviços de saúde prestados.

Para tratar da questão, foram realizadas duas audiências públicas. A primeira discutiu a regularização do pagamento, pelo Estado, da produção de média e alta complexidade para atendimentos em oncologia. A segunda, por sua vez, debateu o aumento da oferta e a correção do valor de mamografia, biópsia e cirurgias oncológicas e sua inclusão no Programa Valora Minas.

Como resultado dessas audiências, foram aprovados pedidos de informações e de providências e todos foram respondidos. A partir das informações coletadas, foi possível compreender com clareza o funcionamento da rede de oncologia no Estado e seu financiamento pelo SUS.

O relatório final dos trabalhos detalha tal sistema de financiamento, considerando-o insuficiente. Além disso, a comissão identificou que existe uma dinâmica complexa da rede de saúde, que envolve mudanças das incidências dos casos de câncer, alterações da capacidade instalada da rede, não cumprimento dos pactos, distorções entre a meta planejada e o quantitativo executado, entre outros aspectos.

Por conta disso, o colegiado considerou necessárias a revisão e a repactuação periódicas da organização dessa rede e da programação da partilha dos recursos entre o Estado e os municípios, de forma a aprimorá-las e mantê-las adequadas à demanda real. Também as tabelas de valores para remuneração dos hospitais pelos tratamentos oncológicos realizados, definidas em nível federal, precisam ser objeto de revisão constante.

O Programa Cuidar na Hora Certa, projeto do governo estadual voltado ao enfrentamento do câncer de mama, também é destacado no relatório. Segundo o texto, ele foi instituído a partir de diálogos promovidos pela Comissão de Saúde e busca abarcar toda a jornada da paciente, prevendo incentivos aos municípios em cada fase do tratamento, desde o rastreamento da doença até a cura.



Em 2024, a Comissão de Saúde debateu e acompanhou a aplicação dos recursos como forma de aumentar a eficiência dos serviços prestados e reduzir os vazios assistenciais na área da saúde.

## Comissão de Segurança Pública

### Tema – Política remuneratória dos servidores da área

O objetivo geral da comissão foi conhecer o histórico recente da política remuneratória dos servidores estaduais das Polícias Civil, Militar e Penal, do Corpo de Bombeiros Militar e do sistema socioeducativo, com destaque para as carreiras de delegado de polícia, escrivão de polícia, investigador de polícia, perito criminal e médico legista, na Polícia Civil; praças e oficiais, na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar; policial penal e agente de segurança socioeducativo, na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp); bem como os servidores administrativos da segurança pública. Como objetivos específicos, foram definidos:

- conhecer as tabelas de vencimentos básicos;
- conhecer os planos de carreira e suas repercussões na remuneração;
- listar as legislações que concederam reajustes aos servidores de 2015 até os dias atuais, indicando os percentuais aprovados em cada período;
- listar a evolução anual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2015 até os dias atuais, relacionando-o à recomposição salarial aplicada aos servidores estaduais da segurança pública no mesmo período.

Conforme o relatório, os reajustes concedidos pelo governo ao pessoal dos órgãos estaduais de segurança pública somaram 27,68% no período analisado (13% em 2020, 10,06% em 2023 e 4,62% em 2024). Porém, a inflação acumulada entre 2015 e 2023 totalizou 52,96%, considerando-se os números do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que resulta num déficit de 25,28% na remuneração dos servidores da área.

Ainda segundo o relatório, a recomposição das perdas será impactada, nos próximos anos, pela adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que limita a concessão de reajustes salariais ao funcionalismo público.

A limitação, somada ao déficit de pessoal no setor e à queda no volume de investimentos diretos feitos pelo governo estadual, poderá impactar negativamente a qualidade dos serviços prestados à população pelas instituições de segurança pública, aponta a comissão.



Comissão de Segurança Pública destacou, em reunião do Assembleia Fiscaliza, que reajustes dos servidores da segurança pública somaram 27,68% nos últimos 10 anos, enquanto a inflação acumulada foi de 52,96%.

## Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

**Tema – Trabalho, empregabilidade e renda: garantias do desenvolvimento econômico, segurança e valorização dos trabalhadores**

A comissão estabeleceu, como objetivo geral, acompanhar o resultado do desenvolvimento econômico para a geração de trabalho e renda no Estado, bem como a atuação do Estado na área de segurança e saúde do trabalhador e no enfrentamento das situações de trabalho análogo à escravidão no seu âmbito de atuação. Os objetivos específicos foram:

- compreender a relação entre desenvolvimento econômico e geração de trabalho e renda, de modo a identificar os seus resultados para o mercado de trabalho, a qualidade do emprego e o nível de renda do trabalho;
- acompanhar informações sobre acidentes de trabalho a fim de identificar sua ocorrência no Estado, conhecer o perfil dos trabalhadores acidentados e as atividades econômicas que trazem mais riscos de acidentes de trabalho;
- acompanhar as ações empreendidas pelo Estado para garantir a saúde e a segurança do trabalhador e conhecer a estrutura disponível para esse atendimento e o seu financiamento;
- identificar o esforço público para a redução do número de acidentes de trabalho no Estado;
- acompanhar as informações sobre o trabalho análogo à escravidão e a atuação das instâncias de fiscalização para inibir esse crime no Estado;
- identificar as ações empreendidas pelo Estado para apoio às atividades de fiscalização e para proteção dos trabalhadores resgatados do trabalho análogo à escravidão no território mineiro;
- identificar lacunas na atuação do Estado e propor alternativas para a política de segurança e saúde do trabalhador e para a redução da incidência de trabalho análogo à escravidão no Estado.

O relatório produzido pela comissão apresenta dados que evidenciaram a dimensão dos problemas relacionados à segurança e à saúde do trabalhador: em 2022, foram emitidas 612.920 comunicações de acidentes de trabalho (CAT) no País, das quais 63.815 em Minas (10,8% do total). Os números correspondem apenas aos registros de pessoas com carteira assinada, o que revela subnotificação, especialmente em relação aos trabalhadores do setor informal – cerca de 40 milhões de brasileiros.



O relatório da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social evidenciou a dimensão dos problemas relacionados à segurança e à saúde do trabalhador: em 2022, foram emitidas 612.920 comunicações de acidente de trabalho (CAT) no País, das quais 63.815 em Minas (10,8% do total).

No que se refere ao trabalho em condições análogas à escravidão, segundo o relatório, o acompanhamento permitiu obter uma radiografia completa, identificando-se ainda o esforço da Superintendência Regional do Trabalho para resgatar trabalhadores e promover condições laborais dignas.

Minas Gerais continua sendo o Estado com maior número de pessoas resgatadas do trabalho escravo. Dos 6.148 trabalhadores resgatados no Brasil, 1.635 estavam em terras mineiras, de acordo com a “Lista Suja”. Segundo o Ministério do Trabalho e do Emprego, dos 727 empregadores no País constantes do cadastro de empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas às de escravo, 165 estão em Minas (22% do total).

Sobre o assunto, foram encaminhados requerimentos a diversos órgãos, com pedidos de providências e de informações, muitos dos quais ainda não foram respondidos. O relatório ressaltou ainda como importante iniciativa da comissão a aprovação do PL 315/23, que deu origem à Lei 24.535, de 2023.

Ela determina a publicação da relação de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas ou com sede ou filial no Estado que, por exploração de trabalho em condições análogas às de escravo, forem incluídas no cadastro de empregadores do Ministério do Trabalho e Emprego.

O relatório destacou os setores econômicos com maior incidência de resgate de trabalhadores em situação de trabalho análoga à escravidão no Estado: agricultura (com destaque para o cultivo de café) e trabalho doméstico.

Por fim, o documento destacou a relevância e os desafios das atividades de ensino, pesquisa e extensão no combate e na erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas. Foi valorizada a atuação das Clínicas de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas das Universidades Federais de Minas Gerais (UFMG) e de Uberlândia (UFU).

## Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

### Tema – Transporte ferroviário

O objetivo geral escolhido foi o de acompanhar e debater, com os atores diretamente envolvidos e com a sociedade em geral, a situação do transporte ferroviário no Estado, fomentando sua ampliação com novos investimentos. A comissão definiu como objetivos específicos:

- realizar audiências públicas sobre diversos temas relacionados ao transporte ferroviário em Minas Gerais;
- aprovar requerimentos com pedidos de informações e providências relacionados à pauta ferroviária;
- realizar visitas oficiais a autoridades e entidades envolvidas com a pauta ferroviária, com vistas à recuperação e à ampliação do modal;
- articular, com os atores direta ou indiretamente relacionados à questão, ações com vistas à recuperação e à ampliação do modal.

O relatório destaca que a escolha desse tema buscou dar continuidade ao debate sobre o transporte ferroviário na Assembleia Legislativa, após o funcionamento da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias ao longo de duas legislaturas.

Para tanto, a Comissão de Transporte aprovou, entre 2023 e 2024, 29 requerimentos relacionados ao tema e realizou uma visita, um debate público e duas audiências públicas.

A conclusão do relatório é de que o desenvolvimento do transporte ferroviário é imprescindível para o crescimento do Estado, uma vez que a extensa malha rodoviária de Minas Gerais está saturada e insegura, sobretudo pela ausência de investimentos no transporte de cargas e de passageiros sobre trilhos. Ainda assim, o relatório aponta alguns avanços, como o início da construção da linha 2 do metrô de Belo Horizonte, e recomenda que o tema continue a ser discutido na Assembleia Legislativa.



Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas promoveu debates sobre a situação do transporte ferroviário no Estado e a necessidade de ampliar os investimentos no setor.

## Prestação de Contas

### Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) e Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG)

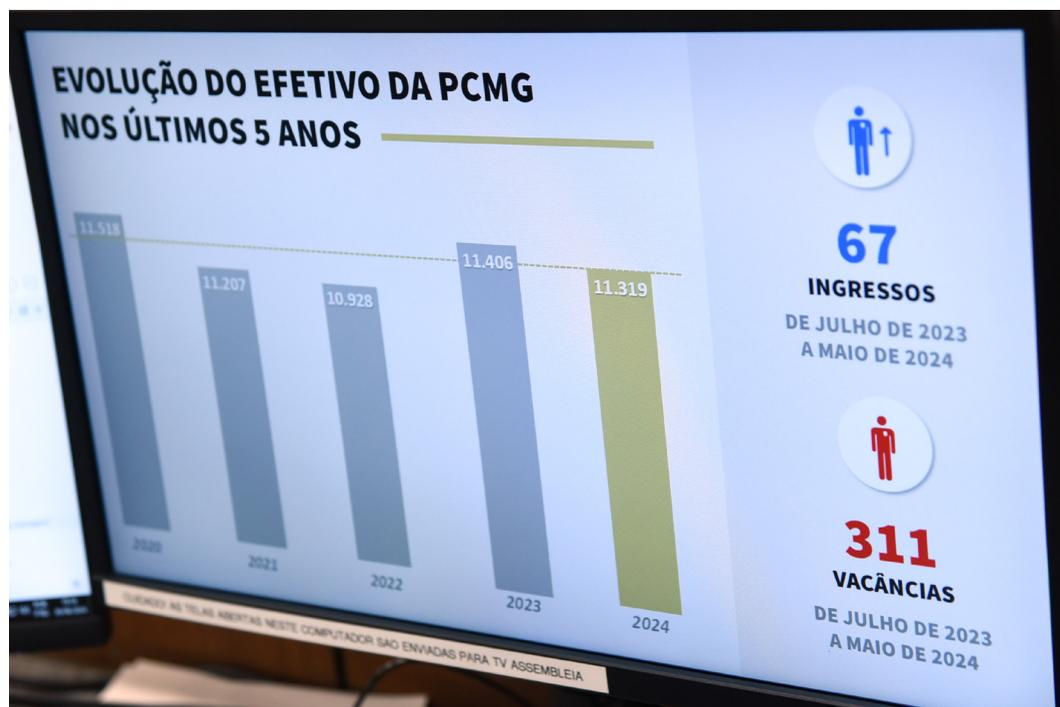
A cúpula das forças de segurança de Minas Gerais foi sabatinada pela Comissão de Segurança Pública, que abriu os trabalhos da Prestação de Contas do Governo, edição 2024.

O comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, coronel PM Rodrigo Piassi do Nascimento, apresentou as principais ações da corporação nesse período. Entre outros tópicos, o comandante admitiu a necessidade de uma maior valorização financeira nas carreiras militares e reconheceu o déficit de efetivo.

Informou ainda que a PM já dispõe de 2 mil câmeras corporais em fase de testes, utilizadas em operações de choque, interação com movimentos sociais, policiamento de trânsito e ações planejadas previamente.

Sobre o tema “assédio”, o oficial respondeu que não há registro recente de procedimentos disciplinares graves na corporação e destacou que a orientação é de tolerância zero.

O comandante-geral dos Bombeiros, coronel Erlon Dias, e a chefe da Polícia Civil, delegada Letícia Gamboge, também fizeram balanços da atuação recente das duas instituições. Assim como no caso da PM, financiamento deficiente e sem transparência pelo Executivo, desvalorização salarial e déficit de pessoal foram os principais problemas detectados.



Desvalorização salarial e déficit de pessoal foram alguns dos principais problemas detectados em relação às Polícias Civil e Militar de Minas Gerais.

## Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

A secretária Marília Melo foi questionada por parlamentares da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável sobre um possível conflito de interesses na contratação, para projetos do Executivo, de consultorias que possuem relação com empresas mineradoras. Ela respondeu que as parcerias se justificam pelo número insuficiente de servidores na secretaria e que tudo tem sido feito dentro da legalidade e com o devido acompanhamento.

Sobre a segurança das barragens, a secretária afirmou que, desde a aprovação da Lei Mar de Lama Nunca Mais, todos os itens da legislação foram regulamentados. Além disso, destacou o descomissionamento de 18 das 54 barragens do Estado construídas com alteamento a montante.

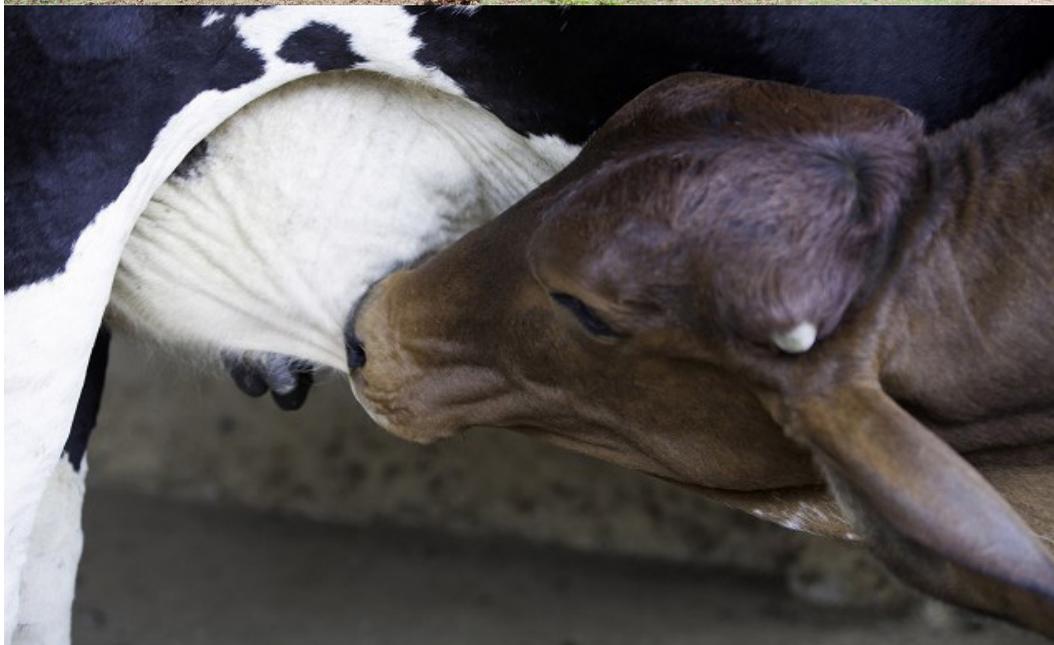
A respeito da gestão do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas (Fhidro), Marília Melo explicou que o contingenciamento dos recursos do fundo já data de muitos anos. Ela informou, porém, que o Poder Executivo está elaborando um decreto para regulamentar a Lei 24.673/2024, que dispõe sobre o fundo, e que o orçamento de 2025 já deve prever recursos para o Fhidro, de modo a torná-lo efetivo.



Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Agropecuária e Agroindústria, de Minas e Energia e Extraordinária de Proteção aos Animais recebem informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de junho de 2023 a 31 de maio de 2024.

## Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa)

A pasta da Agricultura foi representada pelo secretário Thales Fernandes, que reconheceu, diante da Comissão de Agropecuária e Agroindústria da ALMG, a existência de gargalos no fornecimento de energia elétrica no Estado. Ele disse, contudo, que trabalha para solucionar o problema, mencionando o programa Cemig Agro, que tem como objetivo levar ao campo ligação elétrica de qualidade.



Seapa destacou medidas do governo estadual para a cadeia produtiva do leite, como maior acesso ao crédito e melhoramento genético do rebanho.

O secretário elencou ainda medidas do governo estadual para a cadeia produtiva do leite, como maior acesso ao crédito e melhoramento genético do rebanho. Lembrou também a campanha Minas Grita pelo Leite. Quanto à concorrência do produto importado, Thales Fernandes argumentou que as questões da balança comercial são de competência do governo federal.

Foi destacada também a necessidade de aumentar o orçamento da secretaria, que já chegou a representar 1% do orçamento estadual e atualmente é de cerca de 0,45%. O secretário apontou ainda ações da Assembleia que contribuem para melhorar o investimento no setor, como a aprovação da Lei 24.821/2024, que cria mecanismos para ampliar a destinação de recursos à pesquisa agropecuária.

## Secretaria de Estado de Casa Civil (SCC), Secretaria de Estado de Comunicação Social (Secom), Secretaria de Estado de Governo (Segov) e Empresa Mineira de Comunicação (EMC)

A Comissão de Administração Pública da ALMG dirigiu questionamentos aos seguintes titulares de secretarias: Gustavo Valadares, da Segov; Marcelo Aro, da Casa Civil; e Bernardo Assis Campos, da Secom. Também questionou o presidente da EMC, Gustavo Mendicino de Oliveira.

Gustavo Valadares foi questionado sobre a recomposição salarial dos servidores do Estado e sobre o projeto, na época ainda em tramitação na Assembleia de Minas, que altera os valores de contribuição para o Ipsem Saúde. O secretário da Segov defendeu a reestruturação do instituto.

Já o secretário Marcelo Aro foi questionado sobretudo sobre o novo papel que a Casa Civil assumiu ao atuar na coordenação de ações do Executivo voltadas para doenças raras e deficiências no Estado. O objetivo, disse ele, é pensar na doença rara de forma global, uma vez que 30% dos pacientes morrem antes dos 5 anos de idade por falta de políticas públicas no País.

Em sua apresentação, o titular da Secom, Bernardo Assis Campos, defendeu as campanhas de comunicação do governo sobre assuntos como a regularização de títulos fundiários e o Disque-Denúncia. Ressaltou também iniciativas como o Trilhas de Futuro, que leva cursos técnicos ao interior e que teve, com as campanhas de comunicação, maior adesão de alunos e de municípios.

Por fim, Gustavo Mendicino de Oliveira, presidente da EMC, que hoje abrange a Rádio Inconfidência e a TV Minas, respondeu a indagações sobre o quadro de pessoal e afirmou que não é intenção da empresa fazer concurso público para preencher cargos vagos, mas sim fazer uma reestruturação para otimizar os trabalhos com os quadros atuais.



Comissões de Administração Pública, de Participação Popular e de Cultura recebem informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Governo, da Secretaria de Estado de Casa Civil, da Secretaria de Estado de Comunicação Social e da Empresa Mineira de Comunicação.

## Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult)

A falta de recursos financeiros, humanos e estruturais da Secult e o impacto disso no atendimento aos agentes de cultura foram as maiores críticas dirigidas ao secretário Leônidas José de Oliveira.



Segundo o Observatório do Turismo de Minas Gerais, o aumento da atividade no Estado foi de 15 vezes a média nacional. Apesar disso, a Comissão de Cultura questionou a falta de recursos financeiros, humanos e estruturais da Secult. Na foto, Igreja Nossa Senhora do Rosário, em Diamantina.

Em relação aos problemas nos editais, o secretário reconheceu ter vivido um “momento caótico” no processo de gestão, mas afirmou confiar em uma melhora com o projeto Descentra Minas, que distribui ações culturais por todo o Estado.

O gestor destacou que a secretaria está fazendo um levantamento sobre concursos. Os editais seriam para a própria pasta e ainda para o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha) e para a Fundação de Arte de Ouro Preto (Faop).

Ele lamentou o fechamento do BDMG Cultural e informou que a Secult transferiu R\$ 40 milhões para investimentos na Orquestra Filarmônica, embora ela seja uma instituição privada.

Mesmo com as restrições de pessoal, o secretário destacou ações bem-sucedidas da pasta, como a geração de 50 mil empregos. Com dados do Observatório do Turismo, Leônidas Oliveira disse que, em janeiro de 2024, o crescimento médio do turismo em Minas foi 15 vezes maior que a média nacional. E que o valor destinado ao turismo aumentou de R\$ 10 milhões para R\$ 25 milhões. Também divulgou que foram feitas 35 contratações na Secult para reforçar a equipe.

## Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag)

A secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Camila Neves, apresentou as principais entregas de sua pasta: ações de melhoria no atendimento ao cidadão com uso de tecnologia da informação e comunicação; melhorias nos processos de vistoria veicular, habilitação de condutores e serviços digitais de trânsito; reinstalação da mesa de negociação permanente entre sindicatos e Estado; melhorias nos processos de compras, logística e gestão do patrimônio do Estado; e ações de reparação relativas aos desastres minerários de Brumadinho e Rio Doce em virtude de a Seplag abrigar, em suas estruturas, o Comitê Gestor Pró-Brumadinho e o Comitê Gestor Pró-Rio Doce.

Questionada sobre a falta de telefonia móvel em muitos distritos listados no programa Alô Minas e por ele não atendidos, a Seplag informou que o governo está se esforçando para atender a todas as regiões, mas depende do interesse das operadoras em prestar o serviço em determinadas localidades.

A respeito do aumento das alíquotas de contribuições no Ipsemg Saúde, ela respondeu que o envelhecimento da população e o aumento da demanda dos servidores por atendimento levaram à necessidade de reavaliação da sustentabilidade do instituto.

Ela também foi questionada sobre a greve de servidores da Universidade Estadual de Minas Gerais (Uemg), encerrada em junho de 2024, dando informações a respeito do processo de conciliação e explicando que o Estado já havia atendido várias demandas relativas à valorização dos professores.

O secretário de Estado de Fazenda, Luiz Cláudio Lourenço Gomes, fez um relato da situação fiscal e financeira do Estado de Minas Gerais e ressaltou que o déficit de R\$ 11,2 bilhões, em 2018, evoluiu para um superávit de R\$ 300 milhões em 2023.



O Regime de Recuperação Fiscal (RRF) motivou questionamentos de deputados durante a reunião de prestação de contas do governo à ALMG.

O Regime de Recuperação Fiscal (RRF) foi o tema principal dos questionamentos dirigidos ao secretário de Fazenda, que destacou quais medidas já foram cumpridas pelo Executivo e quais estariam em análise pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Ele ainda falou dos impactos da adesão ao regime sobre os servidores e sobre as finanças do Estado, em contraponto à alteração no marco regulatório das dívidas dos estados proposta pelo Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), discutido em âmbito federal.

## Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede)

Em sua sabatina, o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio, foi questionado sobre o programa de regularização fundiária urbana (Reurb). Ele informou que mais de 11 mil títulos de propriedade foram emitidos entre 2019 e 2024, apontando a meta de 75 mil títulos até 2026.

A respeito do fornecimento de energia no Estado, o secretário admitiu dificuldades com a infraestrutura energética no Norte de Minas, especialmente por conta da rede de transmissão. Ele anunciou, contudo, a construção de mais 117 subestações até 2028, que vão facilitar a interligação na rede. Outras 100 subestações já foram energizadas desde 2019, segundo o gestor.

No campo da economia, o secretário disse que o governo oferece todas as condições necessárias para que possa receber investimentos e que o PIB do Estado ultrapassou R\$ 1 trilhão em 2023, o equivalente a 9,5% do PIB nacional. Ele citou ainda o programa Minas Livre para Crescer, baseado na desburocratização da legislação, como uma iniciativa de fomento ao empreendedorismo.

## Secretaria de Saúde (SES)

O desafio de garantir o diagnóstico precoce a pacientes com câncer, apesar da má remuneração oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), foi uma das principais questões apresentadas por parlamentares ao secretário de Estado de Saúde, Fábio Baccheretti.



Necessidade de diagnóstico precoce para pacientes com câncer foi cobrado por parlamentares da ALMG durante o Assembleia Fiscaliza.

O secretário, entre outros pontos, disse que a inclusão das cirurgias oncológicas no Opera Mais, programa destinado a financiar cirurgias eletivas, vai propiciar que uma cirurgia seja paga, independentemente de onde ela acontecer.

O gestor informou ainda que o Estado destinará R\$ 30 milhões, a título de bonificação, para que os municípios realizem o diagnóstico definitivo de câncer de mama em até 30 dias. Também afirmou que foram distribuídos 62 mamógrafos novos a municípios de diversas regiões.

Respondendo a questionamento sobre os maiores entraves na gestão, Baccheretti destacou que o principal desafio é a falta de pessoal. Segundo o secretário, a solução é simplificar os processos de trabalho, para fazer frente a essa realidade.

## Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese)

Em sua prestação de contas, a secretária Alê Portela ressaltou os atendimentos realizados no Centro Risoleta Neves de Atendimento às Mulheres (Cerna), a importância do programa “Banco de Empregos – A Vez Delas” e a necessidade de sua ampliação no Estado, no campo e nas cidades, e as ações direcionadas para promoção da dignidade menstrual, profissionalização feminina e prevenção do assédio sexual. Ela mencionou também a criação de um protocolo de enfrentamento da violência sexual (Fale Agora), a retomada da atuação do Conselho Estadual da Mulher e a regulamentação da Câmara Integrada de Políticas dos Direitos das Mulheres.



A secretária da Sedese, Alê Portela, presta contas do trabalho da pasta em 2024.

A secretária ainda destacou incentivos financeiros para a compra do primeiro imóvel (Auxílio Porta de Entrada, ou Apê) e para a reforma de habitações de famílias em situação de vulnerabilidade social (Moradas Gerais).

Alê Portela também expôs algumas ações relacionadas à segurança alimentar, como o Programa Leite para a Primeira Infância, que promove a distribuição de leite para famílias em situação de vulnerabilidade social, especialmente aquelas constituídas de mães solo com crianças de até 6 anos de idade.

Outro ponto destacado foi a habilitação de 8 municípios, até junho de 2024, para a instalação de 10 cozinhas comunitárias, somando investimento da ordem de R\$ 600 mil. Ela informou que está prevista, para 2025, uma ampliação desse apoio às cozinhas solidárias.

A secretária lembrou também de iniciativas voltadas para a promoção da igualdade racial, com destaque para a celebração de convênio com o Ministério da Cidadania para a implantação de cisternas para 496 famílias de povos e comunidades tradicionais da região do Paraopeba, com contratação em 2024. Destacou ainda, entre as políticas de diversidade, a criação conjunta do Painel LGBTQIA+Fobia pelos órgãos Sedese, Sejusp e Prodemge, na Base Integrada de Segurança Pública (Bisp-MG), com informações de crimes contra a população LGBTQIA+, e a convocação da Conferência LGBTQIA+ em maio de 2024, com previsão de realização em 2025. Ela ressaltou também a realização da 1ª Conferência Estadual de Migrações, Refúgio e Apatridia (Comigrar-MG), em abril de 2024, que contou com 308 participantes e teve 30 propostas estaduais aprovadas e 8 delegados eleitos para representar Minas Gerais na 2ª Conferência Nacional.

Por fim, ela anunciou que o governo vai investir R\$ 45 milhões em Apaes e Centros-Dia em todo o Estado, e informou o aumento do Piso da Assistência Social em 50%.

## Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp)

O secretário Rogério Greco apresentou dados do Atlas da Violência de 2024 para explicar a situação da segurança pública no Estado. Ele destacou que Belo Horizonte é a capital brasileira com menor índice de homicídios, com 17,6 mortes por 100 mil habitantes. Ressaltou também a redução de 14,7% em crimes violentos contra mulheres em 2023, em comparação com 2022.



Comissões de Segurança Pública, de Direitos Humanos, de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas e de Defesa dos Direitos da Mulher recebem informações sobre a gestão da Polícia Militar de Minas Gerais, no âmbito do Assembleia Fiscaliza.

Rogério Greco anunciou ainda a nomeação de 3,4 mil policiais penais e 270 agentes de segurança socioeducativos, e o aporte de R\$ 42 milhões em investimentos na Sejusp, nas Polícias Militar e Civil e no Corpo de Bombeiros, além de R\$ 74 milhões para obras em unidades prisionais. O titular da secretaria destacou também a aplicação de R\$ 4,5 milhões na modernização da frota, na locação de 80 viaturas e na aquisição de 2,3 mil pistolas.

Questionado sobre o tratamento dado aos servidores da pasta, o secretário admitiu que os profissionais da segurança estão doentes e citou ações de prevenção ao assédio moral, como o projeto Cuidar Bem de Quem Cuida, que realizou 17 mil atendimentos em 2024.

A respeito das parcerias público-privadas no sistema socioeducativo, ele reconheceu que atividades típicas de Estado, como contenção dos internos e condução de viaturas caracterizadas, não podem ser exercidas por particulares.

Por fim, Rogério Greco concordou com as ponderações de parlamentares sobre a necessidade de haver mais critérios para a monitoração com tornozeleiras eletrônicas, criticando a burocracia envolvida. De acordo com ele, mesmo identificando que o monitorado está descumprindo os limites impostos, é necessário um novo mandado para prendê-lo.

## Secretaria de Estado de Educação (SEE)

O reajuste salarial das oito carreiras que integram o Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, cuja atualização deve ocorrer na mesma periodicidade e no mesmo percentual adotados para o piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, previsto na Lei Federal 11.738/2008, foi o principal tema debatido durante a sabatina com o secretário Igor de Alvarenga Rojas. Embora o gestor tenha reconhecido a obrigatoriedade da legislação, parlamentares apontaram tentativas do Executivo de não cumpri-la.

Questionado sobre o elevado número de contratações temporárias nos quadros de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – aproximadamente 150 mil –, o secretário explicou que os dados apresentados não levam em conta que muitos desses profissionais atuam em projetos específicos, como o programa de reforço escolar e a educação de jovens e adultos.

Houve também questionamentos sobre o atendimento escolar às populações indígenas e quilombolas, com ênfase na atuação prioritária de professores quilombolas em suas comunidades e na necessidade de realizar reuniões presenciais da Comissão Estadual de Educação Escolar Indígena. Em resposta, o secretário informou que as reuniões estão ocorrendo normalmente e destacou que a SEE está promovendo um concurso público específico para atender às demandas das comunidades quilombolas.

Ao ser questionado sobre a nomeação de psicólogos e assistentes sociais para atuar na rede estadual de ensino, em cumprimento à Lei Federal 13.935/2019, que trata da prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica, o secretário anunciou a nomeação de 193 psicólogos e assistentes sociais para o mês de junho. No entanto, reconheceu que essa medida não será suficiente para assegurar a presença desses profissionais em todas as unidades escolares.

O titular da pasta da Educação também divulgou a continuidade do Projeto Mãos Dadas, que busca fomentar a cooperação entre o Estado e os municípios na gestão do ensino público, e do Projeto Trilhas de Futuro, cujo objetivo é oferecer cursos técnicos gratuitos a estudantes e egressos do ensino médio.

Por fim, Igor Rojas informou que a Secretaria de Estado de Educação está acompanhando as discussões sobre segurança escolar e já adotou medidas como a instalação de câmeras nas escolas estaduais. Para compreender o ambiente escolar e identificar possíveis vulnerabilidades, foram aplicados questionários de clima escolar e socioemocional a alunos e servidores da rede estadual. Além disso, o órgão colaborou com a Polícia Militar de Minas Gerais na elaboração de um mapeamento de risco no Estado. Os dados obtidos poderão contribuir para identificar as áreas que demandam maior atenção, com base na análise do Poder Executivo e na consulta à comunidade escolar.



Reajuste salarial de servidores da educação foi o principal tema debatido durante a sabatina com o secretário Igor Alvarenga Rojas.

## Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra)

Andamentos e prazos de obras do rodoviário, do metrô e da malha rodoviária do Estado pautaram grande parte dos questionamentos dirigidos ao secretário Pedro Bruno Barros de Souza.

Sobre as duas primeiras questões, o titular da pasta informou que o fim das intervenções está previsto para 2028. No caso do metrô, o gestor ressaltou melhorias já em andamento, como reformas nas estações existentes e no sistema de bilhetagem.

Já no que refere à malha rodoviária, Pedro Barros de Souza explicou que o orçamento previsto em 2024 é de R\$ 1,94 bilhão, abrangendo 47 obras de recuperação de rodovias no âmbito do Provias. Destacou ainda o Conserva Pro, programa voltado para conservação das vias. De acordo com ele, os novos contratos preveem um rol maior de ações para conservação e triplicam o valor investido por quilômetro.

O gestor também informou sobre investimentos recentes em balanças de carga, com vistas a fiscalizar o excesso de peso dos caminhões. Segundo o convidado, o Estado contava com 6 balanças em 2022 e, hoje, são 35 em atividade, 27 delas funcionando de forma ininterrupta.

Parlamentares relataram ao secretário problemas em estradas que ligam diversos municípios no Estado. O convidado não apresentou previsões para melhorias nos trechos, mas disse que todas as rodovias apontadas pelos parlamentares seriam avaliadas quanto a possível inclusão em lista de priorização da secretaria.

No que se refere ao transporte ferroviário, Pedro Souza afirmou que tem articulado com o Ministério Federal o repasse de valores arrecadados com outorgas, indenizações e multas do setor para investimento nos trilhos mineiros.



Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização cobraram da Seinfra andamento e prazos das obras de ampliação do metrô de Belo Horizonte.

# DIA 6 DE OUTUBRO TEM ELEIÇÕES.

## A CIDADE QUE VOCÊ QUER COMEÇA

## COM O SEU VOTO, UAI!

As eleições para prefeitos e vereadores são importantes demais da conta e fazem muita diferença no dia a dia da gente. O posto de saúde, o funcionamento dos ônibus, a rua asfaltada, a escola das crianças, tudo isso depende dos representantes que você escolher. Então pesquise bem os candidatos, faça sua escolha com responsabilidade e prepare-se para votar:

**UTILIZE FONTES CONFIÁVEIS, NÃO COMPARTILHE FAKE NEWS**

**DEIXE AGENDADO O DIA 6 DE OUTUBRO**

**LEMBRE-SE QUE O HORÁRIO DA VOTAÇÃO É DAS 8H ÀS 17H E PROGRAME-SE**

**VERIFIQUE O LOCAL CERTINHO DA SUA SEÇÃO ELEITORAL**

**LEVE UMA "COLINHA" COM OS NÚMEROS DOS SEUS CANDIDATOS PARA NÃO SE CONFUNDIR**

**NÃO SE ESQUEÇA: BOCA DE URNA É CRIME!**

**ACESSE E VEJA  
TODAS AS DICAS**  
[almg.gov.br/vote](http://almg.gov.br/vote)



**A ASSEMBLEIA APOIA O PROGRAMA PERMANENTE  
DO TRE-MG DE ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO.**



Anúncio de campanha realizada pela ALMG, em parceria com o TRE-MG, para conscientizar a população sobre a importância do voto para os cargos de prefeito e vereador nas eleições de 2024.





“Na ALMG, em 2024, defendemos os interesses dos mineiros, votamos leis, avaliamos políticas públicas, fiscalizamos o Poder Executivo e atuamos junto ao governo do Estado. Destaco, entre os resultados de nossas ações, o asfaltamento da MG-252 (da cidade de Araújos à Rodovia MG-164) e a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Calçadista. Além disso, foram muitas emendas destinadas, projetos de doação de imóveis (propiciando o seu uso efetivo) e concessão de títulos de utilidade pública a entidades que prestam relevantes serviços à sociedade. É certo que cumprimos nosso dever, mas ainda há muito por fazer e o faremos.”

**Deputado Fábio Avelar (Avante)**

---

“Ponto de partida da revolução sustentável que se espalhou pelo País, Minas Gerais consolida sua liderança isolada em energia solar, produzindo um recorde de 10,61 GW, com a geração distribuída (GD) – painéis em telhados, comércios, indústrias e no agro – e a centralizada (GC) – grandes usinas –, o que representa um crescimento de 70% em 2024. Energia limpa presente em todos os seus 853 municípios. Com cerca de 300 mil empregos gerados, os investimentos superam R\$ 44 bilhões e as receitas, R\$ 14 bilhões, investidos em saúde, educação e infraestrutura. Das 10 maiores plantas fotovoltaicas do Brasil, 5 estão no Norte de Minas (a maior delas fica em Janaúba).”



**Deputado Gil Pereira (PSD)**

---



“A Assembleia de Minas avançou com a aprovação de propostas que contribuem para a inclusão de pessoas com deficiência. Destaco a lei em vigor, de minha autoria, que institui a Política Estadual de Orientação sobre a Síndrome de Down. O objetivo é orientar ações voltadas para o esclarecimento sobre a síndrome de Down e para o apoio às pessoas com essa condição e às suas famílias, além de ações de combate ao preconceito. A norma também trata de empregabilidade, educação, sexualidade e saúde. Avançamos ainda com a lei que institui a Política Estadual de Trabalho com Apoio para Pessoas com Deficiência. Um passo importante rumo a uma sociedade mais inclusiva.”

**Deputado Grego da Fundação (PMN)**

“Como parlamentar e líder do Bloco Avança Minas na ALMG, tenho uma grande responsabilidade. O meu propósito é valorizar a confiança dos mineiros, representando o Estado com seriedade e empenho. Vivenciamos um período de trabalho intenso, debatendo assuntos pertinentes e votando em projetos que visam ao progresso e à melhoria da qualidade de vida da população. Nas comissões, realizamos discussões e audiências públicas com o objetivo de promover o bem comum. Além disso, instalei um gabinete itinerante para ouvir as necessidades das pessoas e contribuir de forma relevante para a transformação de realidades.”



Deputado Gustavo Santana (PL)

---

“Retornando a esta Casa para iniciar meu oitavo mandato, agradeço a presença e o apoio de todos e reafirmo meu compromisso de fortalecer o Poder Legislativo e defender a tolerância. Início esse mandato participando ativamente das reuniões plenárias e, como membro efetivo, das reuniões nas Comissões de Cultura e de Educação, Ciência e Tecnologia. Também me sinto honrado em ter presidido a Reunião Especial da Comissão de Proposta de Emenda à Constituição nº 34/2024, para escolha do presidente e do vice-presidente.”



Deputado Hely Tarquínio (PV)

---



“Na Procuradoria da Mulher, realizamos atos pela conscientização e ampliação das pautas ligadas à mulher nas câmaras municipais. Fizemos encontros priorizando a luta pela igualdade de direitos, por mais mulheres em cargos de liderança e contra a violência que ainda paira sobre a mulher. Também denunciemos a deterioração da Lagoa da Petrobras, que recebe rejeitos industriais e domésticos, comprometendo a vida das pessoas e o meio ambiente. Lutamos contra as renovações antecipadas das concessões ferroviárias (Vitória a Minas, MRS e FCA). Nosso trabalho segue em busca de diálogo e reparação. Sempre em defesa dos mineiros.”

Deputada Ione Pinheiro (União)